PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE MINAS GERAIS
Programa de Pós-Graduação em Letras
Mestrado em Linguística e Língua Portuguesa

Gizene Nazaret do Nascimento

O PROCESSO DE (RE)CONSTRUÇÃO IDENTITÁRIA DE MIGRANTES E REFUGIADOS(AS): uma escuta de narrativas autobiográficas

Belo Horizonte
2022

Gizene Nazaret do Nascimento

O PROCESSO DE (RE)CONSTRUÇÃO IDENTITÁRIA DE MIGRANTES E REFUGIADOS(AS): uma escuta de narrativas autobiográficas

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Letras, Linguística e Língua Portuguesa, da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Letras.

Orientadora: Prof.ª Dr.ª Sandra Maria Silva Cavalcante

Área de concentração: Linguística e Língua Portuguesa

Belo Horizonte

2022

FICHA CATALOGRÁFICA
Elaborada pela Biblioteca da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais

Nascimento, Gizene Nazaret do
N244p O processo de (re)construção identitária de migrantes e refugiados(as): uma escuta de narrativas autobiográficas / Gizene Nazaret do Nascimento. Belo Horizonte, 2022.
155 f. : il.

Orientadora: Sandra Maria Silva Cavalcante
Dissertação (Mestrado) – Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Programa de Pós-Graduação em Letras

1. Migração - Aspectos sociais - Belo Horizonte (MG). 2. Enunciação (Línguistica). 3. Identidade cultural. 4. Refugiados - Aspectos sociais - Belo Horizonte (MG). 5. Autobiografia. 6. Refúgios. 7. Narrativas pessoais. 8. Integração social. I. Cavalcante, Sandra Maria Silva. II. Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Programa de Pós-Graduação em Letras. III. Título.

SIB PUC MINAS

CDU: 308(815.11)
Ficha catalográfica elaborada por Elizângela Ribeiro de Azevedo - CRB 6/3393

Gizene Nazaret do Nascimento

O PROCESSO DE (RE)CONSTRUÇÃO IDENTITÁRIA DE MIGRANTES E REFUGIADOS(AS): uma escuta de narrativas autobiográficas

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Letras, Linguística e Língua Portuguesa, da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Letras.

Área de concentração: Linguística e Língua Portuguesa

_____
Prof.ª Dr.ª Sandra Maria Silva Cavalcante – PUC Minas (Orientadora)

_____
Prof.ª Dr.ª - Ev'Angela Batista Rodrigues de Barros
PPG Letras PUC Minas (Banca Examinadora)

_____
Prof.ª Dr.ª Lorene dos Santos
PPG Educação PUC Minas (Banca Examinadora)

_____
Prof. Dr.ª Josiane Andrade Militão – PUC Minas (Suplente)

Belo Horizonte, 29 de abril de 2022.

Para a minha querida mãe e ao meu querido pai, fontes de determinação, esperança e fé.

AGRADECIMENTOS

À CAPES, pela viabilização do mestrado, que possibilitou a realização deste trabalho.

À minha orientadora, Profª. Drª. Sandra Maria Silva Cavalcante, pela competência, incentivo e compreensão ao longo desta pesquisa.

Aos meus professores da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais que contribuíram para o meu crescimento acadêmico e a todos os funcionários que tornam possíveis as atividades da PUC Minas.

Às idealizadoras do Projeto LER, Profª. Drª. Sandra Cavalcante e Josiane Militão, pela acolhida.

À Catarina Flister, por permitir acompanhar suas aulas de Língua Portuguesa no Projeto LER, e por sua generosidade.

À Adna de Fátima Turró, minha amiga (irmã), pela parceria de sempre.

Aos estudantes do Projeto LER, queridos integrantes desta pesquisa, pelos encontros maravilhosos, por permitir conhecer a história de vida de cada um, pelo exemplo de coragem, esperança e por enfrentarem as diversidades em favor da vida, o nosso bem maior, gratidão.

A Deus, pela oportunidade de estar aqui e, ao Mestre Jesus, por não desistir de mim e me erguer todos os dias.

À minha família, pela paciência.

Ao meu querido pai e à minha querida mãe, pelas preces, pela força, sabedoria, pelos cafés, almoços... e cuidados de sempre, a minha gratidão eterna.

Aos meus queridos irmãos, cunhado e cunhada pelos pensamentos positivos.

Aos meus amados sobrinhos, Gabriel, Manuela e João Lucas pela alegria de viver.

Ao Serginho, meu afilhado, e à Luisa de Marilaque, pela assistência.

Às amigas e amigos, em especial ao Schiller Krettli, pela torcida.

Gratidão.

RESUMO

Esta pesquisa, realizada durante o período da Pandemia da COVID-19, focaliza um momento da história humana profundamente marcado pelo fenômeno da migração e refúgio, pelo grande fluxo de pessoas em deslocamento no mundo. Neste trabalho, por meio da análise de narrativas autobiográficas, investigamos o processo de (re)construção identitária de migrantes e refugiados(as), que se encontram no contexto de uma comunidade intercultural de aprendizagem (da língua portuguesa e da cultura brasileira na cidade Belo Horizonte. Consideramos, em suas narrativas, a forma como relatam suas vivências, a condição social em que estavam antes no país de origem, as situações adversas que motivaram o seu deslocamento e a sua trajetória até a chegada ao país de acolhida, e como esses acontecimentos reverberaram nas narrativas em que contam as próprias histórias de vida. Ressaltamos, no processo de análise do *corpus*, os modos como esses sujeitos, em tempos e espaços diferentes, por meio da língua e dos significados construídos e, socialmente, compartilhados, se constituem e se posicionam identitariamente. O *corpus* do trabalho é constituído de entrevistas orais, de natureza semiestruturada, com um grupo de oito migrantes e refugiados que participam dessa comunidade de aprendizagem (o Projeto LER - Leitura e Escrita com Refugiados e Migrantes). A análise das narrativas de vida que compõem os dados desta pesquisa foi feita utilizando as lentes decorrentes dos estudos desenvolvidos pelo círculo Bakhtiniano (Bakhtin/Volochinov, 2006, 1997, 1986, 2000), especialmente, no que tange ao princípio do dialogismo, reconhecido como constitutivo e orientador da atividade da linguagem, e das práticas discursivas; postulados da Teoria da Enunciação, Émile Benveniste (1989, 2006, 1976), no que tange à dimensão (inter)subjetiva da experiência da linguagem. Além disso, contamos com estudos desenvolvidos por Stuart Hall (2006) e outros teóricos para fundamentar as concepções de identidade e de narrativa conceitos norteadores, no desenvolvimento desta pesquisa. Da análise do *corpus*, concluímos que o processo de (re)construção identitária dos sujeitos da pesquisa implica uma “fragmentação” de experiências que acentuam a ideia de uma multiplicidade de identidades construídas em relação ao outro e ao mundo que os cerca. Nesse processo, ao construir suas identidades esses sujeitos fazem um movimento em três pilares norteadores, que estão bem marcados em suas narrativas

autobiográficas. Os sujeitos constroem suas narrativas instituindo-se numa relação de tempo-espaço, nas experiências contemporâneas ao ato enunciativo, no eu-aqui-agora (no país de chegada), em suas experiências memorialísticas, vividas no antes, no “eu-lá-ontem” (no meu país natal), e no porvir, “eu-aqui-então” (no meu sonho/desejo/imaginação). Percebemos assim, uma tensão entre essas experiências (pessoais, culturais, sociais), entre aquilo que eu era e queria ser aqui, e aquilo que eu era e queria que fosse diferente aqui.

Palavras-chave: Migração. Refúgio. Construção Identitária. Narrativas de vida.

ABSTRACT

This research, which was carried out during the period of the COVID-19 Pandemic, focuses on a moment in human history deeply marked by the phenomenon of migration and refuge, by the large flow of people in displacement in the world. In this work, through the analysis of autobiographical narratives, we investigate the process of identity (re)construction of migrants and refugees, who find themselves in the context of an intercultural learning community (of the Portuguese language and Brazilian culture) in the city of Belo Horizonte. We consider, in their narratives, the way they report their experiences, the social condition in which they were in their country of origin, the adverse situations that motivated their displacement and their trajectory until arrival in the host country, and how these events reverberated in the narratives in which they tell their own life stories. We emphasize, in the process of *corpus* analysis, the ways in which these subjects, in different times and spaces, through the language and the meanings constructed and socially shared, constitute and position themselves identitarily. The *corpus* of the work consists of oral semi-structured interviews with a group of eight migrants and refugees who participate in this learning community (Pontifícia Universidade Católica from Minas Gerais' project - *Projeto LER - Leitura e Escrita com Migrantes e Refugiados*). The analysis of the life narratives that make up the data of this research was conducted through the theoretical lenses of studies developed by the Bakhtinian circle (Bakhtin/Volochinov, 2006 - 1997 - 1986 - 2000), especially with regard to the principle of dialogism, recognized as a guiding and constitutive principle of language activity and of discursive practices; postulates of the Theory of Enunciation, Émile Benveniste (1989 – 2006 - 1976) regarding the (inter)subjective dimension of language experience. In addition, we rely on studies developed by Stuart Hall (2006) and other theorists to support the conceptions of identity and narrative, which were guiding concepts in the development of this research. From the analysis of the *corpus*, we conclude that the research subjects' process of identity (re)construction implies a "fragmentation" of experiences that accentuate the idea of a multiplicity of identities constructed in relation to the other and the world that surrounds them. In this process, when building their identities, these subjects make a triple movement, which is well marked in their autobiographical narratives. The subjects build their narratives by instituting themselves in a time-space

relationship, in the contemporary experiences of the enunciative act, in the I-here-now (in the country of arrival), in their memorial experiences, lived in the before, in the “I-there- yesterday” (in my native country), and in the future, “I-here-then” (in my dream/desire/imagination). Thus, we perceive a tension between these experiences (personal, cultural, social), between what I was and wanted to be here, and what I was and wanted to be different here.

Keywords: Migration. Refuge. Identity Construction. Life Narratives.

LISTAS DE FIGURAS

Figura 1 – A Decade of Displacent 31
Figura 2 – Plataforma *Otranscribe* 83

LISTAS DE TABELAS

Tabela 1 – Normas de Transcrição 83

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ACNUR	Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados
CONARE	Comitê Nacional para os Refugiados
CSVM	Cátedra Sérgio Vieira de Mello
IHU	Instituto Humanitas UNISINOS
OMI	Organização Internacional para as Migrações
ONU	Organização das Nações Unidas
SJMR	Serviço Jesuíta a Migrantes e Refugiados
UNHCR	*United Nations High Commissioner for Refugees*

SUMÁRIO

1. A TRAJETÓRIA DA PESQUISA **13**
2 FUNDAMENTAÇÃO HISTÓRICA: O FENÔMENO SOCIAL EM QUESTÃO **24**
2.1 Breve história da colonização, migração e do refúgio no Brasil **30**
2.1.1 Do século XVI ao século XIX *30*
2.1.2 No século XXI *40*
2.1.3 Refúgio e migração: da situação aos parâmetros legais *41*
3 FUNDAMENTAÇÃO SÓCIO-DISCURSIVA: CONCEITOS E PRESSUPOSTOS **51**
3.1 Linguagem e Língua – uma visão interacionista **51**
3.1.2 A subjetividade na linguagem *54*
3.2 A Construção Identitária **57**
3.2.1 Identidade *59*
3.2.2 Identidade pessoal *62*
3.2.3 Identidade social *63*
3.2.4 Identidade cultural *64*
3.2.5 Identidade Nacional *66*
3.3 Narrativa *68*
4 PERCURSO METODOLÓGICO: PRINCÍPIOS, CRITÉRIOS E ESTRATÉGIAS **72**
4.1 Do perfil dos sujeitos participantes **73**
4.2 Do processo de organização das entrevistas **77**
4.3 Do processo de constituição de dados **80**
4.4 Dos procedimentos de análise **82**
5. ANÁLISE DOS DADOS: A VIDA QUE SE FAZ NARRATIVA **84**
5.1 – Dinâmica de organização do processo enunciativo: das relações pessoal e espaço-temporais **94**
5.1.1 - Ester *96*
5.1.2 - Nicolás Martinez *97*
5.1.3 - Brijamar *99*
5.1.4 - Manuela *102*
5.1.5 - Lucía *104*
5.1.6 - Ana *106*
5.1.7 - Ilustração da dinâmica de organização do processo enunciativo das relações pessoal e espaço-temporais *107*

5.2 – Identidade pessoal **115**
5.2.1 - Identidade social *117*
5.2.2 - Do processo de (re)construção da identidade cultural *119*
5.2.3 - Identidade Nacional *123*
6. CONCLUSÃO **126**
REFERÊNCIAS **132**
ANEXO 1 ..... **147**
ANEXO 2 ..... **149**
ANEXO 3 ..... **151**
ANEXO 4 ..... **155**

1. A TRAJETÓRIA DA PESQUISA

Ao ingressar, como mestranda, no Programa de Pós-Graduação em Linguística e Língua Portuguesa da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, associei-me ao trabalho do grupo de pesquisa eLinC, coordenado pelas professoras Dr.ª Sandra Maria Silva Cavalcante e Dr.ª Josiane Andrade Militão. Esse grupo realiza um trabalho de pesquisa e extensão universitária com migrantes e refugiados(as) moradores da Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH).

Em parceria com o Serviço Jesuíta a Migrantes e Refugiados (SJMR) em Belo Horizonte, o Projeto LER (Leitura e Escrita com Refugiados e Migrantes), criado em 2018, tem como objetivo ensinar a língua portuguesa, em uma perspectiva educativo humanista de acolhimento. Neste processo, os participantes do projeto aperfeiçoam suas aptidões linguísticas e discursivas, desenvolvem suas habilidades e competências para atingirem os seus objetivos no campo pessoal e social.

O trabalho desenvolvido no Projeto LER é baseado em fundamentos da pedagogia de Paulo Freire, fundamentada na ética, no respeito, na dignidade e, principalmente, na autonomia do educando. De maneira “poética”, porém com reconhecida fundamentação científica e filosófica, a pedagogia “freireana” dialoga com a necessidade que ecoa na alma do outro ser, com o caminho que se deseja percorrer para a construção do conhecimento, do crescimento enquanto ser humano e cidadão, capaz de “assumir-se como ser social e histórico, como ser pensante, comunicante, transformador, criador, realizador de sonhos”, como afirma Freire (1996, pp. 18-19). Segundo Gadotti (2011, p. 38) “Paulo Freire conseguiu tocar a alma das pessoas”, através de uma pedagogia marcada pela humanização e amorosidade, tão necessária em um mundo marcado por intolerâncias, conflitos e pelo desrespeito à vida.

A aproximação com o projeto LER, na condição de pesquisadora observadora e professora voluntária, me inspirou a buscar compreender, de forma mais aprofundada, a condição de mobilidade e de inserção social desses indivíduos, especialmente daqueles que se encontram na condição de refugiados. Nesse contexto de pesquisa e extensão universitária, diante da possibilidade de estudar o fenômeno da imigração e do refúgio, surgiram questionamentos e dúvidas que passam pela busca de compreensão da diáspora desses sujeitos do seu país de

origem, uma vez que grande parte deles chega ao Brasil em família e é acolhida em uma rede de compatriotas.

Nesse sentido, surge a busca de não somente compreender como o deslocamento se deu, mas também como se dá a acolhida no país que os recebe. Além disso, em meio aos questionamentos que surgiram no campo, ampliaram-se questões referentes a sobre como enfrentamos o desafio de defender os direitos humanos de cidadãos que encontram-se na condição de refugiados no Brasil.

No presente estudo, estabelecemos como um dos pontos de análise, o contexto e a realidade vivenciada por sujeitos que experienciam um processo diaspórico forçado em direção ao Brasil. Esses indivíduos deixam, em seus países de origem, familiares, amigos, amores, histórias, experiências pessoais, sociais, culturais que constituem a sua identidade. Cada um deles conta uma história que, frequentemente, nos apresenta traços, aparentemente, comuns, como: dificuldades econômicas, a experiência da fome, busca por melhores condições de vida, como trabalho, moradia, educação e saúde. Além disso, são cidadãos que estão fugindo de guerras e conflitos sociais, no país de nacionalidade, em busca do direito de viver em um território que lhes garanta o direito à cidadania, causa pela qual atravessam continentes e fronteiras.

Diante desse cenário, assumimos, pela realização desta pesquisa, a busca de compreender em que medida o conflito no qual esses cidadãos estavam inseridos e a situação social em que se encontravam antes do conflito, no país de origem, reverberam nas narrativas que compartilham sobre a própria história de vida: de saída do país de nacionalidade e de chegada no Brasil.

Para definir, de maneira mais precisa, o objeto de estudo desta pesquisa, fez-se necessário estudar, de maneira mais aprofundada, a situação da migração e do refúgio no contexto histórico-social contemporâneo.

O maior desafio humanitário do século XXI, em termos populacionais e no âmbito global, é a crise dos refugiados. Nos últimos tempos, o fluxo imigratório exacerbado compõe um novo cenário mundial, repleto de novos desafios para as agências humanitárias ao redor do planeta, para os dirigentes dos países e toda a comunidade internacional, um problema que deixa de pertencer a poucos e torna-se verdadeiramente uma questão mundial, uma responsabilidade compartilhada. O panorama dos refugiados no mundo contemporâneo tem se agravado nos últimos tempos por uma multiplicidade de fatores entre os quais as guerras, perseguições

políticas, religiosas e o desrespeito às questões humanitárias levam as pessoas a deixarem suas terras, forçosamente em todo o mundo.

A população mundial atingiu cerca de 7,8 bilhões de habitantes. Conforme os dados do relatório World Migration Report (2020), publicado pela Organização Internacional para as Migrações (OIM), dentre esses habitantes, há 272 milhões de migrantes internacionais no mundo. O relatório apresentado pelo Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR) "Tendências Globais" (UNHCR, 2020) revela que, em 2019, 79,5 milhões de pessoas estavam deslocadas por motivos como guerras, conflitos e perseguições. Dentre essas,

> [...] 45,7 milhões tiveram que fugir para regiões dentro de seus próprios países (categorizados como deslocados internos). As demais incluem pessoas deslocadas para outros países, das quais 4,2 milhões aguardavam o resultado dos pedidos de reconhecimento da condição de refúgio, enquanto 29,6 milhões estavam reconhecidas como refugiadas (26 milhões, de acordo com o relatório) e deslocadas fora do seu país de origem" (ACNUR, 2020c, p. 2).

Este crescimento anual resulta de dois fatores principais: os deslocamentos ocorridos em 2019 na República Democrática do Congo, no Iêmen e na Síria que, contabiliza 13,2 milhões de pessoas solicitantes da condição de refúgio e pessoas deslocadas internamente, um sexto dos deslocados no mundo, segundo o Relatório Global do ACNUR (2020c).

O segundo fator é a situação dos venezuelanos que se encontram fora do país, não registrados como refugiados ou solicitantes de refúgio, portanto, desprotegidos.

E, sob a objetividade desses números, há inúmeras crises individuais, pessoais, subjetivas sendo enfrentadas. Entre essas, o impacto, na vida de milhões de famílias, do número aproximado de 34 milhões de crianças deslocadas, inúmeras delas desacompanhadas[1]. Além disso, milhões de pessoas com 60 anos ou mais, o que equivale a 4% da população deslocada do seu território, separada dos seus

---

[1] FUNDO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A INFÂNCIA – UNICEF. "Quase 40% dos jovens em trânsito identificam a educação e a capacitação como as principais prioridades, segundo nova pesquisa do UNICEF". **UNICEF Brasil**. 14 jul. 2021. Disponível em: https://www.unicef.org/brazil/comunicados-de-imprensa/quase-40-por-cento-dos-jovens-em-transito-identificam-educacao-e-capacitacao-como-principais-prioridades. Acesso em 14 de jan. 2022.

(ACNUR, 2020c).

As migrações internacionais contemporâneas se intensificaram no século XXI entre os países do Sul da América Latina. Baeninger et al. (2018, p.13) afirmam que "o cenário das migrações internacionais no século XXI tem sido marcado por movimentos migratórios que incluem percursos, gradativamente mais intensos, entre os países do Sul global", tendo como principal motivo restrições impostas pelos países do Norte para a entrada e permanência de migrantes internacionais.

No Brasil, o mecanismo do refúgio é regido pela Lei 9.474 de 1997, Art. 1º define que será reconhecido como refugiado todo indivíduo que:

> I – devido a fundados temores de perseguição por motivos de raça, religião, nacionalidade, grupo social ou opiniões políticas encontre-se fora de seu país de nacionalidade e não possa ou não queira acolher-se à proteção de tal país;
> II – não tendo nacionalidade e estando fora do país onde antes teve sua residência habitual, não possa ou não queira regressar a ele, em função das circunstâncias descritas no inciso anterior;
> III – devido a grave e generalizada violação de direitos humanos, é obrigado a deixar seu país de nacionalidade para buscar refúgio em outro país. (BRASIL, 1997).

Carolina Moulin (2011, p. 148), em seu artigo "Os direitos humanos dos humanos sem direitos – Refugiados e a política do protesto", esclarece ainda que refugiado é aquele indivíduo que "se encontra fora do seu país de nacionalidade e/ou residência e, por temer a perseguição, não pode mais recorrer ao seu governo para obter proteção".

Segundo Moulin, o indivíduo em situação de refúgio depende do reconhecimento do seu status, feito por outro estado para readquirir qualquer possibilidade mínima de acesso a direitos básicos. "A retomada de seus direitos básicos depende, prioritariamente, de sua reintegração territorial e, por consequência, jurídica ao espaço da política governamental." (MOULIN, 2011, p. 148).

Diante disso, observa-se que o reconhecimento desse indivíduo como refugiado está fundamentado em considerações dos direitos humanos e, em conformidade com o Artigo II da Declaração Universal dos Direitos Humanos[2].

---

[2] Toda pessoa tem capacidade para gozar os direitos e as liberdades estabelecidos nesta Declaração, sem distinção de qualquer espécie, seja de raça, cor, sexo, língua, religião, opinião política ou de outra natureza, origem nacional ou social, riqueza, nascimento, ou qualquer outra condição. Caso tal princípio seja negligenciado, torna-se impossível compreender o instituto do refúgio.

Hannah Arendt (2009, p. 325), em sua experiência de refúgio nos anos de 1933, critica o paradoxo da Declaração dos Direitos Humanos, que considera direitos "inalienáveis" dos seres humanos. A filósofa esclarece, em sua obra "Origem do Totalitarismo", no capítulo intitulado "*O declínio do Estado-nação e o fim dos Direitos do Homem",* que o exercício da cidadania é a base fundamental que garante ao indivíduo os direitos da humanidade e, em contrapartida, os não cidadãos, como os apátridas, "grupo sintomático do mundo após a Segunda Guerra Mundial"[3] e os refugiados, não têm acesso aos direitos universais, que sempre tiveram a sua universalidade defendida pelo jusnaturalismo, salvaguardados. Arendt afirma que, naquele momento, tais grupos haviam perdido o "direito a ter direitos".

Após a Primeira Guerra mundial, a comunidade europeia passou por um período intenso de inflação, de desemprego, de guerras civis que se alastraram durante anos. Essa situação fez com que muitos grupos humanos migrassem pelo mundo. Nesse contexto, o Estado-nação entrou em crise política, através da qual se rompeu o vínculo entre o homem e o cidadão. Isso porque os Estados-nação revelaram-se inabilitados para protegerem os indivíduos de várias etnias, dessa forma também não asseguraram os direitos humanos independentemente, da cidadania desses indivíduos. Ao contrário de seus predecessores, os apátridas, muitas vezes, eram vistos como indesejáveis e não podiam ser aceitos em parte alguma. Poucas entidades lutavam por seus direitos e os amparavam diante das leis. Como afirma Arendt, "Uma vez fora do país de origem, permaneciam sem lar; quando deixavam o seu Estado, tornavam-se apátridas; quando perdiam os seus direitos humanos, perdiam todos os direitos: eram o refugo da terra." (ARENDT, 2009, p. 300). Os apátridas e as minorias não tinham governos que os representassem e protegessem e, por isso, viviam forçosamente sob as leis de exceção dos Tratados das Minorias. Segundo a filósofa alemã, "eles haviam perdidos aqueles direitos que até então eram tidos e até definidos como inalienáveis, ou seja, os Direitos do Homem" (ARENDT,

---

[3] "O problema dos apátridas tornou-se de extrema importância depois da Segunda Grande Guerra. Antes da guerra, existiam leis em alguns países, principalmente nos Estados Unidos, segundo as quais a naturalização podia ser revogada nos casos que porventura a pessoa naturalizada deixasse de manter uma ligação genuína com o país de adoção. Aqueles que eram desnaturalizados dessa forma tornavam-se apátridas." (SIMPSON, John Hope. **The Refugee Problem.** Institute of International Affairs, Oxford, 1939, p. 231 *apud* ARENDT, 2009, p. 310).

2009, p. 301).

Desde que foram proclamados os direitos do homem e do cidadão, no período da Revolução Francesa, acreditava-se que os direitos humanitários serviriam para proteger todos os seres humanos e cidadãos e não para promulgar leis contra os estrangeiros, seres humanos também, porém, dessa forma caracterizados (estrangeiros), cidadãos socialmente reconhecidos como de nenhum estado.

A "*Declaração Universal de Direitos Humanos*" revela o direito do homem à mobilidade baseada na perspectiva de uma cidadania igualitária. Em contrapartida, os Estados signatários da *Declaração Universal dos Direitos Humanos* (1948) exercem soberania e tratam de maneira distinta os direitos dos cidadãos e migrantes em determinados territórios, uma forma excludente e restritiva de governabilidade do direito homem à mobilidade.

Setenta anos depois, o "Pacto Global para Migração Segura, Ordenada e Regular" (BAENINGER et al., 2018), acordo internacional intergovernamental para a migração internacional, considera que

> [...] as migrações internacionais no século XXI são compostas por diferentes modalidades de movimentos migratórios, incluindo a modalidade do refúgio, a mobilidade estudantil, a migração qualificada, a migração não-qualificada, a migração de fronteira e outros diversificados deslocamentos internacionais de população entre países. (BAENINGER et al., 2018, p. 19).

Para tanto:

> [...] o migrante deve ser reconhecido pelo Estado para que possa ter seus direitos como cidadãos reconhecidos, ter acesso aos serviços públicos que substanciam seus direitos, garantindo assim a tríade segura/ordenada/regulada. (BAENINGER et al., 2018, p. 19).

Nesse contexto, o Brasil reconheceu, em 2018, 11,231 mil pedidos de refúgio, de acordo com os dados apontados pelo Comitê Nacional para os refugiados (CONARE), na quarta edição do relatório "Refúgio em Números". De acordo com a Polícia Federal, em 2019, 161,057 mil solicitações de reconhecimento da condição de refugiado estavam em trâmite. Os haitianos somam cerca de 9% de pedidos de reconhecimento de refúgio, seguidos por cubanos 3%, chineses 2% e migrantes advindos de Bangladesh (1%), Angola (1%), Senegal (1%) e Síria (1%). Dos estados brasileiros, em 2018, Roraima apresenta o maior número de solicitações (50.770), o estado do Amazonas (10.500), São Paulo (9.977) e, em Minas Gerais, foram

registrados 378 pedidos de refúgio, muitos desses pedidos são de venezuelanos que chegam através do Programa de Interiorização, pela rede “Acolhe Minas” e através das parcerias com ACNUR, e das organizações não governamentais e religiosas.

Um estudo inédito de georreferenciamento feito em Minas Gerais pela Agência da ONU para Refugiados (ACNUR)[4], em parceria com o Serviço Jesuíta a Migrantes e Refugiados (SJMR), revela que as cidades de Belo Horizonte (capital de Minas Gerais) e Contagem (na região metropolitana da capital mineira) concentram cerca de 80% da população refugiada e migrante atendida pelo SJMR no Estado de Minas Gerais.

Entretanto, a migração, às vezes, não é entendida como fenômeno social. Frequentemente, é compreendida como um “problema” ou uma “ameaça” à soberania nacional deste ou daquele país. Para Baeninger et al.:

> Esse enfoque distorcido e equivocado está por trás de uma série de políticas migratórias cada vez mais restritivas – tanto no Brasil como em outros países – que, ao invés de reduzirem os fluxos migratórios, os tornam ainda mais propícios à exploração e perigosos para as pessoas que necessitam ou desejam migrar. (BAENINGER et al., 2018, p. 19).

Considerando que esses dados sustentam a problematização geral desta pesquisa, para a realização do trabalho, reconhecemos esses aspectos como constitutivos do contexto social que marcam, em diferentes dimensões existenciais, a vida dos sujeitos da pesquisa.

Diante do reconhecimento da importância desses aspectos macrossociais, assumimos o desafio de, em uma perspectiva cognitivo-discursiva, descrever a dinâmica de intersubjetividade instituída no processo de enunciação que estrutura narrativas autobiográficas de pessoas na condição social e política de refugiados(as) e migrantes.

Para fundamentar o recorte desse objeto, assumimos, em consonância com Benveniste (1989), que é por intermédio da alocução que o indivíduo que fala de si, traz para si mesmo o outro, “se capta a si mesmo, se confronta, se instaura” como pretende ser, portanto, “se historiza”. No ato de enunciação, é que se estabelece um

---

[4] SILVA, G. J; CAVALCANTI, L; OLIVEIRA, T; MACEDO, M. **Refúgio em Números**. 5ª ed. Observatório das Migrações Internacionais; Ministério da Justiça e Segurança Pública; Comitê Nacional para os Refugiados. Brasília, DF: OBMigra, 2020.

processo de subjetivação e que se instancia a dimensão dialógica, intersubjetiva, do discurso.

Nesse sentido, é importante reconhecer a língua como um sistema de comunicação simbólica, oral, que permite ao ser humano a experiência e o exercício da subjetividade. Nos termos de Emile Benveniste:

> A língua fornece o instrumento de um discurso no qual a personalidade do sujeito se liberta e se cria, atinge o outro e se faz reconhecer por ele. A língua é uma estrutura socializada, que a palavra sujeita aos fins individuais e intersubjetivos, juntando-lhe assim um perfil novo e estritamente pessoal. (BENVENISTE, 1976, p. 84).

A linguagem, na perspectiva assumida nesta pesquisa, é tomada como um fenômeno de natureza sociocognitiva concreto e multifacetado, materializado no discurso oral, ato de interação simbólica intrínseca à natureza do ser humano. O discurso oral, que focaliza, em termos referenciais, vivências e experiências, pode ser atualizado na forma de narrativas e essas, por sua vez, são uma maneira natural, cognitivamente constitutiva da espécie humana, de reformular, no aqui e agora da interação, experiências passadas.

No processo de realização desta pesquisa, através de estratégias metodológicas reconhecidas no campo do estudo da História Oral, constituímos um banco de “narrativas de vida”, *corpus*, a partir do qual os dados da pesquisa são constituídos. Para uma coleta relativamente naturalística dessas narrativas, a pesquisadora atuou em duas turmas de aprendizagem da língua portuguesa e cultura brasileira, no âmbito do Projeto LER (Leitura e Escrita com Refugiados e Migrantes), contexto interacional em que se realiza a pesquisa, no período de quatro meses. Como veremos, no capítulo de metodologia, as narrativas em questão são produzidas no contexto de entrevistas (informais, semiestruturadas) nas quais “um determinado sujeito, por sua livre e espontânea vontade, conta a outro sujeito seu percurso de vida” (MACHADO, 2013, p.1). Nessa perspectiva metodológica, a linguagem é utilizada como palavra, convertida na expressão da (inter)subjetividade iminente e pervasiva, que constitui a condição do diálogo.

Nesta pesquisa, compreendemos a narração (a ação de narrar), como uma capacidade cognitiva constitutiva e, portanto, inata à espécie humana. A narrativa, por sua vez, como parte da história da humanidade, como uma prática discursiva, um “modo de dizer”, em diferentes sistemas simbólicos (verbais, visuais, sonoros,

multimodais) que os seres humanos desenvolveram, evolutivamente, para (re)construir memórias pessoais e sociais. A narrativa, dessa forma, assume a função de revelar e esclarecer, no presente, a compreensão de que o sujeito tem de experiências vividas no passado e, naturalmente, projetadas (desejadas, sonhadas) para o futuro. Assim compreendida, a narrativa inclui, em uma perspectiva multidimensional, além da situação em que é sócio-interacionalmente construída, contextos sociais, políticos, históricos, ideológico. A narrativa é constituída situacionalmente, no momento da interação, no ato de contar e revelar a maneira pela qual o indivíduo concebe e vivencia o mundo.

Segundo o Psicólogo cognitivista Jerome Bruner (1997 [1990]):

> [...] estamos tão acostumados à narrativa que esta parece ser como a própria linguagem". A capacidade de narrar é constitutiva do ser humano. "Tomam por base o contexto e a cultura das histórias em si, bem como do local e situação onde a narração está ocorrendo. A narrativa é organizadora da experiência humana. (BRUNER, 1997 [1990]), p. 3).

Para o estudioso português Moita Lopes (2001, p. 63), uma das atribuições das narrativas é revelar o processo de construção de identidades sociais. Segundo o pesquisador, "o papel que as narrativas desempenham na construção de identidades sociais, nas práticas narrativas onde as pessoas relatam a vida social e, em tal engajamento discursivo, se constroem e constroem os outros". Assim sendo, as identidades pessoais são encenadas e, nessa medida, construídas discursivamente e, portanto, flagradas a partir de relatos memorialísticos, da ação de narrar. É através das narrativas, ao contarmos uns aos outros quem somos, o que pensamos, o que queremos, nos instituímos e (re)construímos como sujeitos de linguagem.

De acordo com Ciampa (1984), somos personagens de uma história que nós mesmos criamos, fazendo-nos autores e personagens ao mesmo tempo". Giddens (2002), nesse sentido, aponta que:

> A identidade de uma pessoa não pode ser encontrada em comportamentos, nem – por mais importante que seja – nas reações dos outros, mas sim na capacidade de dar continuidade a uma narrativa. A identidade individual, para que seja possível manter interações diárias com outros no mundo cotidiano, não pode ser totalmente fictícia. Ela deve continuamente integrar eventos que ocorram no mundo externo, e organizá-los em uma contínua história sobre si mesmo. (GIDDENS, 2002, p. 54).

Hall (2006), ao discutir o conceito de identidade afirma, por sua vez, que,

frequentemente, essa é formada e transformada em relação ao diálogo e às diversas manifestações culturais que nos cercam. Segundo o pensador, a identidade humana se estabelece historicamente e não biologicamente:

> [...] o sujeito assume identidades diferentes em diferentes momentos, identidades que não são unificadas ao redor de um "eu" coerente. Dentro de nós há identidades contraditórias, empurrando em diferentes direções, de tal modo que nossas identificações estão sendo continuamente deslocadas [...]. Ao invés disso, à medida que os sistemas de significação e representação cultural se multiplicam, somos confrontados por uma multiplicidade desconcertante e cambiante de identidades possíveis, com cada uma das quais poderíamos nos identificar – ao menos temporariamente. (HALL, 2006, p.13).

Por fim, ao discutir o processo de construção identitária vivido no contexto da migração, Hall afirma que quando o indivíduo vivencia "a situação da diáspora, as identidades tornam-se múltiplas." (HALL, 2006, p. 27). A concepção de linguagem, de língua, de (inter)subjetividade e de identidade, brevemente apresentadas nesta introdução, estão na base dos princípios teóricos e metodológicos assumidos neste trabalho de pesquisa.

À luz dos argumentos apresentados anteriormente, neste capítulo, buscamos apresentar, de modo geral, o campo e os sujeitos da pesquisa. Com esses argumentos em mente, definimos o nosso objeto de estudo, em termos de um estudo do processo de (re)construção identitária revelado em narrativas autobiográficas de cidadãos que chegam ao Brasil na condição de migrantes e refugiados(as).

Com esse objeto de estudo em mente, assumimos como objetivo geral da pesquisa, analisar, em uma perspectiva discursivo-cognitiva, o processo de (re)construção identitária encenado em narrativas de vida de sujeitos em situação de refúgio e migração em Belo Horizonte.

Para cumprir o objetivo geral da pesquisa, assumimos como objetivos específicos:

a) fundamentar teoricamente as abordagens e concepções que nortearão o processo de investigação e de análise do objeto de estudo, focalizando, entre outros conceitos, linguagem, língua, narratividade/narrativa; enunciação; subjetividade, intersubjetividade; identidade;

b) desenvolver estratégias de interação social com os sujeitos participantes da pesquisa, de forma a documentar, de maneira naturalística, oral, menos protocolar, as narrativas que constituirão o *corpus* da pesquisa;

c) identificar elementos linguístico-discursivos constitutivos do processo de encenação intersubjetiva que estruturam as narrativas de vida em estudo, mais precisamente, pessoa-tempo-espaço;

d) analisar marcas de (inter)subjetividade no processo de construção de ponto de vista construídos pelos sujeitos que narram a suas experiências de vida (emocionais, sociais e culturais) na situação de migração ou refúgio;

e) identificar, como marca de intersubjetividade, o uso de dêiticos (especialmente de tempo e espaço) implicados no processo de construção do posicionamento identitário, nas narrativas em estudo.

Através da realização desta pesquisa, pretendemos verificar a plausibilidade das seguintes **hipóteses**:

- no processo de enunciação, de encenação intersubjetiva, construído na interação com o pesquisador, o processo de (re)construção identitária evidencia o valor da experiência de uma comunidade de pertencimento, no país de origem, e a projeção da busca (desejo, sonho, imaginação) de uma comunidade de pertencimento no país de chegada;
- no processo de construção de pontos de vista, discursivamente construídos pelos sujeitos da pesquisa, ao referenciarem as experiências emocionais sociais e culturais, marcas do princípio da alteridade, da experiência da empatia e do preconceito social (racial, xenofóbico) são comuns às narrativas.

2 FUNDAMENTAÇÃO HISTÓRICA: O FENÔMENO SOCIAL EM QUESTÃO

> Todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e em direitos. Dotados de razão e de consciência, devem agir uns para com os outros em espírito de fraternidade. (BRASIL, 1945, 1º ARTIGO).

Na introdução deste trabalho, apresentamos argumentos que visam à descrição do fenômeno do refúgio, nos contextos internacional e nacional, o que inclui a observação da integração e realidade social e cultural de refugiados no país e sociedade de acolhimento. Nesse segundo capítulo, apresentamos estudos que permitem compreender a diferença conceitual e contextual dos fenômenos da migração e do refúgio, o que implica uma diferença entre a condição de refugiado e de migrante, no cenário político-social internacional e o posicionamento estatal diante dessa mobilidade.

> Viejas como el hombre, las migraciones humanas han sido encaradas desde muchos puntos de vista. Numerosos estudios han considerado las implicaciones históricas, demográficas, culturales, religiosas, políticas, ideológicas, económicas etc., de las migraciones, implicaciones que son, sin duda, importantes y trascendentales. (GRINBERG; GRINBERG, 1984, p.11).

O fenômeno da migração reporta aos primórdios da humanidade, não são eventos únicos e exclusivos a determinadas civilizações ou contextos históricos, remontando sua existência aos dias atuais. Essa mobilidade é uma prática milenar, constitutiva do ser humano e adquiriu uma visibilidade crescente, no cenário internacional, ocasionada pelos elevados números de pessoas que estão se deslocando, números esses não vistos desde o período da Segunda Guerra mundial.

Desde a Pré-História, mover-se era quase que uma regra. Somente com o desenvolvimento da agricultura os homens escolheram um lugar para se estabelecerem. A migração gera história, foi e é importante para a construção da identidade das nações.

Migração, de acordo com a Organização Internacional para as Migrações (OIM), é o

> processo de atravessamento de uma fronteira internacional ou de um Estado. É um movimento populacional que compreende qualquer deslocação de pessoas, independentemente da extensão, da composição ou das causas; inclui a migração de refugiados, pessoas deslocadas, pessoas desenraizadas e migrantes econômicos. (OIM, 2009).

No mundo contemporâneo, as migrações ocorrem por motivos diversos: a desigualdade social e econômica, a perseguição étnica, religiosa, política e cultural muitos desses motivos fazem com que as pessoas abandonem os seus países de origem forçosamente. Outros fatores importantes também contribuem para o crescente número de deslocamentos de pessoas na atualidade como a guerra, a violação de direitos, desrespeito à dignidade humana, catástrofes naturais e a fome. É possível perceber que existem indícios graves o suficiente que levam as pessoas a se deslocarem como sendo a melhor ou a única alternativa a seguir naquele determinado momento. As pessoas que conseguem escapar de guerras, perseguições e conflitos, cruzam fronteiras internacionais em busca de proteção, de serem reconhecidas como refugiados(as), internacionalmente, e contam com o acesso à assistência dos Estados, do ACNUR e de outras organizações não governamentais e religiosas.

As migrações também podem ocorrer em busca de uma boa qualidade de vida, educação, oportunidades de trabalho, isto quer dizer que o indivíduo decide migrar espontaneamente. Para o ACNUR, o migrante pode deixar seu país de origem motivado pelo desejo de mudança ou de aventura, por razões familiares ou de caráter pessoal. Se a motivação for exclusivamente econômica, trata-se de um migrante e não de um refugiado (ACNUR, 2011, p.24).

No campo dos Estudos Linguísticos, cada palavra registrada dentro de um contexto é única e interfere diretamente na escrita e na interpretação textual. As palavras “migrante” e “refugiado”, não são sinônimas, possuem significados legais distintos. Por isso, algumas conceituações merecem ser destacadas para melhor entendimento da migração, como por exemplo, o termo migrante que é empregado para cidadãos que se deslocam em seus próprios países, originalmente, mas atualmente é utilizado quando se tem o deslocamento de pessoas entre países; dessa forma, aquele migrante que entra em um país é considerado imigrante e, a emigração é o movimento inverso, quando o migrante sai do seu país ou região de origem. Sendo assim, todo imigrante no país de destino é um emigrante no pais de origem.

Os termos migrante e refugiado não são sinônimos, o refugiado é considerado migrante, porém nem todo migrante é refugiado. Ao deixarem seus países de origem se deslocarem para outras nações, os refugiados tornam-se também migrantes. O que os torna distintos é o motivo do deslocamento. O refugiado não se desloca espontaneamente, é forçado a abandonar sua nação de origem devido a fundados

temores de perseguição, ameaças que colocam sua vida em risco, por isso o refugiado fica impossibilitado de retornar ao seu país. Isso já não acontece com o migrante.

Em uma visão mais humanista e garantidora de direitos essenciais dos cidadãos, Redin, Minchola e Almeida (2020, p. 14) afirmam que a imigração

> [...] denuncia a arbitrariedade do Estado a partir da arquitetura político-jurídica do Estado-nação, que nega a mobilidade humana internacional como possibilidade humana, exclui o não nacional da condição de sujeito e impõe um 'não lugar', ou lugar a ser justificado na ordem. (REDIN; MINCHOLA; ALMEIDA, 2020, p. 14).

A questão central da migração está presente no fato de o migrante necessitar deixar o seu país, em busca de novas oportunidades, sendo considerado um "não-nacional", pois para os Estados-nação a representação de nacionalidade, é atribuída por nascimento ou descendência, e é imprescindível para estabelecer o vínculo formal de pertencimento e de identidade ao grupo de indivíduos que compõem a nação. O imigrante deixa o seu estado, entra e se estabelece em um outro território, torna-se um não nacional/estrangeiro, em um lugar em que não deva estar. Sayad (1998, pp. 20-21) comenta que

> Nosso entendimento político, aquele que temos de nosso mundo sócio político, mundo constituído sobre uma base nacional, constrói-se de tal sorte que a presença estrangeira no seio da nação não pode ser concebida de outra maneira senão sujeita a características que são essenciais, no sentido em que são atributos constitutivos da noção de Estado e de sua soberania. Toda presença estrangeira, presença não nacional dentro da nação é pensada como presença necessariamente provisória, mesmo quando esse provisório possa ser indefinido, possa prolongar-se indefinidamente, criando, desta forma, uma presença estrangeira permanentemente provisória, ou em outros termos, uma presença durável, mas vivida por todos de maneira provisória, adequada aos olhos de todos por intenso sentimento de provisório. [...] Presença não natural, que não é por natureza, pois faz parte da própria natureza desta presença não ser natural, não ser uma evidencia, e não ser de tal modo que se possa dizer: "é natural que…"; a presença imigrante não poderia conter em si mesma seu próprio fim. (SAYAD, 1998, pp. 20-21).

Neste cenário, a migração forçada é marcada pela vulnerabilidade do cidadão se desloca do seu país de origem e que, ao chegar ao país de destino se depara com dificuldades sociais, culturais, políticas; ideológicas que, não raramente, lhe são impostas. Entre essas dificuldades: a língua, o não reconhecimento dos seus direitos (acesso à saúde e à educação), a conquista de documentação (no caso dos que se

encontram em condições de ilegalidade), a dificuldade de inserção no mercado de trabalho.

A retomada desses direitos, segundo Moulin “depende, prioritariamente, de sua reintegração territorial e, por consequência jurídica ao espaço da política governamental.” (MOULIN, 2011, p. 148).

Desse modo, a migração passa a ser vista como um problema para o Estado e não como um fenômeno nacional e, negar ao indivíduo o direito do à migração vai contra princípios da “Declaração Universal dos Direitos Humanos”, no artigo 13, declara que “Todo o ser humano tem direito à liberdade de locomoção e residência dentro das fronteiras de cada Estado”, em contrapartida, evidencia-se a negação do “direito humano de migrar” (BRASIL, 1945). Diante disso, é possível supor que os indivíduos tenham que viver e fixar residência dentro dos limites do território de sua nacionalidade.

Diante dessa perspectiva, relembramos a importância dos projetos que partem do princípio do ensino da Língua Portuguesa como Língua de Acolhimento. Um aprendizado que integra os imigrantes e refugiados(as) à cultura brasileira, à vida em sociedade e ao trabalho, resgatando a dignidade desses indivíduos. O momento de acolhimento, de adaptação e aprendizado, a maneira como o se relacionam com o outro e com o mundo, suas expectativas para o futuro colaboram para a re(construção identitária dessas pessoas em situação de refúgio.

Os movimentos migratórios internacionais indicam um dos mais importantes desafios para os direitos humanos, que é a necessidade de uma nova avaliação dos paradigmas da Declaração dos Direitos Humanos, na medida em que há um impasse, no campo da articulação, entre soberania nacional e direitos humanos, fazendo com que o Estado enfrente realidades além de suas fronteiras. É preciso compreender a mobilidade desses indivíduos através dos espaços, além da delimitação de um território geográfico, torna-se necessário repensar os paradigmas da gestão migratória, sendo esta fundamentada no respeito aos direitos humanos desses migrantes.

Um dos fenômenos contemporâneos da migração, denominado “Migração Sul-Sul”, se configura pelo fluxo de deslocamento de indivíduos entre e para os países da América latina. Esses movimentos humanos têm se intensificado e evidenciado outros fatores, além da busca melhores condições de vida, que motivam estas pessoas a se deslocarem. Esses movimentos são denominados por Clochard (2007) de “As

migrações de crise". São fenômenos sociais que fazem parte do cenário de migração mundial contemporâneo. Os indivíduos fogem de um cenário de violência, crises econômicas, conflitos ideológicos, políticos e militares nos países de origem (CLOCHARD, 2007) e, ao migrarem, enfrentam outra crise nos países de destino, que são as dificuldades circulatórias que lhes são impostas.

A migração internacional é um fenômeno complexo que atinge uma multiplicidade de aspectos econômicos-sociais e de segurança, em todo o mundo, ocasionando o êxodo dos seus habitantes.

De acordo com recentes dados divulgados pela ONU (2020), estima-se que cerca mais de 272 milhões de migrantes internacionais não vivem em seus países de origem, sendo que mais de 79,5 milhões de pessoas deste total estão em situação de deslocamento forçado. O *Global Trends Forced Displacent in 2019*, publicado pelo *The UN Refugee Agency* (*UNHCR*), disponibiliza dados significativos sobre o deslocamento de migrantes e refugiados no mundo em 2019:

> i. 79,5 milhões de pessoas forçosamente deslocadas no mundo, vítimas de "[...] perseguição, conflito, violência, violações dos direitos humanos ou eventos que perturbem seriamente a ordem pública";
> ii. deste total, 68% de todos os migrantes e refugiados pertencem somente a cinco países, além da Venezuela, bem como estimam entre 30-34 milhões, serem de jovens menores de 18 anos de idade;
> iii. 26,0 milhões de refugiados, destes, 20,6 sob os cuidados da ACNUR e 5,6 milhões de Palestinos sob os cuidados da UNRWA[5];
> iv. 45,7 milhões de pessoas deslocadas internamente em seus países; (iv) 4,2 milhões pedidos de asilo; (v) 3,6 milhões de venezuelanos imigraram para o exterior (UNHCR, 2020, p. 5).

Segundo o mesmo Relatório:

> v. 75% dos refugiados no mundo, inclusive os venezuelanos, foram recebidos por países ricos e em desenvolvimento, ao passo que
> vi. 25% foram asilados em países menos desenvolvidos; ainda em 2019,
> vii. 27 países receberam 107.800 para reassentamento, deste total,
> viii. 81.600 (75,7%) com assistência do ACNUR e
> ix. 26.200 (24,3%) sem o apoio formal do referido órgão da ONU que gerencia especificamente a questão de refugiados no mundo (UNHCR, 2019). Por outro lado,
> x. dos 79,5 milhões de pessoas forçosamente deslocadas no mundo,

[5] UNRWA - United Nations Reliefand Works Agency for Palestine Refugees in the Near East (Agência das Nações Unidas de Assistência aos Refugiados da Palestina no Próximo Oriente). Disponível em: <https://www.unrwa.org/>. Acesso em: 22 set. 2020.

xi. 5,6 milhões (7,04%) retornaram aos seus países ou regiões originárias,

xii. do total de 45,7 milhões de pessoas deslocadas internamente em seus países, 5,3 milhões (11,6%) também retornaram para suas regiões de origem, incluindo 317.200 (0,69%) refugiados, sendo esses percentuais insignificantes, frente ao imenso drama humanitário vivido por essas pessoas (UNHCR, 2020).

Na Figura 1**,** podem ser identifcadas informações relevantes acerca de pessoas forçosamente deslocadas no mundo:

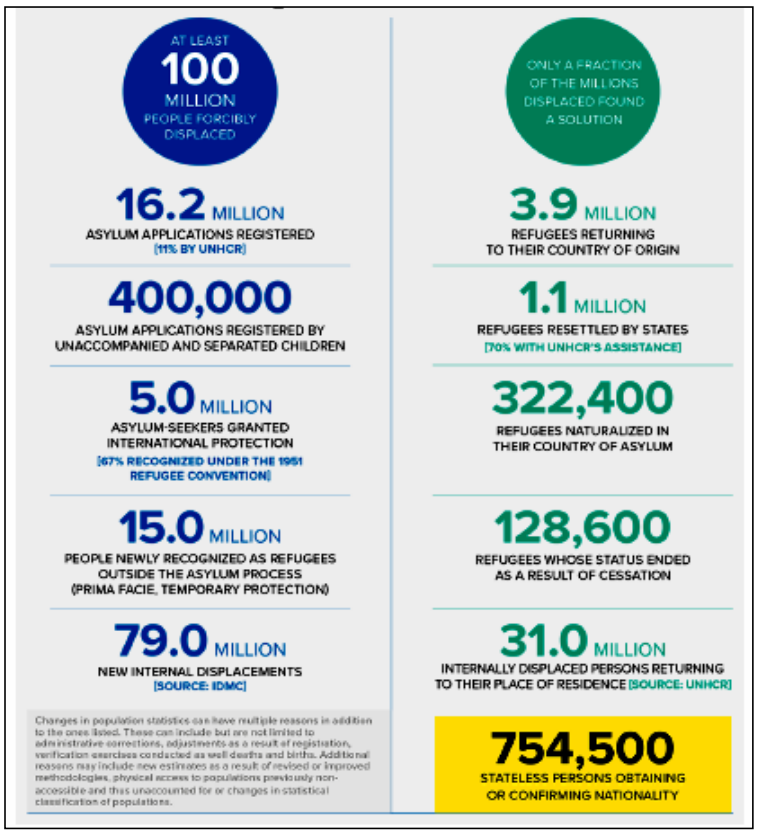
(i) 100 milhões de pessoas forçadas ao deslocamento;

(ii) 400.000 registros de pedidos de asilo para crianças acompanhadas e separadas;

(iii) 15 milhões de pessoas recentemente reconhecidas como refugiadas fora do processo de asilo;

(iv) 754.500 pessoas sem pátria (apátridas) obtendo ou confirmando nacionalidade na década, os mais relevantes.

Figura 1 – A Decade of Displacent



Fonte: UNHCR (2019).

As informações apresentadas, no Relatório "*A Decade of Displacent"* (ACNUR), são mais que números, são dados que colocam em cena a vida de homens, mulheres, jovens, adultos, idosos, crianças, recém-nascidos, cidadãos de diversas nacionalidades, em situação de refúgio, vítimas de preconceitos, perseguições sociais, políticas e religiosas, pessoas que perderam os seus direitos fundamentais à vida e ao bem estar social.

Em pleno século XXI, os movimentos de entradas e saídas de migrantes, de indivíduos em trânsito migratório, se intensificaram e, ainda, estão relacionados à sobrevivência e o que se espera dos diversos países é o fim dos conflitos, das guerras, perseguições e preconceitos, a perspectiva de adoção de políticas que visem a abertura das fronteiras para dar abrigo, para acolher, mesmo que temporariamente, a grupos de pessoas em situação de refúgio, devido a dificuldades de toda ordem em suas nações de origem.

2.1 Breve história da colonização, migração e do refúgio no Brasil

Neste momento, desenharemos, em termos panorâmicos, os movimentos de colonização e imigração que constituem as raízes históricas e culturais do povo brasileiro. Para isso, privilegiaremos uma apresentação das diferentes nacionalidades e culturas que, mais fortemente, instituem esses movimentos que, como se sabe, aconteceram e ainda acontecem de maneira socialmente complexa, dinâmica e fortemente marcada por formas de violência. Dada a natureza e os objetivos propostos para a pesquisa, essas não serão objeto de aprofundamento.

2.1.1 Do século XVI ao século XIX

A colonização do Brasil inicia-se com fluxo expressivo de portugueses, primeiramente como colonizadores[6] e, posteriormente, como imigrantes. Os

---

[6]Para esclarecimentos sobre os termos colonização e imigração diante da presença portuguesa em terras brasileiras, conferir José Jobson de Andrade Arruda. Entre colonização e imigração: debate teórico. Comunicação (inédita) apresentada no VII Seminário Internacional sobre a (E)Imigração

portugueses se deslocaram para as terras brasileiras, no período colonial, visando não somente à apropriação militar e econômica da terra, mas também a implantação da lavoura de exportação (PATARRA, 2012, p. 68).

Dentre esses portugueses que vieram para o Brasil, alguns dispondo de recursos próprios para se deslocarem e outras pessoas, naquela época, também já recebiam assistência dos integrantes das redes familiares e comunitárias, desde a saída do país lusitano até a chegada em terras brasileiras, e os degredados migraram forçosamente. De acordo com Ramos (2006), no século XVIII, com uma população com dois milhões de pessoas, em torno de 400 mil portugueses migraram para o Brasil, voluntária e involuntariamente, e outros iam chegando de forma ininterrupta ao longo do século XIX. Klein (2000) atenta para o fato de que, “em sua maioria, os imigrantes encaminharam-se preferencialmente para as cidades e, ao longo dos anos, uma parcela deles empreendeu inúmeras viagens de ida e volta entre os dois países, distanciando-se de um modelo rígido de fixação” (KLEIN, 2000 *apud* RAMOS, 2006, p. 28).

Outro fluxo populacional relevante para a constituição do povo brasileiro foi composto de africanos escravizados. O desembarque do primeiro negro no Brasil colonial não foi precisamente registrado. Presume-se que um ou mais negros estivessem entre os tripulantes da esquadra de Cabral, pois antes de 1500, Portugal já traficava africanos (REIS, 2007, p. 81). Os africanos foram capturados, embarcados e escravizados, uma condição que foi imposta a milhões de seres humanos neste período. Segundo Stuart Schwartz (1988) os primeiros africanos, provavelmente, vindos das ilhas atlânticas portuguesas, ficaram nos engenhos de açúcar do Recôncavo Baiano. Os africanos escravizados substituíram, progressivamente, a mão-de-obra indígena. Apesar da escravização africana prevalecer, a escravização indígena não deixou de existir ao longo de todo o período de colonização e Império.

Esse tráfico transatlântico que trazia pessoas de várias partes do continente africano contribuiu para o povoamento do Brasil.

> Durante os Séculos XVI, XVII e primeira metade do Século XVIII, os chefes políticos e mercadores da África Centro-Ocidental, em particular o território presentemente ocupado por Angola, forneceram a maior parte dos africanos

---

Portuguesa para o Brasil: De colonos a imigrantes. CEPESE/Cátedra Jaime Cortesão-FFLCH/USP, 2011.

> escravizados para todas as regiões da América portuguesa. Enquanto durou o tráfico transatlântico, importantes áreas importadoras, como o Rio de Janeiro, Recife e São Paulo continuaram se abastecendo sobretudo de africanos que eram escravizados vindos dali e, mais tarde, da contra-costa africana, particularmente Moçambique. Eram povos aqui denominados de congos, angolas, benguelas, cabindas, cassanges, monjolos, rebolos, moçambiques e outros. Os chamados angolas — estes em geral traficados através do porto de Luanda — e benguelas — estes traficados através de entrepostos situados mais ao sul da atual Angola — vieram a predominar nas levas do comércio oitocentista, em especial os que desembarcavam no Rio de Janeiro. (REIS, 2007, p. 82).

Os traficantes importaram, da região do Golfo do Benin (sudoeste da atual Nigéria, em meados do Século XVII, e até o fim do tráfico), sujeitos escravizados que eram chamados de dogomés, jejes, ussás, bornos, tapas e nagôs, entre outros nomes. Conforme Maria Inês Oliveira (1997) esclarece, tais termos étnicos, não eram autodesignados pelas pessoas escravizadas, tampouco denominações de formações políticas africanas, com exceção dos haussás e bornus, referiam-se às identidades adquiridas no circuito do tráfico, que foram adotadas e reconstruídas no Brasil por essas pessoas.

No decorrer dos séculos XVI e meados do XIX, mais de quatro milhões de africanos escravizados já tinham sido trazidos da costa africana, de Moçambique e do Golfo de Benin, para o Brasil colonial, advindos desse deslocamento forçado que perdurou por 300 anos. Reis (2007) comenta que os africanos trabalhavam nas lavouras de café, açúcar e algodão, cuidavam da criação de gado, realizavam trabalhos domésticos e, qualquer tipo de ofício braçal nos no campo ou nos centros urbanos. Segundo o autor:

> Nas cidades eram eles que, até uma altura avançada do Século XIX, se encarregavam do transporte de objetos, dejetos e pessoas, além de serem responsáveis por uma considerável parcela da distribuição do alimento que abastecia pequenos e grandes centros urbanos. Pessoas escravizadas vendedores ambulantes e quitandeiros, sobretudo mulheres, povoavam as ruas de Recife, Salvador, Ouro Preto, Rio de Janeiro, São Paulo, Porto Alegre e outras cidades. Mas a escravidão não se caracterizou apenas como um modo de produção e distribuição de mercadorias. Os africanos escravizados não serviram apenas aos grandes senhores da aristocracia agrícola, pois estavam distribuídos — embora desigualmente distribuídos — entre proprietários de diversas grandezas, no campo e na cidade. Isso explica por que eles estiveram presentes em cada instituição que compunha a sociedade colonial e pós-colonial do Brasil. (REIS, 2007, p.81).

De acordo Reis (2007), os africanos escravizados, eram a base, a força de trabalho em quase todos os setores da cidade daquela época. Eles não recebiam

qualquer pagamento pelo trabalho que realizavam. Recebiam somente moradia e alimentação. Os africanos escravizados viviam nas senzalas e seus senhores na casa-grande, eles “sabiam que viviam em “terra de branco”, e que as chances de os libertarem da escravidão pacificamente era remota”. Os africanos manifestavam-se com frequência, em cada canto do país onde a escravidão fixou raízes, a favor da abolição geral e a fuga para eles era um sinal de rebeldia, uma tentativa para alcançarem a liberdade.

A população negra constitui mais da metade da população brasileira. A miscigenação brasileira foi constituída no âmbito de uniões legais, religiosas, estáveis, consensuais, ou nem tão consensuais, como as relações violentas entre senhores e escravas, entre brancos e negras livres.

Os africanos escravizados, crioulos e mestiços, seus descendentes, influenciaram a formação cultural do país. Reis (2007, p. 89) afirma que “raros serão os aspectos de nossa cultura que não tenham sido moldados com a ajuda da mão e da inteligência africanas e afro-brasileiras.” Para Clóvis Moura, os negros continuam lutando desde os tempos da escravidão. Mesmo após a abolição da escravatura no Brasil (no dia 13 de maio de 1888) o negro foi obrigado a disputar a sua sobrevivência social, cultural e mesmo biológica em uma sociedade secularmente racista[7], na qual as técnicas de seleção profissional, cultura, política e étnica são feitas para que ele permaneça imobilizado nas camadas mais oprimidas, exploradas e subalternizadas.

Outro contingente populacional, que partiu de circunstâncias diferentes das dos africanos escravizados foi o de europeus. Em Baden, os alemães enfrentavam dificuldades econômicas, a fome, a falta de emprego e, sem o auxílio do governo, a população não tinha como se sustentar. A população Alemã estava empobrecida. Além disso, o alto índice de natalidade e a perseguição religiosa reforçaram a decisão tomada pelos germânicos de tentarem reconstruir suas vidas no Brasil. Foi o segundo maior número de imigrantes a assumir a cidadania brasileira.

Helmar Rölke (2016, p. 143) esclarece que os imigrantes alemães eram subsidiados pelo Governo, quando aqui chegavam, não sabiam para qual província seguiriam. Nas colônias, a alimentação, sementes e ferramentas para o plantio faziam

---

[7] Para maiores esclarecimentos conferir a obra “Almeida, Silvio Luiz de Racismo estrutural / Silvio Luiz de Almeida. -- São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019. 264 p..

parte de um empréstimo, tal qual a terra que, dependia do pagamento da dívida ao Governo para ser legalizada. Seguiam assim, com o trabalho na lavoura, endividados e submissos às ordens dos verdadeiros donos das terras.

Os alemães vieram para o Rio Grande do Sul, depois para Santa Catarina e Paraná, para ocuparem terrenos desabitados e regiões de litígio nas áreas fronteiriças. O Governo estava preocupado em “branquear” a população brasileira, o que poderia ser feito através da mestiçagem de alemães com pessoas de outros grupos.

Cada grupo que chegava de uma região diferente da Alemanha formava uma comunidade. As pessoas que viviam nestas comunidades tinham pouco contato com os brasileiros (PUPP SPINASSÉ, 2008). Os costumes e a língua eram muito distintos, as variações linguísticas dos prussianos, pomeranos, austríacos suíços renanos bávaros faziam com que falassem dialetos diferentes. Os camponeses vindos de Hunsrück falavam Hunsrückisch, dialeto que utilizavam para se comunicarem nas comunidades, pois não ensinavam a língua portuguesa. Esses imigrantes, sem o apoio dos dirigentes governistas, construíram escolas, igrejas e centros de associações comunitárias. Para Gregory (2007) é importante ressaltar que

> os colonos migrantes (alemães, italianos, poloneses, ucranianos, entre outros) adaptaram-se ao seu país de destino, sem abdicar de valores, de culturas e de estilos de vida, sendo construído, a partir deles, um novo espaço social onde se constituiu um modo de ser singular do colono migrante. (GREGORY, 2007, p. 147).

Gregory (2007) destaca que nem todos tinham experiência para trabalhavam nas lavouras. Muitos eram comerciantes, industriais, professores e religiosos, alguns permaneceram no campo e outros se deslocaram para os centros urbanos das colônias e para as cidades brasileiras, para atuarem em outras frentes de trabalho, iniciando assim o êxodo rural. Em algumas das cidades coloniais, há a presença da população alemã que manteve a tradição do povo germânico, seus costumes e cultura. Magalhães (1993, pp. 147-148) considera que o número de descendentes alemães nascidos em território brasileiro foi maior do que os descendentes de outras etnias, “sem precisar a época, que a taxa de fecundidade dos alemães era de oito a nove filhos para as mulheres que casavam entre 15 e 19 anos e de sete filhos para as mulheres que casavam entre 20 e 24 anos”. Com a taxa de crescimento elevada, houve o aumento do número de colônias e de deslocamentos para outros estados

brasileiros, entre eles, o Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná.

Outro fluxo migratório que destacaremos é o da população judaica que, desde a antiguidade até a formação do Estado de Israel no século XX, os judeus, por onde passavam, se fixavam e lá dedicavam-se ao comércio, trabalhavam nos setores públicos, atuavam como bancários, médicos, professores entre outras profissões.

Segundo Keila Grinberg (2007, p. 125), os imigrantes judeus, portanto não cristãos, eram perseguidos pelos *Pogroms* em vários países da Europa. Tinham suas casas saqueadas e destruídas. Muitos foram condenados pela Inquisição e, desde então, muitos se deslocaram, por esse motivo. Já os que se convertiam tinham seus direitos garantidos como cristãos. Todos os caminhos que levavam à ascensão social podiam ser galgados pelos judeus convertidos ou cristãos-novos (NOVINSKY, 1982, p. 26).

A constituição Imperial Brasileira garantia a liberdade da prática religiosa, o que intensificou a imigração de judeus vindos de várias partes do mundo, inclusive do Marrocos, cujos descendentes foram expulsos da Espanha pelos reis católicos. Esses imigrantes chegaram no Brasil e trabalharam no comércio em Pernambuco, na Bahia e no Amazonas. Vieram judeus russos do Leste Europeu, em 1881, fugindo dos ataques antissemitas. Já em 1920 e 1930, vieram os imigrantes judeus das regiões do Império Otomano que, impossibilitados de retornar aos seus países, pela propagação do antissemitismo, decidiram trazer suas famílias e construir uma vida melhor em terras brasileiras.

A intenção dos imigrantes unidos pela mesma língua ou dialetos árabes, porém vindos de países ou de diferentes regiões era a mesma dos judeus e outros povos que para o Brasil se dirigiram: buscavam uma vida promissora, bons trabalhos e ascensão econômica. Os sírios, libaneses e egípcios imigraram para escaparem de perseguições de cunho religioso. Grande parte dos imigrantes vieram do Líbano e da Síria. Aportaram no Rio de Janeiro e em Santos. Muitos optaram por trabalhar no comércio ou como mascates, pois “as condições de trabalho na lavoura tinham horrorizado a muitos. A miséria da população rural e o sistema de compra vinculado ao proprietário da terra fizeram com que muitos repelissem a possibilidade de se ocuparem na agricultura (MOTT, 2007). Para os moradores do interior do estado, nas fazendas, os mascates forneciam uma variedade de produtos de boa qualidade com um preço acessível. Com o sucesso das vendas, o mascate investia no seu negócio, contratava vendedor e montava o próprio estabelecimento.

Já os italianos, segundo Vendrame (2014), começaram a chegar em terras brasileiras em pequenos grupos, no estado do Rio Grande do Sul, em Santa Catarina e no Paraná. As condições climáticas da região sul do país eram bem parecidas com as da Itália, mais a experiência que os italianos tinham em lidar com a lavoura fizeram com que grande parte desses imigrantes buscassem terras para manter a tradição de uma vida no campo como a que tinham na Itália. Sendo assim, de acordo com Vendrame (2014), formaram-se, em alguns povoados, grupos de famílias que, unidas, decidiram pela transferência coletiva para outras localidades, “pois, assim, acreditavam poder contar com maior segurança para garantir a efetivação dos projetos individuais e coletivos”. Essa experiência permitiu que ocupassem mais espaços e formassem unidades coorporativas. Desses pequenos povoados, surgiram as cidades no sul do país.

Os italianos, após a Guerra do Paraguai (1870), já não trabalhavam somente no campo. Eles passaram a trabalhar como comerciários, artistas e artesãos. Preocupados em manter a identidade étnica, língua viva, cultura e os costumes, fundaram os centros de apoio para atender os italianos que estavam no Brasil e servir de referência para aqueles recém-chegados ao país. Segundo De Ruggiero (*apud* AMBIEDO, 2020, p. 61), os italianos fundaram associações, em Bagé (1875), a “Società italiana di Mutuo Soccorso e Beneficenza”, Posteriormente, em Pelotas, fundaram a Unione e Filantropia (1873), e em Sant’Ana do Livramento a Società Italiana di Mutuo Soccorso Giuseppe Garibaldi (1873) (DE RUGGIERO, 2015, p. 397). A fundação de uma sociedade italiana apresenta um objetivo comum que é o de querer ser italiano, identificar-se e ser identificado como tal (CONSTANTINO, 1990, p. 74).

De acordo com Herbert S. Klein (1994), os proprietários das grandes lavouras cafeeiras tiveram uma baixa no contingente de trabalhadores, na década de 1870, fato que possibilitou a imigração subsidiada de dez mil europeus para o Brasil no início de 1871. Muitos desses trabalhadores vieram suprir a falta de mão de obra nos cafezais em São Paulo.

No início de 1888, sabendo que a Abolição da Escravatura estava prestes a acontecer, lideranças rurais privadas promoveram o movimento de imigração europeia. Klein (1994, pp. 17-18) afirma ainda que, de 1889 a 1900, dos 878 mil imigrantes chegaram à província cafeeira, três quartos eram subsidiados pelo estado. Segundo Lucia Guimarães e Ronaldo Vainfas (2007), em 1904, o programa de

imigração subvencionada começaria a sofrer cortes, em razão do declínio dos preços do café no mercado internacional.

Com efeito, os imigrantes originários da Europa e da Ásia viam o Brasil como um país de oportunidades. Indivíduos que presenciavam momentos difíceis, passavam por guerras, sofriam perseguições e dificuldades econômicas tinham a esperança de reconstruírem a vida e prosperarem em terras brasileiras.

A Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo (2008), em seus registros relata que, em 18 de junho de 1908, a imigração japonesa subvencionada, através de um acordo entre o Japão e o Brasil, desembarcava do navio Kasato Maru, no Porto de Santos. A intervenção ativa do governo nipônico contribuiu para distinguir a imigração japonesa comparada com outros fluxos migratórios recebidos pelo Brasil. O Japão precisava diminuir-se demograficamente e se adaptar aos tempos modernos da Era Meiji (1868) e, o Brasil precisava de mão-de-obra imigrante, suprindo, assim, a necessidade das duas nações.

Os japoneses vieram e se instalaram nas fazendas para trabalharem nas lavouras de café. Kaori Kodama e Célia Sakurai (2008) afirmam que eles saíram do porto de Kobe com o objetivo de trabalhar, guardar recursos, melhorar a vida economicamente e retornar ao país de origem. Em pouco tempo de trabalho nos cafezais, o sonho de retornarem ricos à terra natal estava cada vez mais distante.

Segundo Kodama (2008), as dificuldades encontradas e as condições de trabalho não favoráveis, fizeram com que muitos abandonassem as fazendas e, os deslocamentos internos ocorreram para outros locais do Brasil, em busca de novos contratos de trabalho.

O período da Segunda Guerra mundial, explica documento da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo (ALESP, 2008), talvez tenha sido o mais difícil para os imigrantes, devido à participação do Japão na guerra. O governo brasileiro proibiu o uso da língua materna, e de qualquer manifestação cultural. Ainda de acordo com essa Assembleia Legislativa, o Brasil temia um ataque pelo mar, uma conspiração dos japoneses que moravam no litoral com os seus compatriotas, por isso exigiu que se mudassem para bem longe do litoral.

Com efeito, as práticas de intolerância por parte do Estado com relação aos migrantes aumentaram com a crise de 1929. O economista e professor francês Bernard Gazier elucida que os últimos meses de 1929 foram marcados por uma forte crise que “consistiu, acima de tudo, numa queda generalizada da produção em quase

todo o mundo industrializado (com exceção da URSS e do Japão), e culminou com a ‘Grande Depressão’ provocada pela queda repentina das cotações da Bolsa de Nova York” (GAZIER, 2009), causando um colapso na economia americana. Para Boris Fausto (2008), por sua vez, o colapso econômico mundial e as reformas políticas brasileiras e europeias colaboraram para reduzir a entrada de imigrantes como força de trabalho na produção agrícola no Brasil do início do século XX.

Diante da crise econômica mundial e da crise cafeeira no Brasil, a entrada de imigrantes no país foi suspensa pelas autoridades brasileiras. Naquele momento, a Constituição Brasileira de 1934 determina no Art. 121, § 6º que “a entrada de imigrantes no território nacional sofrerá as restrições necessárias à garantia da integração étnica e capacidade física e civil do imigrante” e, a restringe a lei de Cotas não sendo permitido, porém, “a corrente imigratória de cada país exceder, anualmente, o limite de dois por cento sobre o número total dos respectivos nacionais fixados no Brasil durante os últimos cinquenta anos” (BRASIL, 1934).

Sobre o assunto, Keila Grinberg (2007) afirma que o governo brasileiro proibiu a concessão de vistos para “pessoas de origem semita”, porém, isso não impediu a entrada legal, no Brasil, de judeus próximo ao período da Segunda Guerra Mundial (TRUZZI, 2003, p. 250 *apud* COSTA, 2019).

Fábio Koifman (2015), em sua obra “Imigrante ideal: O Ministério da Justiça e a entrada de estrangeiros no Brasil (1941-1945)”, esclarece que, por volta de 1930, o Brasil precisava suprir a carência de mão de obra e povoar o extenso território brasileiro e, para tanto, a imigração era indispensável. Essa política migratória mudou após a Segunda Guerra Mundial. O Estado Novo seguiu o mesmo padrão dos Estados Unidos que tentava restringir a entrada de estrangeiros, principalmente de idosos e deficientes, sob a argumentação de que era fundamental promover a "eugenia de nossa gente a saúde do nosso povo".

O último parágrafo do Art. 2 do Decreto n. 6.455, de 19 de abril de 1907 (BRASIL, 1907), determina que

> os maiores de 60 anos e os inaptos para o trabalho só serão admitidos quando acompanhados de suas famílias, ou quando vierem para a companhia destas, com tanto que haja, na mesma família, pelo menos, um indivíduo valido para outro invalido, ou para um até dois, maiores de 60 anos. (BRASIL, 1907).

Em 1945, Segundo Ramos (2006), o Governo brasileiro flexibiliza, com

ressalvas, a entrada de imigrantes no país, através do decreto-lei 7.967 de 18 de setembro de 1945, desde que atenda as condições dessa lei. O Art. 2º define que, o imigrante poderia entrar no país caso houvesse a “necessidade de preservar e desenvolver, na composição étnica da população, as características mais convenientes de sua ascendência europeia, assim como a defesa do trabalhador nacional” (camara.leg.br). Sendo assim, o indivíduo passa a ser reconhecido perante a lei e a ter seus direitos preservados.

De acordo com o Art. 95 do Decreto n. 6.455, de 19 de abril de 1907 são considerados imigrantes espontâneos (como eram registrados no Serviço de Povoamento) “os que vierem dos portos estrangeiros com passagem de 2ª ou 3ª classe, por conta própria” (BRASIL, 1907). Ramos (2006) nos conta que, eram aqueles que chegavam de Portugal ou de outros países e que arcavam com as custas da viagem, diferentemente, dos imigrantes subsidiados, os quais tinham o dispêndio da viagem pagos pelo Estado ou pelo Governo (RAMOS, 2006).

O segundo o artigo desse decreto destaca que serão acolhidos como imigrantes:

> estrangeiros menores de 60 anos, que, não sofrendo de doenças contagiosas, não exercendo profissão ilícita, nem sendo reconhecidos como criminosos, desordeiros, mendigos, vagabundos, dementes, ou inválidos, chegarem aos portos nacionais com passagem de terceira classe, à custa da União, dos Estados ou de terceiros; e os que, em igualdade de condições, tendo pago as suas passagens, quiserem gozar dos favores concedidos aos recém-chegados. (BRASIL, 1907).

Santos (2010, p. 55) esclarece ainda que, a política imigrantista definiu claramente quais imigrantes seriam bem-vindos, em terras brasileiras, e quais não seriam, como pode ser comprovado pelo artigo 1º do decreto nº 528, de 28/06/1890:

> “É inteiramente livre a entrada, nos portos da República, dos indivíduos válidos e aptos para o trabalho que não se acharem sujeitos à ação criminal de seu país, exceptuando os indígenas da Ásia, ou da África, que somente mediante autorização do Congresso nacional poderão ser admitidos, de acordo com as condições que forem então estipuladas.” (VAINER, 1990, p. 106 *apud* SANTOS, 2010, p.55)

Em 1953 - 1960, os espanhóis, de origem grega e sírio-libanesa desembarcavam no Brasil (agora, em menor número). Uma parte desses grupo de espanhóis foi designada para o setor industrial. Na década de 1960, o país parou de

receber imigrantes estrangeiros, o fluxo foi diminuindo gradativamente, dando destaque para as migrações internas.

2.1.2 No século XXI

O século XXI registra um período extraordinário da história da imigração no planeta. Em um período marcado pela globalização, novos contingentes de imigrantes constituem o fenômeno migratório internacional no Brasil. Diante desse novo cenário, adentram no país milhões de pessoas originárias de várias nacionalidades em situação de migração e refúgio, assim

> os migrantes de diferentes origens do Sul Global (por exemplo: sul-americanos, haitianos, senegaleses, congoleses, guineenses, bengalis, ganeses, paquistaneses, entre outros), se inseriram de forma crescente no país e no mercado de trabalho brasileiro. Os imigrantes senegaleses, por exemplo, chegaram a ser a segunda nacionalidade com maior movimentação no mercado de trabalho formal, só ficando atrás dos haitianos (CAVALCANTI; OLIVEIRA; MACEDO, 2020, p. 9).

No decorrer do século XX e neste início do século XXI, a nação brasileira tornou-se, para os imigrantes, um país de destino e/ou de trânsito. A cultura brasileira foi e é, historicamente, marcada e representada pela diversidade de etnias que compõem a sua formação. Os povos indígenas, os imigrantes portugueses, os africanos escravizados e outros tantos povos que, representados por cidadãos que vieram viver no Brasil, deixaram marcas expressivas na cultura brasileira. Nesse sentido, Reis (2007) ressalta que

> raros serão os aspectos de nossa cultura que não tenham sido moldados com a ajuda da mão e da inteligência africanas e afro-brasileiras. O assunto já foi sobejamente tratado por historiadores e antropólogos, estudando domínios como família, língua, religião, música, dança, culinária e a arte popular em geral. (REIS, 2007, p. 90).

Nas duas primeiras décadas do século XXI, milhões de pessoas, migrantes e refugiados, que atravessam fronteiras, advindos de várias partes do mundo para o Brasil, trazem na bagagem experiências, valores, crenças, línguas, que são compartilhados, transmitidos de forma singular e, dinamicamente, integrados à cultura brasileira, constituindo, nos termos do antropólogo argentino Nestor Canclini (2015), a hibridação cultural que marca o nosso país.

Assim que os migrantes chegam ao país de destino, tentam, de alguma maneira, preservar a sua identidade, principalmente, através do uso da sua língua materna. Isso se dá pela busca da sua “comunidade de destino”. Essa, não raramente, mora em um mesmo bairro ou região da cidade; organiza-se em associações comunitárias; realiza festejos típicos e religiosos; busca e frequenta as mesmas escolas e grupos assistenciais.

Para esses sujeitos, o direito ao uso da língua materna e a aprendizagem e uso da língua do país de origem, como segunda língua, são um enorme desafio e, quando não, uma obstáculo à vida social. Como veremos no capítulo 3, a seguir e, em particular, no capítulo 4, dedicado à análise de dados, esse desafio ou obstáculo, abrange fatores de natureza diversa (social, cultural, linguístico), implicados no seu processo de (re)construção e de posicionamento identitário. Influenciado ou atravessado, culturalmente, pelas novas experiências vividas no país de destino, pelo uso da língua, o migrante experencia deslocamentos identitários.

Entre esses fatores, podemos destacar também o fator político. Esse tem uma história que se estrutura em termos de parâmetros legais. De forma a garantir maior progressividade e racionalidade no cumprimentos dos objetivos desta pesquisa, na próxima seção, apresentaremos os parâmetros legais que orientam a situação da migração e do refúgio na contemporaneidade, em especial, dos parâmetros que legislam a situação de migrantes e refugiados no Brasil.

2.1.3 Refúgio e migração: da situação aos parâmetros legais

> Todo ser humano que seja vítima de perseguição o direito de procurar e receber proteção internacional em outro país (DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS, 1948, ARTIGO 14).

As pessoas que são forçadas a se deslocarem dos seus países de origem encontram-se em situação de refúgio e, muitas delas, não têm a mínima garantia de proteção que deveria ser oferecida pelos seus países de origem. Sendo assim, tornam-se vulneráveis, sujeitas a uma situação intolerável, na qual seus direitos essenciais, como a segurança e a integridade física estarão constantemente sob ameaça.

De acordo com o ACNUR, o Brasil sempre teve um papel pioneiro e de liderança na proteção internacional dos refugiados. No Brasil, os refugiados

legalizados dispõem de proteção do governo brasileiro e têm direito a obter documentos, trabalhar e estudar.

Após sofrerem com a destruição causada pela Segunda guerra Mundial, os representantes dos países de todas as regiões do mundo criaram, em 10 de dezembro de 1948, a Declaração dos Direitos Humanos, com o intuito de construir a paz e a tolerância. Porém a ACNUR divulga que a quantidade de pessoas deslocadas à força no mundo alcançou um total de 79,5 milhões, de acordo com o relatório anual (UNHCR, 2020), em comparação com 70,8 milhões no ano anterior.

À medida que os conflitos se arrastavam e muitos países endureciam suas fronteiras, encontrar soluções de longo prazo para os refugiados - quer isso signifique ajudá-los a voltar para casa com segurança e voluntariamente, integrar-se à cultura local em um país anfitrião, ou o reassentamento em um terceiro país - revelou-se cada vez mais difícil (EDWARDS, 2020). O deslocamento de refugiados não diminuiu, a fome, as alterações climáticas, a pandemia da Covid-19, a crise econômica e social a xenofobia. Todos esses fatores contribuíram para elevar o número de pessoas em situação de refúgio; alguns países ainda restringem a entrada de pessoas que buscam acolhimento em terras estrangeiras.

Faz-se necessário encontrar soluções para a atual situação e que os dirigentes de vários países do mundo façam valer os direitos dos refugiados que já foram estabelecidos na: Resolução nº 428 da Assembleia das Nações Unidas Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR), de 14 de dezembro de 1950, Convenção das Nações Unidas relativa ao Estatuto dos Refugiados, Convenção de Genebra de 1951, no Protocolo relativo ao Estatuto dos Refugiados, Protocolo de 1967, Assembleia Geral das Nações Unidas em 1966, na Convenção Americana dos Direitos Humanos Pacto San José Da Costa Rica, de 22 de novembro de 1969, que entrou em vigor em 18 de julho de 1978, na Declaração de Cartagena/1984 e, nas Leis de Refúgio brasileira (Lei nº 9.474, de 22 de julho de 1997) que é considerada uma das mais avançadas do mundo, como afirmou Gustavo Rocha, Ex-Ministro dos Direitos Humanos (2018) e, a nova Lei de Migração Brasileira (Lei nº 13.445, de 24 de maio de 2017), a mais recente, que

> [...] consolidou a perspectiva de direitos humanos no âmbito da política migratória nacional, posicionando o país na vanguarda do tratamento da temática e tornando o Brasil uma referência no debate global sobre

> migrações, em consonância com as normas e parâmetros internacionais mais elevados. (ROCHA, 2018).

Apresentaremos, a seguir, outros parâmetros legais:

I) Assembleia das Nações Unidas Alto Comissariado das Nações Unidas para os refugiados (ACNUR), Resolução nº 428 de 14/12/1950 (ACNUR, 1950).

A Resolução de nº 428 da Assembleia das Nações Unidas de 14 de dezembro de 1950 constituiu o Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados, com a sigla ACNUR em português e UNHCR em inglês, que tem como missão dar apoio e proteção a refugiados de todo o mundo sob proteção das Nações Unidas, seguindo, com caráter totalmente apolítico, humanitário e social as diretrizes fornecidas pela Assembleia Geral ou pelo Conselho Econômico Social das Nações Unidas. Tal Resolução solicita aos governos que integram as Nações Unidas que cooperem com a ACNUR ajudando na admissão dos refugiados em seus territórios, em sua repatriação voluntária, facilitando sua naturalização, proporcionando aos refugiados documentos de viagem, e prestando informações, caso solicitados.

A Resolução expressa, em seu Capítulo II, que a ACNUR deverá incluir qualquer pessoa que tenha sido considerada refugiada em aplicação dos Acordos de 12 de maio de 1926 e de 30 de junho de 1928, ou em aplicação das Convenções de 28 de outubro de 1933 e de 10 de fevereiro de 1938, do Protocolo de 14 de setembro de 1939, ou ainda em aplicação da Constituição da Organização Internacional dos Refugiados. Além de, qualquer pessoa que, em consequência de acontecimentos ocorridos antes de 01 de janeiro de 1951, e receando, com razão, ser perseguida em virtude da sua raça, religião, nacionalidade ou opinião política, se encontre fora do país de sua nacionalidade e não possa ou, não queira requerer a proteção daquele país; ou quem, não possuindo uma nacionalidade e estando fora do país de residência habitual, não possa ou, não queira retornar (ACNUR, 1950).

II) Convenção das Nações Unidas relativa ao Estatuto dos Refugiados, Convenção de Genebra de 1951 (ACNUR, 1951).

A Convenção das Nações Unidas relativa ao Estatuto dos Refugiados foi formalmente adotada em 28 de julho de 1951 para nortear a situação dos refugiados na Europa após a Segunda Guerra Mundial. Tal Convenção teve por objetivo

primordial definir quem são os refugiados, esclarecendo direitos e deveres dos refugiados e dos países que os acolhem. Esta consolidou prévios instrumentos legais internacionais relativos aos refugiados, estabelecendo padrões básicos para o tratamento de refugiados sem, no entanto, impor limites para que os Estados possam desenvolver esse tratamento de forma mais ampla e divergente. (ACNUR, s/d b).

A Convenção ainda aduz que os refugiados têm deveres com o país em que se encontram obrigando-se a se conformar às leis e regulamentos, assim como às medidas tomadas para manter a ordem pública, em contrapartida os Estados Membros deverão aplicar a Convenção aos refugiados sem discriminação quanto à raça, à religião ou ao seu país de origem, concedendo-lhes condições de exercer sua liberdade de práticas culturais e religiosas nos moldes concedidos aos nacionais, devendo ser sempre respeitados os direitos adquiridos anteriormente pelo refugiado em seu país de origem, como o casamento. O refugiado também deverá ter acesso amplo a justiça, tendo livre e fácil acesso aos tribunais dos Estados Membros, gozando sempre do mesmo tratamento de um nacional. Deverá a ele ser concedida as mesmas condições de um nacional quanto ao acesso à educação pública e a busca de um emprego remunerado (BRASIL, 1997).

Entretanto, pelo fato de a Convenção ter sido redigida para resguardar os direitos dos refugiados da Segunda Guerra Mundial, a definição de refugiado para a Convenção se bastou àqueles que em consequência dos ocorridos antes de 1º de janeiro de 1951 temendo ser perseguição por motivos de raça, religião, nacionalidade, grupo social ou opiniões políticas, se encontra fora do país de sua nacionalidade e que não pode ou, em virtude desse temor, não quer valer-se da proteção desse país, ou que, se não tem nacionalidade e se encontra fora do país no qual tinha sua residência habitual em consequência de tais acontecimentos, não pode ou, devido ao referido temor, não quer voltar a ele (ACNUR, s/d b).

III) Protocolo relativo ao Estatuto dos Refugiados, Protocolo de 1967, Assembleia Geral das Nações Unidas em 1966 (ACNUR, 1967).

Ao passo que a Resolução n.º 428 da Assembleia das Nações Unidas, bem como a Convenção de 1951, somente foram aplicados a certos grupos por terem sido redigidas com a intenção de resguardar os interesses dos refugiados da Segunda Guerra Mundial, o Protocolo de 1967 teve como objetivo ampliar a definição do termo “refugiado”.

Segundo o site da ACNUR (s/d b), com o tempo e a emergência de novas situações geradoras de conflitos e perseguições, tornou-se crescente a necessidade de providências que colocassem os novos refugiados sob a proteção das provisões da Convenção. Assim, um Protocolo relativo ao Estatuto dos Refugiados foi preparado e submetido à Assembleia Geral das Nações Unidas em 1966. Na Resolução 2198 de 16 de dezembro de 1966, a Assembleia tomou nota do Protocolo e solicitou ao Secretário-geral que submetesse o texto aos Estados para que o ratificassem. O Protocolo foi assinado pelo Presidente da Assembleia Geral e o Secretário-geral no dia 31 de janeiro de 1967 e transmitido aos governos. Entrou em vigor em 4 de outubro de 1967.

O Artigo 1º foi elaborado de forma a abranger um grande número de pessoas, ampliando o conceito de refugiado anteriormente conhecido para qualquer pessoa que se enquadre na definição dada no artigo primeiro da Convenção, como se as palavras "em decorrência dos acontecimentos ocorridos antes de 1º de janeiro de 1951 [...] “e as palavras” [...] como consequência de tais acontecimentos" não figurassem do §2 da seção A do artigo primeiro. Assim, hoje, entende-se como refugiados toda pessoa que teme perseguição por se integrarem a grupos sociais ou políticos, religiosos, por motivos de raça, que se estejam fora do país de sua nacionalidade e não podem ou, em virtude desse temor, não querem valer-se da proteção desse país, ou que, se não tem nacionalidade e estão fora do país no qual residiam; em consequência de tais acontecimentos, não pode ou, devido ao referido temor, não querem regressar a ele.

Com a ratificação do Protocolo, os países foram levados a aplicar as provisões da Convenção de 1951 para todos os refugiados enquadrados na definição da carta, mas sem limite de datas e de espaço geográfico. Embora relacionado com a Convenção, o Protocolo é um instrumento independente cuja ratificação não é restrita aos Estados Membros da Convenção de 1951.

A Convenção de 1951 e o Protocolo de 1967, por fim, são os meios através dos quais é assegurado que qualquer pessoa, em caso de necessidade, possa exercer o direito de procurar e receber refúgio em outro país.

IV) Convenção Americana dos Direitos Humanos Pacto San José Da Costa Rica - 22 de novembro de 1969, entrou em vigor em 18 de julho de 1978 (CONVENÇÃO, 1969).

A Convenção Americana dos Direitos Humanos trouxe em seu texto os direitos e deveres básicos de todas as pessoas que estejam sujeitas a sua jurisdição, sem nenhuma descriminação por motivo de raça, cor, sexo, idioma, religião, opiniões políticas ou de qualquer outra natureza, origem nacional ou social, posição econômica, nascimento ou qualquer outra condição social, consolidando um regime de liberdade pessoal e de justiça social, fundado no respeito dos direitos essenciais do homem que não derivam do fato de ser ele nacional de determinado Estado, mas sim, do fato de ter como fundamento os atributos da pessoa humana. (CONVENÇÃO, 1969). Tal Convenção obrigou os Estados-Partes a incorporarem as garantias previstas nela em seus ordenamentos jurídicos internos de forma a tornarem efetivos tais direitos e liberdades previstas (CONVENÇÃO, 1969).

Diante da atribuição de que os direitos e deveres previstos na Convenção se aplicam não apenas ao sujeito de determinado Estado, mas a todos que venham a necessitar dele, estende-se sua aplicação direta às pessoas refugiadas nos Estados-Partes. Dentre os direitos previstos, estão expressos o direito à vida, a integridade pessoal, psíquica e moral, direito à liberdade pessoal, proteção da honra e da dignidade, liberdade de consciência, de religião, de pensamento, de expressão e proteção a família entre outros (BRASIL, 1997).

Nesse viés, cabe destacar alguns artigos da referida Convenção que se aplicam diretamente aos refugiados, pessoas em situação de vulnerabilidade diplomática. O primeiro, Artigo 20, explana o direito de todas as pessoas a uma nacionalidade, sendo ela do Estado em que estiver nascido ou a outra, caso tenha direito, não sendo permitida a privação arbitrária de nacionalidade nem do direito de mudá-la (ACNUR, 1951).

O artigo 22 (BRASIL, 1992) traz que toda pessoa que se ache legalmente no território de um Estado tem direito de circular nele e nele residir em conformidade com as disposições legais do local, sendo a todas as pessoas concedido o direito de sair livremente de qualquer país, inclusive do próprio. Ao estrangeiro que se encontre legalmente no território de um Estado-Parte só poderá dele ser expulso em cumprimento de decisão adotada de acordo com a lei (CONVENÇÃO, 1969).

Toda pessoa tem direito de buscar e receber asilo em território estrangeiro, em caso de perseguição por delitos políticos ou comuns conexos com delitos políticos de acordo com a legislação de cada Estado e com as convenções internacionais, sendo que em nenhum caso o estrangeiro poderá ser expulso ou entregue a outro país, seja

ou não de origem, onde seu direito à vida ou à liberdade pessoal esteja em risco de violação por causa da sua raça, nacionalidade, religião, condição social ou de suas opiniões políticas, sendo extremamente vedada a expulsão coletiva de estrangeiros. Além disso, o Artigo 24 aduz que todas as pessoas possuem igualdade perante a lei, dessa forma, têm direito, sem discriminação, a igual proteção legal (COMISSÃO, 1969).

Como garantia de que o que trata a Convenção será seguido de forma integral, o Artigo 29 aduz que as normas da Convenção não deverão ser interpretadas no sentido de permitir a qualquer dos Estados-Partes, grupos ou pessoas, suprimam o gozo e o exercício dos direitos e liberdades reconhecidas nem mesmo as limitem em maior medida do que a nela prevista (COMISSÃO, 1969).

Além disso, como meio de proteção e fiscalização ao cumprimento pelos Estados-Partes das normas impostas pela Convenção, foram criados dois órgãos fiscalizadores e julgadores, sendo eles: Comissão Interamericana de Direitos Humanos e Corte Interamericana de Direitos Humanos (CONVENÇÃO, 1969).

a) a primeira, também denominada de Comissão, tem como papel promover a observância e a defesa dos direitos humanos, devendo os estimular, formular recomendações e solicitar informações aos governantes dos Estados-Parte, promover estudos e relatórios, apresentar relatórios anuais à Assembleia Geral da organização dos Estados Americanos. Qualquer pessoa ou grupo de pessoas, ou entidade não governamental legalmente reconhecida em um ou mais Estados-Partes, poderá apresentar à Comissão petições que contenham denúncias ou queixas de violação da Convenção por um Estado-Parte;
b) já a segunda, também chamada de Corte, composta por sete juízes, tem como função julgar violações cometidas pelos Estados-Partes das normas constituídas na Convenção. Apenas os Estados-Partes e a Comissão têm direito de submeter caso à decisão da Corte.

O Brasil, aderiu a Convenção em 25 de setembro de 1992 por meio de deposito de Carta de Adesão e promulgação do Decreto nº 678, em 6 de novembro de 1992 estabelecendo que a Convenção deverá ser cumprida inteiramente como nela se contém.

V) Declaração de Cartagena - 1984 (ACNUR, 1984).

Entre os dias 18 e 22 de novembro de 1984, em Cartagena/Colômbia, a conhecida Declaração de Cartagena foi adotada pelo *Colóquio sobre Proteção Internacional dos Refugiados da América Central, México e Panamá: Problemas Jurídicos e Humanitários*. Tal Declaração foi elaborada tendo como fonte norteadora as conclusões e recomendações adotadas pelo Colóquio realizado no México sobre Asilo e Proteção Internacional de Refugiados na América Latina, a Convenção das Nações Unidas de 1951 e o Protocolo de 1967, trazendo, assim, inovações quanto questões inerentes à refugiados na América Central, México e Panamá. Desse modo, adotou-se: (I) todos os Estados Membros passaram a se obrigar a realizar alterações constitucionais em seus ordenamentos jurídicos, a fim de aderirem por completo à Convenção de 1951 e ao Protocolo de 1967 sobre o Estatuto dos Refugiados e, caso ainda não forem adeptos as normais, que sua adesão seja realizada sem reservas que limitem o seu *alcance; (I) adotando* as terminologias presentes nas citadas legislações para seja realizada a diferenciação entre os refugiados e outras categorias de migrantes, ratificando sempre a natureza pacífica, apolítica, e exclusivamente humanitária da concessão de asilo (ACNUR, s/d b).

Também obrigou os Estados a estabelecerem mecanismos internos para aplicar as disposições da Convenção de 1951 e do Protocolo de 1967, além de determinarem formas de consulta entre os Países da América Central com a finalidade de colherem maiores informações quanto os problemas enfrentados por cada Estado quanto aos Refugiados. Que toda a repatriação seja realizada de forma voluntária com a ajuda da ACNUR e de comissões tripartites que deverão ser criadas em casa Estado; fortalecimento dos programas de proteção e assistência aos refugiados, também foram pontos fortemente tratados pela Convenção (ACNUR, 1984).

Foi ainda estabelecido que os países de asilo reinstalem seus acampamentos de refugiados em locais mais centrais, distantes das fronteiras para melhorar as condições de proteção dos refugiados, realizando sempre que possível, estudo conjuntos e ações para incluírem os refugiados na vida produtiva dos países asilo (ACNUR, 1984).

VI) Legislações brasileiras – Refugiados e o Brasil - Lei nº 9.474/1997 (BRASIL, 1997).

O Brasil foi o primeiro país da América Latina a aderir a Convenção de 1951 e

ao Protocolo de 1967, em agosto de 1972 e a formular uma lei específica sobre os refugiados (JUBILUT; GODOY, 2017). A Lei nº 9.474 de 1997, além de demonstrar ao mundo a preocupação do Estado brasileiro com a temática do refúgio, representou um marco histórico no âmbito internacional. Esta Lei, além de incorporar as previsões legais da Convenção de 1951 e do Protocolo de 1967 no ordenamento jurídico brasileiro, acabou por ampliar as proteções aos refugiados nelas contidas, criando comitê especial de deliberação coletiva no âmbito do Ministério da Justiça acerta dos assuntos relacionados aos refugiados, o Comitê Nacional para os Refugiados (CONARE), que tem como função analisar pedido de reconhecimento da condição de refugiado, decidir a cessação da sua condição, determinar a perda da condição de refugiado, aprovar instrumentos legislativos esclarecedores a execução da Lei e orientar e coordenar as ações necessárias à eficácia da proteção, assistência e apoio jurídico aos refugiados (BARRETO, 2010).

O conceito de refugiado passou a ser entendido no Brasil como aquele que sofre perseguição por motivos religiosos, de nacionalidade, de raça, por estar associado a grupos sociais, apresentar opiniões políticas, encontrar-se fora de seu país de origem e não possa ou não queira receber a proteção de tal país; não possa ou não queira regressar a ele, em função das circunstâncias descritas no inciso anterior e devido a grave e generalizada violação de direitos humanos, é obrigado a deixar seu país de nacionalidade para buscar refúgio em outro país (ACNUR, s/d c).

Sendo que os efeitos da condição dos refugiados são estendidos ao cônjuge, aos ascendentes e descendentes, assim como aos demais membros do grupo familiar do refugiado que dependem economicamente, desde que se encontrem em território nacional. Por outro lado, não se beneficiam da condição de refugiado: (i) os indivíduos que já desfrutem de proteção ou assistência por parte de organismo ou instituição da Organização das Nações Unidas que não o ACNUR; (ii) sejam residentes no território nacional e tenham direitos e obrigações relacionados com a condição de nacional brasileiro; (iii) tenham cometido crime contra a paz, crime de guerra, crime contra a humanidade, crime hediondo, participado de atos terroristas ou tráfico de drogas; (iv) sejam considerados culpados de atos contrários aos fins e princípios ONU (BRASIL, 1997).

Nos termos da Lei, o refugiado gozará de direitos, como à cédula de identidade comprobatória de sua condição jurídica, carteira de trabalho e documentos de viagem e estará sujeito aos deveres dos estrangeiros no Brasil, cabendo-lhe a obrigação de

acatar as leis, regulamentos e providências nacionais (BRASIL, 1997).

O estrangeiro que entrar em território nacional, exceto aqueles considerados perigosos para a segurança do Brasil, poderá expressar sua vontade de solicitar reconhecimento como refugiado a qualquer autoridade migratória que se encontre na fronteira, sendo ele orientado quanto aos procedimentos para instauração de processo junto à CONARE para regularização de sua situação no país - os processos de reconhecimento da condição de refugiado são gratuitos e tem caráter urgente. Em nenhuma hipótese é permitida a deportação de refugiado para fronteira de território em que sua vida ou liberdade esteja ameaçada, em virtude de raça, religião, nacionalidade, grupo social ou opinião política. A solicitação de refugiado suspenderá qualquer procedimento administrativo ou criminal pela entrada irregular no país, sendo todos os processos arquivados no momento do reconhecimento da posição de refugiado pelo solicitante (BRASIL, 1997).

O reconhecimento de certificados e diplomas, os requisitos para a obtenção da condição de residente e o ingresso em instituições acadêmicas de todos os níveis deverão ser facilitados junto à CONARE, levando-se em consideração a situação desfavorável vivenciada pelos refugiados (BRASIL, 1997).

Não será expulso do Brasil o refugiado que esteja regularmente registrado, salvo por motivos de segurança nacional ou de ordem pública, sendo que sua expulsão não resultará em sua retirada para país onde sua vida, liberdade ou integridade física possam estar em risco, e apenas será efetivada quando da certeza de sua admissão em país onde não haja riscos de perseguição. A repatriação e reassentamento do refugiado deve ser caracterizado, sempre que possível, pelo caráter voluntário (BRASIL, 1997).

3 FUNDAMENTAÇÃO SÓCIO-DISCURSIVA: CONCEITOS E PRESSUPOSTOS

Para este capítulo, apresentamos uma reflexão acerca de postulados do círculo bakhtiniano (Bakhtin/Volochinov), especialmente, no que tange ao princípio do dialogismo, reconhecido como constitutivo e orientador da atividade da linguagem, e das práticas discursivas. Além disso, postulados dos estudos da Teoria da Enunciação, do linguista Émile Benveniste, que nos oferece um aporte teórico importante sobre a intersubjetividade e a subjetividade, dimensões constitutivas das práticas de linguagem, fundamentos e conceitos norteadores, no contexto da nossa pesquisa. Com o intuito de cumprir os objetivos previstos para esta investigação, recorremos, também, aos Estudos Culturais de Stuart Hall e de outros teóricos, para explicitar as concepções de identidade e de narrativa com as quais trabalhamos.

3.1 Linguagem e Língua – uma visão interacionista

Em cada momento, seja social ou histórico, nota-se a habilidade do ser humano de se comunicar, de produzir sentido e de representar o mundo que o cerca, através da linguagem. Mikhail Bakhtin critica os estudos linguísticos do objetivismo abstrato do contemporâneo Ferdinand Saussure, que compreende a língua como um conjunto de normas indiscutíveis e imutáveis, dissociada da fala e sem valores ideológicos. Segundo Bakhtin (2006, p. 15), a fala está “indissoluvelmente” ligada às intenções de comunicação dos interlocutores e em consonância com às estruturas sociais. Em suas reflexões, o filósofo “valoriza a fala, a enunciação e afirma a sua natureza social, não individual” (BAKHTIN, 2006, p.15).

Para Bakhtin (2006, p. 127), “a língua vive e evolui historicamente, através da fala e da escrita concreta, não no conjunto linguístico abstrato das formas da língua, tampouco no psiquismo individual dos falantes.” Ao contrário do pensamento dos representantes do objetivismo abstrato que declaram que

> o sistema linguístico constitui um fato objetivo externo à consciência individual e independente desta — e isto representa uma de suas posições fundamentais. E, no entanto, é só para a consciência individual, e do ponto de vista dela, que a língua se apresenta como um sistema de normas rígidas e imutáveis. (BAKHTIN, 2006, p. 91).

Para Volóchinov (2021, p. 176), “a consciência subjetiva do falante não trabalha com o conceito de língua como uma sistematização de formas normativas idênticas”.

No sentido adverso ao que foi dito anteriormente, sabemos que as normas da língua apresentam regularidades e essas, por sua vez, se apresentam em evolução. Uma língua em uso de uma forma, em um determinado momento do tempo histórico, aparece em uso de forma diferente em outro. E isso ocorre como uma “corrente evolutiva ininterrupta” (BAKHTIN, 2006, p. 91). Esse processo evolutivo da língua pode ser estudado em uma perspectiva síncrona, mediante recortes temporais, e diacrônica, observando as mudanças sofridas pela língua. Como a língua se constitui socialmente, dependendo da necessidade enunciativa dos interlocutores, ela pode sofrer variações, reveladoras da sua flexibilidade e heterogeneidade.

Para Bakhtin (2021, p. 298), a língua “é constituída por ser um fenômeno social da interação verbal que se realiza pela enunciação”. Assim, o processo dialógico envolve os interlocutores, participantes da enunciação. Para o teórico,

> as pessoas não trocam orações, assim como não trocam palavras (numa acepção rigorosamente linguística), ou combinações de palavras, trocam enunciados constituídos com a ajuda de unidades da língua -— palavras, combinações de palavras, orações; mesmo assim, nada impede que o enunciado seja constituído de uma única oração, ou de uma única unidade de fala [...]. (BAKHTIN, 1997, p. 297)

Segundo o filósofo russo, “a palavra constitui justamente o produto da interação do locutor e do ouvinte.” (BAKHTIN, 2006, p.115). Através do diálogo, no cotidiano da vida social, os indivíduos interagem, compreendem-se e respondem uns aos outros e a si mesmos, marcados por ideologia. Através do uso da língua, em um movimento naturalmente responsivo, respondemos aos nossos interlocutores (empíricos ou discursivamente projetados).

A enunciação, atividade de comunicação discursiva, é ideológica e não existe fora de uma realidade social. Os interlocutores interagem, interferindo de forma significativa nas manifestações linguísticas e, através da palavra (signo ideológico), o falante percebe e registra de forma singular o mundo e tudo o que está à sua volta. Nessa perspectiva, "Todo enunciado constitui uma nova ocorrência comunicativa.” (BAKHTIN, 2005, p.183). Dependendo da situação interacional, discursiva, um tipo

de enunciado é formado. Cada ato enunciativo é único.

Mikhail Bakhtin estudou a linguagem do ponto de vista sociointeracionista, diferenciando-se dos pesquisadores estruturalistas. O teórico afirma que “toda palavra serve de expressão a um em relação ao outro” (BAKHTIN, 1986, p. 113). A palavra, no ato expressivo, comunicativo da interação, está plena de conteúdo e significado. Nesse sentido, é na interação que os interlocutores compreendem as palavras e reagem àquelas que provocam neles um sentido ideológico ou vivencial. A ruptura da língua com seu sentido ideológico, constitui um dos erros do objetivismo abstrato, que também não admite como individual, o ato discursivo e o enunciado.

Bakhtin/Volochinov (1986, p. 112) afirmam, também, que é a expressão que organiza o pensamento pelas condições reais de enunciação, efeito da interação entre dois interlocutores, diante de uma realidade social imediata.

> A palavra dirige-se a um interlocutor: ela é a função da pessoa desse locutor: variará se se tratar de uma pessoa do mesmo grupo social ou não, se esta for inferior ou superior na hierarquia social, se estiver ligada ao locutor por laços sociais mais ou menos estreitos (pai, mãe, marido, etc) (BAKHTIN, 1986, p. 112).

A expressão verbal parte, nessa perspectiva, de um locutor e é socialmente direcionada a um interlocutor. O contexto dá forma à enunciação, e isso resulta nas diversas maneiras de enunciar, como, por exemplo, de forma mais ou menos tímida, segura, simples, rebuscada. E, da mesma forma, indicando se um dado enunciado está sendo estruturado no forma de um pedido ou uma ordem, por exemplo. Outras vezes, a forma e o estilo da enunciação “são determinados pelas pressões sociais mais substanciais e duráveis a que está submetido o locutor.” (BAKHTIN, 1986, p. 114).

Os adeptos ao objetivismo abstrato não admitiam a língua no fluxo da comunicação verbal. Essa restringia-se a um conjunto de regras, a serem identificadas, descritas, prescritas. No entanto, a língua é inseparável do fluxo da comunicação verbal. É nesse curso constante de interação verbal, através da enunciação, que o indivíduo, conscientemente, aprende a língua e os seus usos.

A aquisição da língua, na comunidade onde se nasce, é um instrumento capaz de estruturar a visão de mundo do indivíduo e o seu comportamento social. Esse processo torna esse sujeito capaz de significar o mundo em que vive. O que assumimos, nesta pesquisa, é que “falar uma língua não significa apenas expressar

nossos pensamentos mais interiores e originais; significa também ativar a imensa gama de significados que já estão embutidos em nossa língua e em nossos sistemas culturais" (HALL, 2006, p. 40).

A partir desses argumentos, pretendemos descrever e explicar, no capítulo de análise, como o discurso de migrantes e refugiados(as) que constituem o *corpus* desta pesquisa, são constituídos, com base em afirmações, omissões, retomadas e contraposições em relação a outros discursos. Como pretendemos retomar, no processo de análise, a linguagem se constrói dentro de relações de interação. Como veremos, quando os indivíduos dialogam, instanciando-se como sujeitos da enunciação (enunciadores), esses indivíduos relembram suas origens, acontecimentos marcantes, recuperam memórias e projetam suas aspirações para o futuro.

3.1.2 A subjetividade na linguagem

Émile Benveniste também assume um conceito de língua distinto do postulado por Ferdinand Saussure que a compreende como um sistema de signos linguísticos, esses estruturados em uma intrínseca relação entre significante e significado. Benveniste (1989) assume que a língua é a parte social da linguagem. Como afirma Guimarães (2018), o linguista francês se contrapôs aos preceitos de Saussure focalizando modos distintos do "funcionamento da língua: o semiótico e o semântico".

Ao conceituar a semântica, Benveniste defende a tese de que o signo é linguístico, em face a outro signo, no processo de produção de sentido. Nessa perspectiva, o signo linguístico, também é compreendido como um produto da atividade humana da linguagem, implicado no ato de fala. Para Benveniste (2006, p. 75), no ato de fala, "o indivíduo assume as bases da linguagem estabelecendo o ato enunciativo, no tempo e no espaço". Esse, por sua vez, se dará no "aqui-agora", que equivale ao próprio momento da enunciação. O locutor, sujeito que fala, enuncia-se como "eu", instanciando-se como enunciador (eu) e a um enunciatário (tu), em uma cena enunciativa, que se estrutura sempre no tempo axial da enunciação, o presente. A experiência humana da subjetividade, nessa perspectiva, é compreendida como constitutiva da linguagem humana e implicada no ato enunciativo.

Os estudos de Benveniste esclarecem que é através da linguagem que o homem adquire condições para constituir-se como sujeito, mediante à sua capacidade de interação com o outro por meio do processo enunciativo.

Nessa perspectiva, entende-se a subjetividade como “a capacidade do locutor para se propor como sujeito*”* (BENVENISTE , 1976, p. 286). Como afirma Benveniste (1976, p. 286), “é na linguagem e pela linguagem que o homem se constitui como sujeito; porque só a linguagem fundamenta na realidade, na sua realidade que é a do ser, o conceito de “ego”.” Sobre isso, à luz da tese benenisteana, Flores (2017, p. 63) afirma que é o "ego" que diz ego, ou melhor, o sujeito da enunciação que diz “eu”, fundamento linguístico da subjetividade. A categoria de pessoa (eu) mostra a passagem de locutor a sujeito.

Em consonância com Benveniste (1976, p. 289), é possível constatar que a linguagem é constitutiva do ser humano e é na interação e na interlocução com o outro que se constrói a identidade. “A linguagem é, pois, a possibilidade da subjetividade, pelo fato de conter sempre as formas linguísticas apropriadas à sua expressão, e o discurso provoca a emergência da subjetividade” (BENVENISTE, 1976, p. 289).

Orlandi (1996, p. 110), ao refletir sobre a dimensão humana, a subjetividade e de sua relação com as experiências socio-históricas, explica que, no momento em que o indivíduo toma para si a linguagem, “há uma forma social de apropriação da linguagem pelo sujeito (locutor), em que está refletida a ilusão do sujeito, isto é, sua interpelação feita pela ideologia, condição para a constituição do sujeito e dos sentidos. E, nesse jogo do lugar social e dos sentidos estabelecidos, que está representada a determinação histórico-social do discurso”.

Em sua obra “Problemas de linguística Geral I”, Benveniste (1976, p. 288) constata que “dirigindo-se a um “tu”, no ato de fala, que não se repete, é que o “eu” se constitui como sujeito, evidenciando a pessoa e não pessoa” da cena enunciativa. É para essa concepção que a presente pesquisa requer atenção: não pela experiência individual de ser o sujeito de linguagem ele mesmo, mas como unidade psíquica que vai além das experiências vividas, possibilitando a manutenção da consciência, determinando o status linguístico da pessoa. Diante disso, Benveniste (2005, p. 286) atenta-se ao fato de que “o emprego de um “*eu*” exige a existência de um “*tu*” a quem o primeiro se dirige. Eu não emprego *eu* a não ser dirigindo-me a alguém, que será na minha alocução um *tu*. O diálogo, manifestado no ato da

enunciação, é uma experiência constitutiva do ser humano. Cada locutor (re)age como sujeito, na interação, remetendo-se a ele próprio, como "*eu* no seu discurso, e se torna *tu* na alocução daquele que por sua vez se designa por *eu*, o que demanda uma relação de reciprocidade com o outro" (BENVENISTE, 1976, p. 288).

Os pronomes *eu* e *tu* são apontados por Benveniste (1976, p. 279) como os indicadores de subjetividade na linguagem. Destes pronomes dependem, por sua vez, outras classes de pronomes, que têm o mesmo estatuto. São os indicadores da dêixis, os demonstrativos (*este, esta*, *isto*...) e os advérbios (*aqui*, *agora*, *hoje*...), que organizam as relações espaciais e temporais à volta do sujeito tomando como ponto de referência: "isto, aqui, agora": e as suas numerosas correlações: "aquilo, ontem, no ano passado, amanhã etc." Definem-se apenas em relação discurso em que o *eu* se enuncia.

Nesse sentido, segundo Maingueneau (1997, p. 41), através do uso da língua, é possível perceber que a "dêixis" define as coordenadas espaço-temporais implicadas em um ato enunciativo em que estão envolvidas as referências articuladas pelo triângulo eu-tu ↔ aqui ↔ agora. A dêixis enunciativa manifesta-se de forma diferente, a partir do universo de sentido de uma formação discursiva que é construída através da enunciação. Podemos distinguir, nesta dêixis, o locutor e o destinatário (alocutário) discursivo.

De acordo com Benveniste, por exemplo,

> é na instância de discurso que a relação eu-tu ↔ aqui ↔ agora encontra suas determinações e é essa relação que forma a base axial para constituição do sistema da língua, do qual derivam outras classes linguísticas como "meu", "teu", "hoje", "amanhã", "neste lugar". (BENVENISTE, 1988, p. 279)

Na narrativa discursiva, na medida em que um sujeito enuncia-se como eu, no ato de comunicação discursiva, instaura um "tu" ao qual se dirige, evidenciando as relações espaciais e temporais em torno desse sujeito.

Nesta pesquisa, investigamos o processo de construção identitária de sujeitos em situação de imigração e refúgio, através de suas narrativas de vida. Nessas narrativas, esses sujeitos enunciam-se como eu/eus, no ato de comunicação discursiva, diante de sentidos construídos, individualmente e socialmente, por eles. Como veremos no capítulo de análise, esses sujeitos contam também suas experiências vivenciadas em tempos e espaços distintos, relatam o deslocamento do

país de origem, retomando experiências que lhes permitiram viver um “eu-lá-ontem” e, a partir do lugar em que se encontram, onde se referenciam e se mobilizam, socialmente, um eu – aqui – agora, de onde lhes é garantido (ou não) um lugar da fala, ou seja, onde se apresentam, se expressam e se constituem identitariamente.

Além do que foi dito, anteriormente, vale ressaltar que o ato da enunciação, do qual decorre o discurso, é “inseparável do que poderíamos chamar de manifestação da “voz” do sujeito do discurso. E isso se revela, no âmbito das estratégias discursivas, através da sua “maneira de dizer”: não o que dizem a propósito de si mesmos, mas o que revelam pelo modo de se expressarem. Maingueneau (1997, p. 45).

3.2 A Construção Identitária

> “Todo discurso provém de alguém que tem suas marcas identitárias específicas, que o localizam na vida social e que o posicionam no discurso de um modo singular assim como seus interlocutores”. MOITA LOPES, 2003,19).

Nesta pesquisa, partimos do pressuposto de que é por meio da língua e dos significados construídos, socialmente, que o falante se constitui e se posiciona identitariamente.

O processo de construção identitária começa, portanto, com a relação do homem com o seu meio, com suas interações interpessoais e vivências. Nesse processo, são de extrema necessidade uma reflexão sobre os princípios da alteridade e do dialogismo, aspectos constitutivos, indissociáveis das práticas discursivas. Construímos os nossos posicionamentos identitários nas práticas discursivas.

Nessas práticas produzimos significados para a forma como estabelecemos relação com o mundo, com o outros, com nós mesmos, ou seja, com aquilo que somos. Segundo Wertsch (1991, p. 8), a construção de significados, pelas práticas discursivas, se dá, sempre, em situações culturais, institucionais e históricas. Nesse sentido, podemos afirmar, em consonância com o linguista brasileiro José Paulo da Moita Lopes que:

> O que somos, nossas identidades sociais, portanto, são construídas por meio de nossas práticas discursivas com o outro: “as pessoas têm suas identidades construídas de acordo com o modo através do qual se vinculam

> a um discurso – no seu próprio e nos discursos dos outros" (SHOTTER e GERDEN, 1989, p.ix; (MOITA LOPES, 2003, p. 32).

O processo de construção identitária é, portanto, um fenômeno discursivo, construído em consonância com a concretude da interação social. Para Moita Lopes (2003), a construção da identidade é, constitutivamente, um fenômeno de natureza social, construída no discurso, sendo o indivíduo parte integrante das práticas discursivas, que representam cada uma das suas múltiplas identidades e, assim sendo, as identidades não estão prontas, são realizadas, moldadas, transformadas, nas interações discursivas, nas práticas de linguagem. À luz desses argumentos, podemos afirmar, então, que o indivíduo não nasce possuidor de uma identidade, mas sim, a constrói ao longo dos anos, da vida, em constante movimento, através do uso da língua, das práticas de discurso e de suas vivências intersubjetivas, de forma a ressignificar o seu ser e estar no mundo, a transformá-lo e a transformar-se constantemente.

De acordo com Moita Lopes (2001, p. 63), é preciso reconhecer o papel que as narrativas desempenham na construção de identidades sociais; reconhecer as práticas narrativas como a forma como as pessoas constroem e relatam a vida social e, em tal engajamento discursivo, como se constroem (reconhecem, referenciam, predicam) a si mesmas e os outros. Dessa maneira, a construção identitária, evidencia o processo de produção de sentido, o processo de criação das imagens, dos símbolos, dos discursos que compõem, para determinado grupo social, cultural, um imaginário abstrato. Assim sendo, a construção identitária se materializará, também, no campo das representações mentais, produzindo efeitos simbólicos nas ações reais do homem e percebidas na concretude das relações sociais.

Segundo Hall (2006) e Bauman (2001), o homem está em permanente processo de construção identitária, esse processo de mudança acontece como reflexo de uma tensão entre antigos e novos paradigmas sociais, políticos, econômicos, históricos e culturais, que emergem no processamento discursivo.

Fairclough (2008) utiliza o termo “discurso” ao considerar

> “o uso de linguagem como forma de prática social e não como atividade puramente individual ou reflexo de variáveis situacionais. Isso tem várias implicações. Primeiro, implica ser o discurso um modo de ação, uma forma em que as pessoas podem agir sobre o mundo e especialmente sobre os outros, como também um modo de representação. O discurso é uma prática, não apenas de representação do mundo, mas de significação do mundo,

> constituindo e construindo o mundo em significado". (FAIRCLOUGH, 2008, p. 90-91).

A prática discursiva é constitutiva, e contribui para que os participantes da interação possam reproduzir as identidades sociais, as relações sociais e sistemas de conhecimento e crença, como realmente são, e permite também transformá-los. Fairclough (2008, p. 92).

As identidades sociais estão sempre em construção, e dependem dos significados que os participantes dão a si mesmos e aos outros, quando em interação. Algumas identidades são construídas para terem voz na comunidade social, outras podem ser constituídas "em posição de resistência". Foucault (1979, p. 217 apud Moita Lopes, 2002, p. 36).

No ato do discurso, nas práticas do discurso, o sujeito não está meramente posicionado de forma passiva, para Fairclough (2008), ele é capaz também de atuar como agente, já que, no ato do discurso, não há posição fixa.

Stuart Hall (2006) indica que os indivíduos têm identidades sociais múltiplas em sua comunidade. Os mesmos indivíduos são inscritos em práticas discursivas diferentes por meio de identidades sociais diferentes e contraditórias. Essas identidades são construídas no discurso, independentemente da vontade do indivíduo. Uma pessoa que nasceu no Brasil, por exemplo, não será (re)conhecida identitariamente, somente como brasileira, mas também por sua classe social, gênero, raça, idade, religião, profissão e outros possíveis aspectos de suas experiências sócio-históricas.

Na próxima seção veremos, especificamente, o conceito de identidade.

3.2.1 Identidade

Nesta pesquisa, nos propomos a investigar o processo de re(construção) identitária de migrantes e refugiados(as) que se encontram, socialmente, no contexto comum de uma comunidade intercultural de aprendizagem (da língua portuguesa e da cultura brasileira). Para tanto, iniciaremos este capítulo refletindo sobre o conceito de identidade que assumimos.

No presente trabalho, compreendemos a identidade humana em termos da dinâmica de construção de posicionamentos (inter)subjetivos que construímos nos lugares que ocupamos, ou seja, essa se constrói em concretos contextos e situações sociointeracionais. Assim sendo, a construção da identidade é uma dimensão da vida humana relacionada ao entendimento que uma pessoa tem de si mesma e daquilo que lhe é significativo, pessoal e socialmente. A concepção de identidade assumida nesta pesquisa está fundamentada em estudos realizados pelo sociólogo britânico-jamaicano Stuart Hall. De acordo com Hall (2006, p.7), "as velhas identidades, que por tanto tempo estabilizaram o mundo social, estão em declínio, fazendo surgir novas identidades e fragmentando o indivíduo moderno, até aqui visto como um unificado."

Em seus estudos sobre a "Identidade cultural na modernidade tardia", Hall (2006) apresenta considerações acerca da existência da crise de identidade, mostrando de que forma ela surge. O estudo desenvolvido por Hall visa compreender a relação entre a identidade individual, social, cultural e a busca desse indivíduo por si próprio. Segundo Hall (2006, p.12), as sociedades modernas do final do século XX, que permitiam ao indivíduo sólidas localizações como sujeitos sociais, foram estruturalmente modificadas. Sendo assim, "paisagens culturais de classe, gênero, sexualidade, etnia, raça e nacionalidade" foram fragmentadas e mudaram também as identidades pessoais do indivíduo, desestabilizando a ideia que ele construiu dele próprio como sujeito integrado.

O indivíduo, em meio a esta crise, constrói-se identitariamente de maneira fragmentada, assumindo identidades diferentes, na atualidade das suas experiências existenciais, em diferentes momentos da vida. Essas identidades, depois de construídas, são impermanentes, ou seja, podem se modificar no decorrer dos anos dependendo das situações vividas pelo indivíduo e de suas concretas necessidades.

A identidade pessoal não se encontra em comportamentos, tampouco, nas reações dos outros, mas sim na capacidade de construir e dar sequência a uma narrativa de si. De acordo com Anthony Giddens (2002, p. 55), para manter interações diárias com outros, no mundo cotidiano, a identidade individual não deve ser totalmente fictícia e precisa, continuamente, integrar eventos que ocorram no mundo social, externo, organizando-os em uma contínua história sobre si mesmo. Muitos estudos que abordam o conceito de identidade embasados na história oral, presumem que a narrativa autobiográfica pode ser um dos possíveis *lócus* para a experiência da (re)construção identitária.

Stuart Hall (2006, p.10) distingue três concepções de identidade: a do sujeito do iluminismo, a do sujeito sociológico e a do sujeito pós-moderno. O sujeito do Iluminismo apresenta-se como um indivíduo único, consciente, capaz de agir e tomar suas decisões de maneira racional – uma concepção essencialmente individualista e assim, centrado no “eu, esse indivíduo formava a sua identidade. Uma identidade interior, que permanecia imutável durante toda a sua existência.

A segunda concepção de identidade baseia-se na compreensão do sujeito sociológico, que não era autônomo e nem autossuficiente, como o sujeito do Iluminismo, porém relacionava-se com as pessoas e com a sociedade à sua volta. Mantinha seus valores, sentidos, a simbologia e a cultura do lugar em que vivia – uma concepção interativa da identidade e do “eu”. Essa identidade constitui-se na “interação” entre o “eu” e a sociedade - um sujeito que se forma e modifica-se, dialogicamente, com culturas exteriores e as identidades que o cercam. É fruto da concepção sociológica, interage com os dois mundos o pessoal e o público. Para Hall (2006),

> o fato de que projetamos a "nós próprios" nessas identidades culturais, ao mesmo tempo que internalizamos seus significados e valores, tornando-os "parte de nós", contribui para alinhar nossos sentimentos subjetivos com os lugares objetivos que ocupamos no mundo social e cultural. (HALL, 2006, p. 12).

Com efeito, a identidade estabelece a ligação do sujeito à estrutura social, estabilizando o sujeito e os mundos culturais em que vive. Já a concepção de identidade do sujeito pós-moderno é fragmentada. O indivíduo pós-moderno não apresenta uma identidade fixa, permanente. Esse é reconhecido como um sujeito multifacetado, capaz de assumir diversas identidades em diferentes momentos. Esse sujeito, segundo Hall (2006), apresenta identidades contraditórias que se deslocam em várias direções e, à medida que “os sistemas de significação e representação cultural se multiplicam, há um confronto com uma multiplicidade desconcertante e cambiante de identidades possíveis, com cada uma das quais o sujeito poderia se identificar – ao menos temporariamente” Hall (2006, p. 13). Essa é a concepção que mais se aproxima da realidade do mundo em que vivemos atualmente; um mundo multicultural, em que as informações podem ser acessadas de forma quase imediata, um mundo em constante transformação devido à globalização.

Anthony McGrew (1992, apud HALL, 2006, p. 67) refere-se à globalização como processos de expansão global, que ultrapassam as fronteiras nacionais, interligando as comunidades e organizações em novas combinações de espaço-tempo, tornando o mundo interconectado.

3.2.2 Identidade pessoal

> "A identidade é simplesmente aquilo que se é...", [...] Nessa perspectiva, a identidade só tem como referência a si própria: ela é autocontida e autossuficiente). (SILVA, 2000, p.74).

A Identidade Pessoal está relacionada com o modo como o indivíduo se vê e delineia suas características, como ele define o conceito que tem de si mesmo comparando-se a outros. A definição de identidade em uma perspectiva subjetiva, "sugere a compreensão que temos sobre o nosso eu" (WOODWARD, 2009, p. 55). Ao empregarmos o termo identidade estamos tratando também da subjetividade que emerge de cada sujeito. Além dos aspectos individuais, característicos de cada ser, envolve seus pensamentos, suas emoções de forma consciente ou inconsciente que constitui "quem somos" e no contexto social.

A construção da identidade pessoal, segundo Erikson (1972, p. 35), se fixa nos valores intrínsecos do ser humano, em quem entende ser como pessoa, em quais direções deseja seguir em sua vida. A identidade pessoal é, portanto, uma concepção de si mesmo, composta de valores, crenças e metas com os quais o indivíduo pode estar solidamente comprometido.

A autoidentidade, para Giddens (1991), não é "um traço distintivo, ou mesmo uma pluralidade de traços, possuído pelo indivíduo. É o eu compreendido reflexivamente pela pessoa em termos de sua biografia*."* A identidade supõe a continuidade no tempo e no espaço: "a autoidentidade é essa continuidade reflexiva interpretada pelo sujeito"**,** cognitivamente. Não se trata de ser somente um sujeito reflexivo, "mas ter o conceito de pessoa", aplicável a si próprio e aos demais. O que uma cultura compreende por "pessoa" pode ter outro significado para outra cultura diferente, apesar de alguns elementos dessa noção de "pessoa" ser comuns a todas

as culturas. A utilização do “eu”, em diferentes contextos, é a característica essencial das concepções reflexivas da pessoidade [*personhood*][8] (GIDDENS, 1991, p. 54).

As mudanças (sociais, culturais, subjetivas e intersubjetivas) demandam reorganizações psíquicas (Anthony, 2002, p. 54). Quando um indivíduo transita da fase da adolescência para a idade adulta, essa mudança de fase exige que um “eu” alterado também seja construído como parte de um processo reflexivo que conecta a mudança pessoal e social.

3.2.3 Identidade social

> “A construção da identidade é social e acontece durante toda, ou grande parte, da vida dos indivíduos. Desde o seu nascimento o homem inicia uma longa e perene interação com o meio em que está inserido, a partir da qual construirá não só a sua identidade, como a sua inteligência, suas emoções, seus medos, sua personalidade etc. Apesar de alguns traços desenvolvimentais serem comuns a todas as pessoas, independente do meio e da cultura em que estejam inseridas. (ERIKSON, 1972, p. 32).

Estudiosos do campo das Ciências Sociais discutem sobre identidade e afirmam que vivenciamos, na contemporaneidade, uma “crise identitária”. “As identidades, em tempos passados, davam estabilidade ao mundo social”. (Turner, 1982, p. 49). Dito isso, compreendemos que, para o antropólogo, a identidade social não é constituída apenas quando uma pessoa categoriza/caracteriza a si própria e ao outro, mas, para além disso, quando procura outras formas de identificar-se e definir-se, socialmente e culturalmente.

Dessa forma, podemos entender que a maneira como o indivíduo se “autoenxerga” (se reconhece) e o modo como é visto (reconhecido) pela sociedade influenciam na construção e na composição de sua própria identidade. O indivíduo constrói a sua identidade de acordo com o seu pertencimento em algum grupo social. Segundo Hall (2006, p. 12), a essência interior do sujeito, o seu “eu real”, é formado

---

[8] A versão brasileira dos Problemas de linguística geral, de Emile Benveniste, traduz *corrélation de personnalité* por correlação de personalidade. Embora não se possa dizer que a tradução esteja errada, talvez seja mais adequado criar em português um neologismo – *pessoalidade* – para evitar confusão com o termo técnico do campo da psicologia personalidade. Benveniste quer, com o termo *corrélation de personnalité,* enfatizar algo que é do campo do linguístico, da categoria de pessoa, e não do psicológico, da personalidade. (FERREIRA, 2015).

e modificado através do diálogo com os mundos culturais exteriores e as identidades oferecidas por ele.

O sociólogo Zygmunt Bauman, na obra *Identidade: uma entrevista a Benedetto Vecchi* (2005), afirma que as identidades se tornam mutáveis, algumas se constituem de acordo com as escolhas dos indivíduos, e outras são influenciadas pelas pessoas que nos rodeiam. O convívio com o grupo social provoca um compartilhamento de costumes, valores, crenças, determinados hábitos, entre outros, que irão nortear as ações do indivíduo inserido naquele contexto social e, por meio desse compartilhar das práticas do dia a dia, as pessoas vão construindo as suas identidades. Dessa forma, o homem constrói a sua identidade, desde a infância, ao estabelecer contato com o outro e com a sociedade. É a partir desse convívio social, das suas percepções e experiências individuais, das regras, princípios e valores organizam a visão que esse ser tem de si e do mundo que o cerca.

3.2.4 Identidade cultural

O processo de globalização transformou as sociedades modernas, que convivem com a mudança constante, rápida e permanente, e estão inseridas numa dinâmica cultural fluida e móvel. O mundo economicamente globalizado e o avanço das tecnologias da informação e comunicação (TICs) trazem a possibilidade de os seres humanos de relacionarem, cotidianamente, com diversas culturas. Dessa forma, a identidade pressupõe uma mistura, uma mescla, de vivências e situações de um grupo formado por culturas distintas.

Na contemporaneidade, o sujeito não apresenta mais uma identidade unificada, enraizada em valores, crenças, papéis e afiliações sociais estáveis, fixas, permanentes. O sujeito da modernidade tornou-se identitariamente fragmentado. Profundas mudanças estruturais (sociais, econômicas, geopolíticas), entre as quais a do êxodo migratório, provocam profundas mudanças na identidade cultural de sujeitos, comunidades e povos, em todo planeta. Em termos identitários, nos transformamos, continuamente, de acordo com a forma como somos representados ou interpelados nos sistemas culturais que nos rodeiam e aos quais nos afiliamos, com maior ou menor nível de consciência e intencionalidade (HALL, 2006).

Segundo Hall (2006, p. 70), “[...] as identidades culturais são pontos de identificação, os pontos instáveis de identificação ou sutura, feitos no interior dos discursos da cultura e da história”. Sendo assim, um indivíduo ao se sentir pertencente a um grupo social, concede a si próprio, uma identidade cultural. Nessa perspectiva, essencialmente intercultural, da experiência identitária, evidencia-se a relevância de compreendermos a identidade em sua face narrativa.

Para Bauman (2005), algumas identidades se constituem a partir de nossas próprias escolhas, mas outras são criadas e lançadas pelas pessoas que nos rodeiam. Para Moresco e Ribeiro (2015), com o passar dos anos, a concepção de identidade como unificada passou a ser reconhecida e entendida como não permanente, transitória e dinâmica.

Nesse contexto, entendemos que a identidade é concebida a partir de sistemas culturais, ou seja, a identidade é culturalmente formada. Nesse sentido, é um posicionamento e não uma essência. Assim compreendida, é possível reconhecer a importância de uma investigação científica que vise compreender o processo de ressignificação de migrantes e refugiados no tange à sua identidade, ao seu posicionamento identitário, frente às novas experiências (possibilidades e desafios) culturais que o deslocamento forçado impõe. Como é possível verificar, no processo de interação cotidiana com migrantes e refugiados, que esses novos posicionamentos identitários são construídos de forma gradual e estruturados narrativamente.

O processo de ressignificação identitária, como veremos na análise dos dados, nem sempre ocorre de forma rápida ou tranquila. Sobre essa face do problema em estudo, Bauman (2005) explica que as comunidades culturais têm o papel de definirem as identidades de um indivíduo. O pensador distingue as comunidades culturais em dois tipos. A primeira, ele reconhece como comunidade de vida, aquela na qual os indivíduos vivem juntos. A segunda, como comunidade de destino ou de pertencimento, aquela em que os indivíduos estão reunidos por ideias ou princípios comuns. Bauman afirma que:

> [...] existem tantas dessas ideias e princípios em torno dos quais se desenvolvem essas “comunidades de indivíduos que acreditam” que é preciso comparar, fazer escolhas, fazê-las repetidamente, reconsiderar escolhas já feitas em outras ocasiões [...] (BAUMAN, 2005, p. 17).

A identidade cultural é, portanto, uma forma de apresentação das interações entre os indivíduos, comunidades e grupos, envolvendo compartilhamento da língua, da ciência, da arte, do trabalho, das manifestações religiosas, dos costumes, entre outros. Essas produções resultam, em termos identitários, na cultura de um determinado povo. Em termos de exemplificação, é possível associar certas vestimentas e ritmo musical a uma cultura brasileira, estrangeira, do interior ou dos grandes centros urbanos e identificar a partir de qual década foi criada. O que reconhecemos como identidade cultural relaciona esses elementos a povos específicos.

Em síntese, à luz dos argumentos apresentados nesta seção, conceitos que, tradicionalmente, definiam as identidades culturais, entre os quais grupo social, território, povo, produção cultural, na contemporaneidade, tornam-se mais flexíveis, relacionais e passam por um processo contínuo de (re)construção e evolução.

3.2.5 Identidade Nacional

Como visto anteriormente, nesta seção, a globalização é um processo de mudança e impactou consideravelmente as identidades culturais do indivíduo, principalmente as identidades nacionais.

Para Stuart Hall (2006, p. 47), o indivíduo não nasce com as identidades nacionais, elas são formadas e sofrem transformações no interior das representações culturais. Para Stuart Hall (2006),

> “As pessoas não são apenas cidadãos(ãs) legais de uma nação: elas participam da ideia da nação tal como representada em sua cultura nacional. Uma nação é uma comunidade simbólica e é isso que explica seu poder para gerar um sentimento de identidade e lealdade” (SCHWARZ, 1986 apud Hall, 2006, p. 49).

Uma cultura nacional pode ser vista como um discurso, uma forma de construir sentido capaz de exercer influência e organizar tanto as ações do indivíduo quanto a concepção que ele tem de si próprio. (HALL ,2006, p. 50). Ainda de acordo com Hall (2006) “As culturas nacionais, na medida em que produzem sentidos sobre “a nação”, com os quais nos identificamos, constroem identidades (HALL, 2006, p. 50).

As histórias contadas sobre as nações abarcam esses sentidos. O indivíduo, relembra e narra as histórias da literatura nacional e da cultura popular, mantendo a tradição e o caráter nacional imutável. De acordo com Hobsbawm e Ranger (1983 apud, HALL, 2006, p. 54), outra estratégia discursiva para narrar a cultura nacional é a "invenção da tradição", o indivíduo narra as tradições que remetem à antiguidade, porém são recentes e, às vezes, até inventadas. Os mitos fundacionais que enfatizam o surgimento da nação e a associação da identidade nacional à ideia de um povo ou *folk* são também exemplos dessa narrativa. Sendo assim, a identidade nacional passa a ser uma "comunidade imaginada" (Benedict Anderson, 1983, apud Hall, 2006, p. 51), que se constitui através das narrativas dos seus integrantes sobre a nação.

Hall (2006, p. 34) destaca "as memórias do passado", "o desejo por viver em conjunto" e a "perpetuação da herança" como os três conceitos fundamentais para a compreendermos a cultura nacional como uma comunidade imaginada.

Para Anderson (1983, apud Hall, 2006, p. 51), o que diferencia as nações são as formas como seus integrantes as representam, as características e peculiaridades e os valores dispensados às nações das quais esses indivíduos fazem parte e serão herdeiros. Hall declara que,

> [...] não importa quão diferentes seus membros possam ser em termos de classe, gênero ou raça, uma cultura nacional busca unificá-los numa identidade cultural, para representá-los todos como pertencendo à mesma e grande família nacional (HALL, 2006, p. 59).

As nações apresentam uma diversidade cultural, são formadas por classes sociais e grupos étnicos e de gêneros diferentes. O impulso por uma unificação existe nas culturas nacionais (Gellner, 1983, p. 43), em contrapartida, a ideia de uma hegemonia unificada, nas nações modernas, só foi possível através da violência e, portanto devem ser esquecidas (Ernest Renan, 1990, apud Hall, 2006, p. 60). As nações modernas são, todas, híbridas culturalmente.

Stuart Hall (2006, p. 64) esclarece que unificar a identidade nacional em torno da raça é ainda mais difícil, pois a raça é uma categoria discursiva e não biológica e não pode ser utilizada para fazer a distinção de um povo do outro. Para o sociólogo, "as identidades nacionais não subordinam todas as outras formas de diferença e não estão livres do jogo de poder, de divisões e contradições internas, de lealdades e diferenças sobrepostas", apenas parecem que são unificadas. Assim, ao discutirmos

sobre o deslocamento das identidades nacionais, devemos lembrar que as culturas nacionais contribuem para “costurar” as diferenças na experiência de construção e ou (re)significação identitária.

Na próxima seção, trataremos da concepção de narrativa assumida nesta pesquisa. Segundo Roland Barthes (2011, p. 19) “todos os povos, de todas as classes e grupos sociais, apresentam as suas narrativas que são sustentadas pela linguagem verbal e não-verbal, de forma escrita, oral ou até mesmo através dos gestos e está presente em todos os tempos e lugares.”

3.3 Narrativa

A narrativa pertence à história da humanidade, sendo uma prática discursiva e social passada, como uma herança, de geração a geração. Para Jovchelovitch e Bauer (2002, p. 91) “não há experiência humana que não possa ser expressa na forma de uma narrativa”. Das narrativas orais épicas, construídas em versos, na antiguidade clássica, passando pelas histórias de família, contos de fadas, narrativas folclóricas, até o que reconhecemos, pelo avanço das tecnologias industriais e, contemporaneamente, digitais, de escrita, como crônicas, contos, novelas e romances, as narrativas acompanham e constroem a história humana.

Segundo Machado (2020, p. 48), a narrativa pode fazer parte de uma história ficcional ou familiar. Pode apresentar os acontecimentos sociais, culturais ou apresentar uma transcrição subjetiva e vivenciada de uma História.

Como veremos no capítulo de Metodologia, no presente trabalho, a tradição oral de narrar histórias de vida, se apresentou de forma significativa. Essa tradição foi explorada através da proposição de uma interação entre a pesquisadora e os sujeitos participantes da pesquisa, da qual decorreram relatos, histórias, que revelaram importantes maneiras de (re)construção da forma como esses sujeitos concebem a si, ao outro e ao mundo em que vivem. Nesse sentido, como veremos no processo de análise, é importante reconhecer que “[...]a narrativa não é apenas o produto de um ‘ato de contar’, ela tem também um poder de efetuação sobre o que se narra” (DELORY, 2012, p. 82).

As narrativas são parte integrante da vida cotidiana e constituem meios para os seres humanos, na condição de sujeitos sociais, expressarem experiências, memórias, desejos, sonhos, além de construírem e negociarem pontos de vista sobre as mesmos. Através de narrativas, como seres humanos, compartilhamos o processo de construção de sentidos que, individual ou coletivamente, atribuímos à experiência vivida. Reconhecidas em seus contextos sociopolíticos e culturais mais amplos, as narrativas permitem a ressignificação das nossas experiências vitais (pessoais, sociais, políticas, culturais).

As narrativas são uma forma social, cultural, de expressão humana, de compartilhar suas memórias, as suas lembranças. E, sendo assim, de experienciar emoções e sentimentos que cooperam para ressignificá-las. Para Machado (2020, p. 49), as formas como esses sujeitos enunciam uma parte de suas vidas ou experiências, suas descrições, explicações e retificações, tornam-se dados importantes que permitem construir e dar sentidos às narrativas autobiográficas.

Através das nossas narrativas provocamos sentido no mundo em que vivemos. A narrativa é uma forma de organizar o discurso presente no processo da nossa construção identitária. Linde (1987, p. 15) afirma que “a narrativa cria um sentido interno de si-mesmo, uma forma de negociarmos este si-mesmo com os outros”, e de dar sentido à vida.

A narrativa de vida nos permite examinar a forma com que o indivíduo que “conta a história está se construindo à luz dos personagens da história, sempre, em relação ao outro, ao seu interlocutor.” (JOHNSTONE, 1993, apud MOITA, LOPES, 2002, p.65).

Bruner (1997, pp. 46-52) e Linde (1989) apontam em seus estudos outras características para narrativa, dentre elas destacam três: (i) a narrativa representa a quebra de um cânone cultural - das expectativas culturais de um grupo onde a história é narrada; (ii) a história é contada para provocar uma reflexão e (iii) a narrativa revela o drama da vida social onde estão situados, envolve os atores enunciativos, suas ações, objetivos, cenários, instrumentos e problemas (Bruner, 1997). Tais características permitem que, através da autoidentidade do narrador, do retrato dos personagens e do seu alocutário, tenhamos acesso a como nos construímos e construímos os outros nos contextos onde as histórias são contadas. Para Linde (1989, p. 4), "o ato de narrar cria a ocasião para auto-observação e correção", ao se relatar a quebra de um cânone cultural.

A característica mais relevante da narrativa é a sua natureza avaliativa. A avaliação negocia o significado social da história contada; a) “como o mundo deve ser”; e b) “o tipo de pessoas que o falante e interlocutores são”. Sendo assim, o falante é representado de forma positiva: “como membro da sociedade”. Caso ele se apresente de forma negativa, há a quebra de expectativa, e de ordem moral e o erro cometido é remediado pela enunciação da narrativa, e “consequentemente, o erro por parte do falante é reconhecido. Linde (1989) afirma que as histórias contadas servem para "criar um sentido de pertencimento e solidariedade a um grupo”.

Para Moita Lopes (2001, p. 63), é preciso reconhecer o papel que as narrativas desempenham na construção de identidades sociais; reconhecer as práticas narrativas como a forma como as pessoas constroem e relatam a vida social e, em tal engajamento discursivo, como se constroem (reconhecem, referenciam, predicam) a si mesmas e os outros. Dessa maneira, a construção identitária, evidencia o processo de produção de sentido, o processo de criação das imagens, dos símbolos, dos discursos que compõem, para determinado grupo social, cultural, um imaginário abstrato. Assim sendo, a construção identitária se materializará, também, no campo das representações mentais, produzindo efeitos simbólicos nas ações reais do homem e percebidas na concretude das relações sociais.

Ao relatarem suas memórias do passado, as imagens que os sujeitos desta pesquisa constroem das suas trajetórias de vida, mostram a relação de cada um com o lugar de origem (eu-lá-ontem), a reorganização espaço-temporal (eu-aqui-agora), no lugar de acolhida, pontos importantes da nossa investigação[9].

Para Bakhtin (2003, p. 261), “tudo, neste universo, é espaço-temporal”. Assim sendo, o mundo é considerado além de “concreto e visível, o único do espaço humano e da história humana, ao qual se referem todas as imagens, nele tudo está marcado pelo pensamento.”

Nas narrativas, percebe-se a relação que estabelecemos, discursivamente, com a temporalidade. Nesse sentido, com o tempo passado, os fatos que foram resgatados, a trajetória de vida do narrador/enunciador e o tempo presente no momento em que os fatos são relatados. Um diálogo aberto do presente com o

---

[9] Esses dados permitem aprofundar a tese defendida por Athayde e Cavalcante (Revista Gatilho, UFJF, 2021). Conf.: https://doi.org/10.34019/1808-9461.2021.v20.33398.

passado ressignificado no instante presente em que se expõe os acontecimentos, “os possíveis registros, fontes para acervo de documentação e pesquisa, não objetiva a história em si mesma, mas um dos possíveis registros sobre o que passou e sobre o que ficou de herança ou como memória.” (DELGADO, 2006, p. 18).

Machado (2020, p. 54), destaca o espaço da encenação-narrativa que focaliza a lembrança, as memórias. Os sujeitos-enunciadores, atravessados pela emoção, trazem à tona, subjetivamente, fatos de um passado que pode se revelar como um pouco distante, já nebuloso.

Nas narrativas dos sujeitos em situação de migração e refúgio que compõem os dados desta pesquisa, cada participante, por meio da linguagem, reconstrói a sua história de vida, expondo as suas travessias, carregadas de experiências, sentimentos e superações, construindo assim, a realidade social no contexto em que estão inseridos e a si mesmos. Essas narrativas permitem a esses sujeitos se manifestarem de forma subjetiva sobre os fatos relatados marcados por eventos sócio-históricos particulares, que indicam como os sujeitos participantes se posicionam na interação com o outro e em relação ao outro. Para Laclau (1990, apud Hall, 2006, p. 17 e 18), o deslocamento temporal, memorialístico, tem características positivas, ao desarticular as identidades estáveis do passado, abre a possibilidade de novas articulações: a criação de novas identidades, a produção de novos sujeitos e o que ele chama de "recomposição da estrutura em torno de pontos nodais particulares de articulação".

As histórias contadas, as narrativas cotidianas construídas por refugiados e migrantes, devem ser consideradas, ouvidas, documentadas, reconhecidas social, cultural e cientificamente. Essas revelam-se um *locus* privilegiado para que possamos investigar e compreender como esses sujeitos compreendem a si mesmos, compreendem o outro com o qual interagem na sociedade de acolhida, como se constroem e são construídos identitariamente. E isso se dará, sempre, através de suas práticas de linguagem, que se estruturam, necessariamente, como de natureza sociodiscursivas.

4 PERCURSO METODOLÓGICO: PRINCÍPIOS, CRITÉRIOS E ESTRATÉGIAS

Neste capítulo, partindo do objeto, dos objetivos e dos fundamentos assumidos para a realização deste trabalho de pesquisa, apresentados nos capítulos anteriores, descreveremos o percurso metodológico trilhado para o desenvolvimento da mesma. Nesse sentido, apresentaremos argumentos que cooperam para a compreensão da natureza da pesquisa (qualitativa) da constituição do *corpus*, dos critérios assumidos para a transcrição do mesmo e para a análise dos dados. Apresentaremos, ainda, o perfil dos sujeitos participantes da pesquisa.

Tendo em vista os estudos de Godoy (1995, p. 21), podemos afirmar que a pesquisa qualitativa é um campo de investigação relacionado aos estudos interpretativos, que permitem compreender o fenômeno em estudo na situação em que ocorre e do qual ele é parte.

A investigação qualitativa, de natureza interpretativa, emprega diferentes alegações de conhecimento, estratégias de investigação e métodos para coletar e analisar os dados. Creswell (2007, p. 184). Nesse tipo de investigação, o pesquisador mantém uma relação (inter)subjetiva com o que estuda, portanto, mantém um olhar atento para as representações e para os indivíduos que as encenam, buscando compreendê-las e interpretá-las sob os vários ângulos, podendo levar em consideração, segundo Denzin (2006, p. 20), o gênero, a raça, a etnicidade, a classe social do pesquisador e dos integrantes da pesquisa. É exatamente em um cenário sociodiscursivo interativo, marcado por relações dialógicas, intersubjetivas, entre o sujeito participante e a pesquisadora, no processo de produção e de escuta de histórias de vida narradas por migrantes e refugiados(as), moradores da RMBH que esta investigação se realiza.

Para uma pesquisa de abordagem qualitativa, como a que desenvolvemos, o procedimento mais adequado para documentar o corpus e, a partir dele, constituir os dados foi a entrevista. Minayo (2002, pp. 57-58) e Pondé (2009, p. 133), consideram a entrevista como um processo de interação social, no instante de sua enunciação. Mais especificamente, Gil (2008, p. 109), a define como

> uma forma de diálogo assimétrico, sendo que uma das partes busca coletar dados e a outra se apresenta como fonte de informação", permitindo ao pesquisador obter "informações sobre o que os indivíduos sabem, creem,

> esperam, sentem ou desejam, pretendem fazer, fazem ou fizeram, bem como acerca das suas explicações ou razões a respeito das coisas precedentes. (SELLTIZ *et al*., 1967, p. 273 *apud* GIL, 2008, p. 109).

Para constituir o *corpus*, foram realizadas entrevistas semiestruturadas com participantes da Comunidade Intercultural de Aprendizagem do Projeto LER (Leitura e Escrita com Refugiados e Migrantes), mais precisamente participantes de duas turmas do projeto. Essas turmas se caracterizavam pelo objetivo comum da aprendizagem do Português e da cultura brasileira, em encontros semanais, orientados por princípios da pedagogia de Paulo Freire e de Celestin Freinet[10]. Nesse contexto pedagógico, convivemos, durante quatro meses, realizando um trabalho de campo, na condição de pesquisadora observadora e de educadora voluntária que permitia ouvir, no cotidiano de cada novo encontro, muitas histórias orais. Dessa experiência de escuta decorre a busca de procedimentos metodológicos para a constituição de um *corpus* inédito e autêntico a ser investigado nesta pesquisa e, possivelmente, em pesquisas futuras, por mim ou por outros pesquisadores.

4.1 Do perfil dos sujeitos participantes

Para definir o grupo de sujeitos da pesquisa, inicialmente, fizemos um convite aos participantes do projeto, nas duas turmas, para uma conversa, pessoal, em particular, sobre a sua experiência de migração. Esse convite foi realizado durante as últimas aulas do semestre, que antecederam ao período de recesso programado para o mês julho de 2021. Àqueles que aceitaram o convite, solicitamos que escolhessem o melhor dia e horário para conversarmos. Feito isso, disponibilizamos o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE[11], para que pudessem se inteirar da finalidade, da forma de contribuição, do respeito ao sigilo e à confidencialidade assumidos pela pesquisadora. Após a leitura do termo, foi pedido que confirmassem sua participação, assinando o documento e fazendo isso na

---

[10] Para aprofundar conhecimento sobre os princípios pedagógicos do Projeto Ler, confira Cavalcante e Militão (2019); Flister (2020); Cavalcante e Silva (2021).

[11] Conferir o Termo de Consentimento Livre, no Anexo 1.

certeza de estarem livres de qualquer intimidação e coerção. Ao contrário, já naquele momento, deixamos claro que, no processo de entrevista, poderiam se expressar de maneira livre, empregando o idioma que preferissem, decidindo se responderiam ou não às perguntas. Além disso, que, durante a entrevista, poderiam interrompê-la ou finalizá-la no momento que desejassem. Nesses termos, a entrevista foi agendada e realizada em conformidade com os sujeitos participantes da pesquisa, no dia e horário que previamente definiram.

Entre os(as) sujeitos participantes da pesquisa, aqueles que se dispuseram a compartilhar as suas memórias, seus sonhos, suas dificuldades e conquistas, no processo de migração e refúgio, estão sete adultos (homens e mulheres), na condição jurídica de migrantes ou refugiados(as), advindos do êxodo migratório do Haiti, Venezuela, Bolívia e Síria.

Dentre esses integrantes, seis eram mulheres: Ester, Brijamar, Manuela, Lucía, Maria, Ana e dois eram homens: Nicolás Martinez e Pedro, na faixa etária entre 23 e 47 anos. Consideramos relevante a presença de homens e mulheres, para entendermos a forma peculiar como cada gênero, em questão, se representa, conta a sua história de vida e narra as suas experiências como migrantes e refugiados(as). Para realizar as entrevistas, na semana de 27 a 31 de julho, seguimos uma agenda com as datas e os horários pré-determinados pelos alunos, integrantes do Projeto LER, e os nossos encontros ficaram marcados da seguinte forma:

Na terça-feira, dia 27 de julho de 2021, a primeira participante a ser entrevistada foi a haitiana “Ester”, que vivia na cidade de Artibonite. Ester chegou ao Brasil há seis anos. Ela é casada e mãe de dois filhos. No Haiti, trabalhava como professora da Educação Infantil e fazia algumas tarefas como costureira.

Quadro 1 - Perfil da participante

Nome (fictício): Ester	
Idade: 38 anos	**Nacionalidade:** Haitiana
Chegada no Brasil (data): 2015	**Chegada em BH (data):** 2015
Área de atuação: Professora e Costureira	

Na quarta-feira, dia 28, conversamos com o “Nicolás Martinez”, nascido em Caracas, capital da Venezuela. Nicolás formou-se em medicina em Cuba e é

especialista em cirurgia geral. Martinez veio ao Brasil trabalhar pra a Organização Internacional de ajuda Humanitária — Médicos sem Fronteiras.

Quadro 2 - Perfil do participante

Nome (fictício): Nicolás Martínez	
Idade: 40 anos	**Nacionalidade:** Venezuelano
Chegada no Brasil (data): 2 de fevereiro de 2014	**Chegada em BH (data):** 3 de março de 2014
Área de atuação: Médico	

À tarde, conhecemos a história de vida da “Brijamar”, analista de sistema do Instituto Nacional de Terras, que nasceu em El Nula, uma cidade localizada a oeste do estado de Apure na Venezuela. Brijamar saiu do seu país e chegou no Brasil em 2018 e veio para Belo Horizonte em 2019.

Quadro 3 - Perfil da participante

Nome (fictício): Brijamar	
Idade: 36 anos	**Nacionalidade:** Venezuelana
Chegada no Brasil (data): 7 de dezembro de 2018	**Chegada em BH (data):** Abril de 2019
Área de atuação: Analista	

No início da noite, entrevistamos a “Manuela”, que nasceu em Santa Cruz de la Sierra, na Bolívia. Manuela é pedagoga e trabalhava em seu país como professora da Educação Infantil. Ela é casada com um brasileiro e mora em Belo Horizonte desde 2015.

Quadro 4 - Perfil da participante

Nome (fictício): Manuela	
Idade: 43 anos	**Nacionalidade:** Boliviana
Chegada no Brasil (data): 2015	**Chegada em BH (data):** 2016
Área de atuação: Professora (Educação Infantil)	

No dia 29 de julho, foi a vez de conversarmos com o Haitiano, de Porto

Príncipe, capital do Haiti, chamado “Pedro”. Pedro chegou ao Brasil, na cidade de Rio Branco, no Acre, em maio de 2015 e, dois meses depois, ele estava morando em Belo Horizonte e, hoje em dia, exerce a função de comerciante.

Quadro 5 - Perfil do participante

Nome (fictício): Pedro	
Idade: 42 anos	**Nacionalidade:** Haitiano
Chegada no Brasil (data): 5 de agosto de 2015	**Chegada em BH (data):** junho de 2016
Área de atuação: Comerciante	

No período da tarde, conhecemos a história da Lucía, nascida no maior estado da Venezuela, Estado Bolívar, na cidade de Upata. Lucía trabalhava como Técnica da construção civil, na cidade onde vivia. Ela chegou aqui no Brasil, na cidade de Pacaraima, em 2019.

Quadro 6 - Perfil da participante

Nome (fictício): Lucía	
Idade: 28 anos	**Nacionalidade:** Venezuelana
Chegada no Brasil (data): 26 de outubro de 2019	**Chegada em Carmo do Cajuru (data): 2019**
Área de atuação: Técnica da Construção civil	

No dia 30 de julho, sexta-feira, entrevistamos a “Maria”, que também nasceu no Estado Bolívar. É professora de Língua Espanhola, formada em pedagogia e licenciada em Educação Integral. “Maria” chegou ao Brasil em março de 2020 em Roraima e, em agosto, mudou-se para Belo Horizonte.

Quadro 7 - Perfil da participante

Nome (fictício): Maria	
Idade: 47 anos	**Nacionalidade:** Boliviana
Chegada no Brasil (data): 3 de março de 2020	**Chegada em BH (data):** 24 de agosto de 2020
Área de atuação: Professora de Língua Espanhola	

No sábado, dia 31 de julho, o nosso encontro estava marcado com a “Ana”, que nasceu na Síria, na cidade de Homs. Ana vive em Belo Horizonte com o seu esposo desde 2019. Na Síria, ela exercia a função de Contabilista.

Quadro 8 - Perfil da participante

Nome (fictício): Ana	
Idade: 23 anos	**Nacionalidade:** Síria
Chegada no Brasil (data): 31 de outubro de 2019	**Chegada em BH (data):** 2019
Área de atuação: Contabilista	

Diante dos atores sociais que foram, brevemente apresentados, nesta seção, através do perfil de nacionalidade, idade e atuação social traçado de cada um, conhecemos um pouco sobre os sujeitos participantes da nossa entrevista.

4.2 Do processo de organização das entrevistas

As entrevistas foram marcadas entre os dias 27 e 31 do mês de julho de 2021. Em função das exigências legais estabelecidas para protocolo sanitário, durante o período da pandemia da COVID19, todos os encontros foram realizados na modalidade virtual, através do *Google Meet* (serviço de comunicação por vídeo).

Para Triviños (1987, p. 146), a entrevista semiestruturada caracteriza-se como questões básicas fundamentadas nas teorias que alicerçam a investigação e nas hipóteses que interessam a pesquisa, e dependendo das respostas dos entrevistados, é possível formular outras questões. A entrevista informal, semiestruturada elaborada para esta pesquisa[12] foi constituída seguindo um roteiro flexível, como uma forma de poder explorar amplamente a questão sugerida para esse estudo.

Dessa forma, preparamos algumas questões básicas introdutórias visando que

[12] Conferir o Roteiro da Entrevista no Anexo 2.

nos permitissem constituir, no banco de narrativas orais a partir do qual poderíamos constituir os dados a serem analisados, um perfil preliminar dos participantes. A partir dessas perguntas, foi-nos possível documentar, de cada entrevistado, a data de nascimento, a nacionalidade, a naturalidade, a data de chegada ao Brasil e a Belo Horizonte, a condição legal em que se encontram, neste país. A partir dessas perguntas preliminares, que exigiam respostas objetivas dos entrevistados, outras passaram a ser respondidas, na forma de uma narrativa espontânea e com um fluxo discursivo mais extenso. Essas decorreram de um pedido informal feito a cada um dos entrevistados, quando iniciamos o diálogo: “Eu gostaria que você me contasse a sua história de vida como migrante”, dito de outra forma, “eu gostaria de ouvir a sua história de vida”. Assim que o “tema” da entrevista foi apresentado, os entrevistados(as) passaram a tecer um discurso, a sua história de vida passou a ser compartilhada na interação. Desse tipo de interação, baseada em uma entrevista semiestruturada, flexível, entre os interlocutores do contexto de pesquisa, é “uma maneira para dar voz às pessoas [...]” (BAUER; GASKELL, 2002, p. 30), um ponto característico de pesquisas de natureza qualitativa que se realizam com base na constituição de um corpus de narrativas orais inéditas, empiricamente constituídas.

Durante a entrevista, os sujeitos desta pesquisa, todos na condição de migrantes e refugiados(as), relataram suas experiências de vida, focalizando, à luz das perguntas que orientaram a interação, desde o deslocamento do país de origem até a chegada ao Brasil; as dificuldades enfrentadas durante o deslocamento até a fronteira brasileira; as primeiras impressões sobre as cidades em que foram acolhidos; o impacto cultural que sofreram e os desafios com o idioma. Por conseguinte, contaram suas histórias de vida, como afirma Minayo (2002, p. 59), priorizando “uma etapa da experiência vivenciada em questão”. Nesse processo de interação dialógica, o pesquisador fez algumas intervenções pontuais, a fim de obter ou esclarecer alguma incompreensão.

Cada entrevistado pôde usufruir do tempo que achou necessário para responder às perguntas, tecer os seus comentários e falar um pouco sobre o que quisesse, da forma quisesse. Como afirma Machado (2013, p. 1), através da narrativa, um sujeito “[...], por vontade própria, de maneira espontânea, conta a outro sujeito seu trajeto de vida [...], deixando transparecer “[...] um novo sujeito. Dessa formas, instancia-se, discursivamente, como “uma terceira personagem ou como um “mediador” entre o dito ou narrado” (MACHADO, 2011, p. 60). Conforme a interação

entre o pesquisador e o sujeito participante da pesquisa, em algumas entrevistas, o tempo de diálogo se prolongou. O tempo de duração de cada entrevista, dependendo do entrevistado(a), atingiu quase 30 minutos e, em outros casos, conforme o andamento do diálogo entre o pesquisador e o entrevistado, em algumas entrevistas, ultrapassou 60 minutos.

Para finalizar a conversa, foi pedido aos entrevistados(as) que comentassem sobre o que aprenderam com a experiência do deslocamento do país de origem e de viver no Brasil, foi pedido, também, que deixassem um recado para outras pessoas na condição de migrantes ou para aqueles que desejam migrar.

Diante do que expomos, é possível constatar com Faria que “como pesquisadores, voltamos nosso olhar para observar uma esfera de situações circunscritas no tempo e no espaço, porém sem desconsiderarmos, é claro, outras lembranças que porventura possam surgir para além dessa esfera”. (FARIA, 2020, p. 71).

Por intermédio das narrativas de vida, como veremos no processo de análise, é possível identificar os imaginários sociais relacionados às identidades individuais e coletivas dos entrevistados, “dos sujeitos que (se) contam e orientam as representações sociais que fazem de si e dos outros, inclusive da sociedade em que vivem, tal identificação torna-se muito mais autêntica e legítima se imbricada nas narrativas das práticas sociais desses sujeitos [...]” (FARIA, 2020, p. 71). Dessa forma,

> [...] a narrativa de vida detém o mérito de lidar com saberes práticos, que, ao serem narrados, passam por uma espécie de filtro [...], tendo em vista uma série de fatores que evidenciam a concepção minimalista, como o objetivo de pesquisa e a própria condução da conversa estabelecida no momento da entrevista (FARIA, 2020, p. 70).

Consideramos importante destacar, também, que a entrevista da qual decorreram as narrativas de vida nos permitiu conhecer outras perspectivas construídas pelos participantes com relação ao contexto em que se encontravam e ao novo momento em que estavam vivendo. Os participantes da pesquisa lembraram suas vivências e experiências, a maioria, posicionando-se em seus relatos, expondo seus próprios pontos de vista, para questões propostas e/ou apresentadas por eles. No processo de interação a partir do qual o corpus da pesquisa foi construído, foi possível perceber, em algum momento, o sujeito se contendo, às vezes, medindo as

palavras para relatar um episódio e, em grande parte da entrevista, o diálogo, aspecto constitutivo da linguagem humana, foi construído de maneira segura e confiante, aparentemente, esquecendo-se o caráter de entrevista e de pesquisa da interação em curso.

Nesses relatos de histórias de vida que constituíram o *corpus* desta pesquisa foi possível constatar uma riqueza de possibilidades de investimento analítico, isso justifica o fato de que essa pesquisa deve ser compreendida como um primeiro olhar sobre essas narrativas.

4.3 Do processo de constituição de dados

Entre os caminhos percorridos para a constituição dos dados analisados na pesquisa, a transcrição das entrevistas tornou-se necessária, total ou parcialmente. Para isso, todo o material documentado foi explorado, preliminarmente. A partir dessa primeira abordagem, delimitamos trechos das narrativas e selecionamos, entre esses, aqueles que qualificamos como os mais relevantes para serem analisados.

As entrevistas com os participantes do Projeto Ler, foram gravadas através do *Google Meet* (serviço de comunicação por vídeo) e sua transcrição obedeceu os critérios de anonimato e confidencialidade. Esse é um procedimento moroso, um trabalho minucioso, com o objetivo de que a transcrição seja feita de forma mais íntegra e fidedigna possível ao texto original (oral). Para isso, pesquisamos alguns *softwares* de transcrição e, durante a busca, optamos pela plataforma *Otranscribe,* por acreditarmos ser a mais adequada para atender os nossos propósitos. O trabalho desenvolvido na plataforma inclui, na mesma tela, o acesso ao vídeo e áudio, como ilustrado na figura a seguir.

Figura 2 – Plataforma *Otranscribe*

Fonte: *Printscreen* ilustrativo feito pela autora.

É importante destacar que, através do Otranscribe, é possível controlar a velocidade de reprodução do vídeo e, por conseguinte, do áudio. Isso é algo que favorece o trabalho do pesquisador e qualifica o processo de realização da atividade de transcrição.

No trabalho de transcrição, adotamos as normas propostas por Castilho e Preti (1986), a fim de garantir, na escrita, o registro de algumas marcas expressivas da oralidade, pausas, entonação enfática, dentre outras, conforme o quadro a seguir.

Tabela 1 – Normas de Transcrição

Ocorrência	Sinais
Incompreensão de palavras ou segmentos	**( )**
Hipótese do que se ouviu	(hipótese)
Truncamento (havendo homografia, usa-se acento indicativo da tônica e/ou timbre)	**/**
Entoação enfática	maiúsculas
Alongamento de vogal ou consoante (como s, r	: : podendo aumentar para: : : : ou mais
Silabação	-

Interrogação	**?**
Qualquer pausa	**...**
Comentários descritos do transcritor	((minúsculas))
Comentários que quebram a sequência temática da exposição; desvio temático	-- --
Superposição, simultaneidade de vozes	Ligando as [Linhas
Indicações de que a fala foi tomada ou interrompida em determinado ponto	(...)
Citações literais, reproduções de discurso direto ou leituras de textos, durante a gravação	„ „

Observações:

1. Iniciais maiúsculas: não se usam em início de períodos, turnos e frases.
2. Fáticos: *ah, éh, eh, ahn, ehn, uhn, tá* (não por está: *tá*? Você *está* brava?)
3. Nomes de obras ou nomes comuns estrangeiros são grifados.
4. Números: por extenso.
5. Não se indica ponto de exclamação (frase exclamativa).
6. Não se anota *cadenciamento da frase.*
7. Podem-se combinar sinais. Por exemplo: oh : : : ... (alongamento e pausa).
8. Não se utilizam sinais de *pausa*, típicos da língua escrita, como ponto-e-vírgula, ponto final, dois pontos, vírgula. As reticências marcam qualquer tipo de *pausa*.

4.4 Dos procedimentos de análise

O processo de análise desta pesquisa parte do reconhecimento preliminar do conteúdo das narrativas de vida, compartilhadas, dialogicamente, entre o sujeito-participante e a pesquisadora. A análise de conteúdo é um procedimento metodológico que pode ser aplicável a vários tipos de discursos. Esse procedimento

define-se, de acordo com Bardin, como

> um conjunto de técnicas de análise das comunicações que visam obter, através de procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens (BARDIN, 1979, p.42).

Nesta mesma perspectiva, em consonância com Henry e Moscovici (*apud* Bardin, 1979, p. 32) “tudo o que é escrito ou dito é susceptível de ser submetido a uma análise de conteúdo”. Nesta pesquisa, as narrativas dos sujeitos da pesquisa, participantes do Projeto LER que vivem em situação de migração e refúgio, constituem o corpus no qual os dados da pesquisa são identificados e analisados. Dito de outra forma, as histórias de vida compartilhadas pelos sujeitos da pesquisa, transcritas da modalidade oral para a modalidade escrita, são o corpus no qual os dados são constituídos para a análise.

Para o processo de análise, seguimos a metodologia de Bardin (1979, p. 42) que divide esta tarefa em três etapas: (i) pré-análise; (ii) exploração do material; (iii) e o tratamento dos resultados (a inferência e a interpretação), à luz dos objetivos da pesquisa. Para tanto, depois de transcritas, primeiramente, foram feitas as leituras, de forma mais aprofundada das narrativas documentadas. Neste momento, foram identificados e delimitados elementos significativos nas narrativas, para a finalidade de analisar o processo de (re)construção identitária dos sujeitos participantes, frente às suas experiências sociais e culturais no contexto da migração ou do refúgio. Nesta etapa, como explica Bardin (1979, p. 44), “[...] procuramos aquilo que está por trás das palavras, [...] buscamos outras realidades através das mensagens, realçando assim o que estava em segundo plano. Por fim passamos à terceira etapa do processo de análise, que se realiza em termos do (iii) tratamento dos resultados (a inferência e a interpretação dos dados). As etapas (ii) e (iii), orientadas por conceitos teóricos como instanciação enunciativa, subjetividade, intersubjetividade, dialogismo, posicionamento identitário, nos permitiram realizar a análise das entrevistas.

5. ANÁLISE DOS DADOS: A VIDA QUE SE FAZ NARRATIVA

À luz do percurso metodológico descrito no capítulo anterior, do conjunto de oito entrevistas[13] realizadas com os sujeitos integrantes desta pesquisa, selecionamos as narrativas de seis participantes para o trabalho de análise. Essa seleção se deu devido à riqueza dos relatos e das condições impostas à necessidade de finalização da pesquisa. Todas as entrevistas, devidamente transcritas, poderão ser retomadas em trabalhos futuros, por esta pesquisadora ou por colegas pesquisadores que atuam no campo da migração e do refúgio.

No processo de organização das narrativas, os sujeitos participantes desta pesquisa se instanciam, discursivamente, a partir do elemento referencial do tópico da dinâmica intersubjetiva e dialógica estabelecida entre o pesquisador e o entrevistado, o sujeito e a história que ele vai contar.

Neste momento, apresentaremos, de maneira geral, o perfil de três participantes da pesquisa (Ester, Nicolás Martinez e Brijamar). Cada um deles será apresentado a partir das impressões que o seu "dizer de si" despertaram em mim, a pesquisadora que se debruça sobre essas narrativas de vida, em busca de compreender como os processo de (re)construção identitária está, discursivamente, marcado nesse dizer.

A haitiana Ester (38 anos) é casada com o Saulo, e tem dois filhos. Ester inicia a narrativa da sua história de vida contando que ainda criança, foi levada pela mãe para a casa de uma sobrinha e lá viveu até os seus vinte e cinco anos, (6) "*eh... aí... depois que eu nasci quando tava quatro anos... aí... minha mãe... minha mãe me leva lá.... dá o... dá a soblinha dela... aí eu fica... eu fica lá no outro cidade que chama Jacmel... aí eu ficar lá com minha plima... né?"*[14], (6) "*aí ele (a prima) me... ele faz*

---

[13] Todas as entrevistas realizadas com os participantes desta pesquisa estão transcritas na íntegra disponíveis no ambiente digital, sob a guarda da Profª. Drª. Sandra Maria Silva Cavalcante, responsável pelo projeto de pesquisa: **O papel das emoções na (re)construção da identidade sociocultural de refugiados e migrantes,** do qual a pesquisadora é afiliada.

[14] Nas narrativas de história de vida e em alguns de seus excertos, os participantes da pesquisa empregaram por diversas vezes o marcador discursivo "né", uma contração da expressão "não é" que, normalmente, confirma o que foi falado anteriormente, ou foi usado para pedir aprovação sobre alguma coisa. Nota-se a importância do advérbio "né?", no ato da interação como uma marca linguística do princípio da alteridade e do dialogismo reveladora do quanto intersubjetivamente essa interação se deu. Como se cada enunciador projetasse o enunciatário e quisesse dizer: "Será que você está me ouvindo?", "Será que você está me entendendo?".

tudo pra mim... me coloca na escola até que eu fazi ensino completo... aí... depois ela é costuleila... ela me ensina também... aí eu... quando eu cabô de fazê ensino completo... aí... eu ajuda ela... ela tava... tem um shop... ajuda ela... eh.

No Haiti, Ester exerceu a função de professora em uma jornada e de costureira em outra, (225) "*é... gosta demais... aí quando eu estava lá... eu levan... eu fui lá... eu levanta seis horas... aí eu...eu... prepa... eu prepara a Pedro... eu passa lá... eu deixa Pedro na escola dele... aí depois fui trabalhar... aí quando cabô... eu passa pegar ele... eu fui na minha casa... chego lá eu... eu só tomar banho comer alguma coisa e fazê costura... ah... e o dinheiro eu tavo ganhano lá... tava mais que o dinheiro que eu ganha na escola".*

Em Jacmel, a haitiana trabalhava, mas não desfrutava dos momentos livres, (91) "não tem folga não... é trabalho... fazer costura", e explica: (93) "não... não é igual aqui... não... aí quando você está trabaiando... eh... no... na emplesa", (95) "lá tem folga... mas eu tava com ela... ajudando ela", era aprendiz de costura. No momento desta entrevista, Ester estava desempregada.

Ester conta que não convivia com seus pais biológicos e que não os visitava com frequência, (12) "*ehhh... de vez em quando... né?,* (14) "*é porque... é um pouco longe cidade que eu morar aqui... aí cidade que... que eu molava é longe... é longe...*". Ester morou com a prima durante 21 anos. (14) "*eu fica lá com a minha plima desde quatro anos... aí eu sai na casa dela 25 anos*". Aos 25 anos retornou para a casa da sua mãe e aos 26 conheceu o seu marido, (18) "*aí... eh... eu volta lá... eu ficar com minha mãe lá... com minha irmã... com soblinho... aí a (com) 26 anos eu encontro com Saulo*" e, aos (22) "*eh... 27 anos... fui casada"*.

A haitiana veio para o Brasil para se encontrar com o seu marido que já estava vivendo em Belo Horizonte. A família dela ficou no Haiti e, o momento da despedida, envolve muitos sentimentos, a locutora explicita dois deles: felicidade e a tristeza, (113) "*eu tava muito feliz... mas triste também porque deixar minha mãe... deixar irmão... deixar soblinho... aí minha mãe tava cholando... soblinho tava cholando... irmã cholando...",* O medo da mãe Ester era de não ver o neto Pedro novamente, (113) "*a minha mãe falei com Pedro... cê... quando você vai voltar a gente vai te mostrar é... um?"*, (115) "*caixão?... ehh... falei... ela fala é isso... com o Pedro... aí*

eh ficar cholando", (117) ": *é porque ela fala eh... eh... a gente vai longe... né... não vai conseguir vim mais...*".

Ao falar um pouco sobre a sua família, fica em evidência que o fato de estarem vivendo em países diferentes não rompeu o forte laço que une Ester aos seus parentes, (119) "*eh... eu... mia... eu tenho três irmãs... eu não tenho irmão... mas soblinho eu ter muito... eu tenho 10... uns 15*", (121) "*eu tenho um tio... meu tio... eu tenho só um tio... ele fica só um tio... ele molava... ele mola lá no... na cidade que eu tava molava com minha plima*...", e com frequência (127) "*cominica... cominica... com minha mãe... soblinha.... com a irmã... aí tem duas irmãs... lá no Haiti... tem uma lá no Miami... conversa* (129) "*ah... não... conversa... tem semana conversa três quatro vezes*", (131) "*a minha irmã que está lá no Miami manda mensagem para mim quase todo dia*".

Ester fica triste por estar distante da sua família, (193) "*eh... distância da minha família... é quando sentido muito falta... eh... fica triste... até cholando,* (195) "*eh... eu penso mais com minha mãe e a minha plima que eu falei que eu ficava com ela... aí minha mãe tem agora ela tem oi... oitenta anos... né?... aí eu tenho... eu estou aqui há seis anos sem ver ela... né?... a minha plima também foi... foi faze acidente... ela não consegue andar dileito... ela tem dois filhos... a filha dela tá lá no México... aí... só o filho que tá com ela... agora o malido deixa ela*". Ao narrar a sua história de vida e relembrar toda a sua trajetória de deslocamento, se entristece por não poder ajudá-los da forma como gostaria.

O venezuelano Nicolás Martinez (40 anos) chegou ao Brasil em fevereiro de 2014 e a Belo Horizonte em março. Nicolás é médico, porém não exerce mais a sua profissão no Brasil, pois não conseguiu, ainda, revalidar o seu diploma profissional. No momento da entrevista, ele estava desempregado e estudando gastronomia.

Nicolás chegou ao país sem família e não estabeleceu uma rede de apoio. Assim, durante a entrevista expressou um sentimento forte de tristeza ao relatar suas experiências e reconstituir os fatos que marcaram a sua história de vida. Nicolás reconhece que em alguns momentos foi bem acolhido, porém cita que (45) "*com tanto golpe que yo que tenho e tinha en estos últimos anõs... eh... mi psicológico se viu muito afetado.*"

Em sua narrativa, Nicolás relata que vivia com a sua mãe em Caracas, porém para cumprir um processo obrigatório para médicos, na Venezuela, ele precisou trabalhar em outra cidade distante de onde sua mãe morava, (53) "*o processo que é*

obrigatório quando cê se forma em médico en la Venezuela... eh... você tem que pagar um ano em... de serviço social... então eu paguei mio ano en na Amazônia... e enton... aí: : no morei com minha mãe... fiquei afastado dela e quando entrei no ejército... eu... eu... eu sempre estava entre Caracas e outra cidade que se chama Barquisimeto... enton no fica com ela também muito tempo... não."

Com relação aos seus outros familiares, o venezuelano contou que o seu pai era falecido, comentou sobre a sua relação com os irmãos e com a mãe, (85) "*mi irmãos e eu são afastados... né... mi família não es muito normal... mas minha relação mais forte é com minha mãe*", (87) "*ela é la pessoa que mais importa comigo... e: : e sempre tenta comunicar comigo... quando pode*", Nicolás mantém contato com mais um membro da sua família, (89) "*com minha irmã também... às vezes... ela me liga... me fala... como estou*".

Na história de vida de Nicolás, o locutor, instancia-se, discursivamente, construindo uma narrativa de tom emotivo, é marcada por um enunciado emotivo, presente em quase toda narrativa. Decidir deixar o país de origem, diante de um contexto social e político extremamente instável, em busca de uma vida melhor, já representa uma trajetória difícil para esse venezuelano que sente a falta da presença de sua mãe em sua vida, e se agrava, principalmente por estar impedido de retornar ao seu país de origem: "*olha me pega muito... né?... (*O locutor emprega a expressão "*olha me pega muito... né?...",* metaforicamente para expor o quanto fica abalado por tal situação*) porque já tem tempo que eu não posso ajudar ela... né?... enton... me afecta muito, e mais ainda porque eu tô em um processo que no posso entrar meu país... por... porque tenho um ordem de apreensão por deserção do ejército... então... não posso visitar ela nem nada... enton... isso me afecta muito... no poder...poder falar direto com ela... não poder ayudar ela".*

A vontade de Nicolás e principal objetivo de vida é voltar a exercer a profissão de médico e buscar a mãe, que vive na Venezuela, para morar com ele, (190) *"agora tenho que me focar em estudar e tentar passar na prova... para reagir em minha vida...* (Nicolás emprega uma expressão metaenunciativa "*para reagir em minha vida...",* se explicita como locutor e tece um comentário sobre a sua atual situação e deixa claro o motivo pelo qual deve tomar tal atitude.), *mas agora só planos... apresentar a prova... encontrar um trabalho... con... ter... consegui revalidar mi diploma... e trazer a minha mãe para cá".* E poucos minutos depois reafirma*:* (194) "voltar a ser médico... certo?... cuidar de minha mãe."

Como médico, Nicolás conta que (32) *“trabalhê por três anos no Bairro Jaqueline no Posto (...) e depois fui transferido para o Jardim Alvorada... perto do Castelo, (37) “aí eu trabalhê três anos mais... até que terminou o programa... para mim... e eu deve... eu iria ir para... para... Espanha trabalhar e intenta fazer o processo reavaliação aqui... mas pela pandemia fiquei atrapado aqui com meu cachorro...”.*

Martinez, em sua narrativa, atribui um novo significado para o que é ser médico quando diz (*109) “no Programa Mais Médicos... já aprendi que todo no era faca... que tem otros aspectos da medicina que são muito importante... escutar o paciente... dar um abraço... pro paciente... só... é eso... é eso... me trocou a visão que eu tinha da medicina.”*, a partir desse discurso, Nicolás, o médico venezuelano, só deseja olhar o paciente como *(113) “ser humano.”,* e voltar a fazer parte da sua comunidade imaginada, a de médicos, aqui no Brasil.

Nicolás relata mais um momento delicado de sua história de vida, (39) *enton... minha economia terminô... e enton em novembro do año passado estoy que (...) meu cachorro e deixar com mi ex... ex-namorada... ir a morar um abrigo: : em na Pampulha... e fui morar ali... morei três meses...* depois mi ena... mi ex... mi ex-namorada me falou de deixar de fazer uma troca... de mis eletrodomésticos... eh... por moradia... en la república dela... e aí morei mais cinco... seis meses... e agora que recentemente mudei para um outro abrigo aqui em no Xangrilá”, onde aguarda uma nova colocação no mercado de trabalho para que possa se sustentar, pois a ajuda que recebe do governo brasileiro é mínima, (180) “olha... no... agora esté na vilas... dependo das doações que chegam aqui... da bolsa família que eu ganho... que são noventa reais. Nicolás segue sua vida no abrigo, enquanto aguarda uma nova colocação no mercado de trabalho.

Apresentados, de forma geral, Ester e Nicolás Martinez, passemos ao reconhecimento de Brijamar, Manuela e Ana.

Conterrânea de Nicolás, a venezuelana Brijamar (36 anos) foi outra entrevistada, cuja narrativa de vida foi selecionada para esta análise. Originária do estado Bolívar, a Analista de Sistemas, no período da entrevista, atuava em um abatedouro de frangos na Região Metropolitana Belo Horizonte. Casada, Brijamar tem três filhas, estudava Engenharia de Produção Agrícola, na Venezuela, e almejava terminar o curso. No entanto, no Brasil, ela gostaria de fazer outro curso, Veterinária. (219) “*que... eh... eu precis… pensava se terminar la Engenharia... né?... Producción Animal... mas aqui não tem... enton... como isso não tem... a gente gostaria de formar*

em veterinária... porque eu gosto muito dos animais... e incluso a... a formatura que eu estava fazendo a la Venezuela era algo parecido".

No início do seu relato, Brijamar se representa como uma venezuelana, de tantas outras, que se vê apreensiva com a crise socioeconômica pela qual atravessava a Venezuela, (7) "*ehn: : : ... em mil... em dos mil... dos mil e dezoito ehn: : :... eh... sim... a crisis como tal en la Venezuela... comenzó muito forte.... foi em dos mil once... sabe?... hubo muita... eh... muita: : ... así...eh... protesta: ... muita ativação... na parte política... muita pessoas jóvenes... trabalhadores... começaron a fazer... protesta mais forte... mais... aí... "comieça" a crise mais forte na Venezuela... né?...".*

Uma das filhas de Brijamar teve um problema de saúde e precisava de remédios (7) "*que ya no se encontra os medicamentos e na parte de saúde*...", na Venezuela, *(7) "eh... em mio caso... eh... a gente tem três filhos... mas aí tem uma filha mais pequena... que ela sempre precisava de... de... medicamentos... de cuidados mais... especiais porque... así ela tomou uma... uma... não sei como fala: : ... uma convulsión de causa de uma febre... né?...", (9) "aí: : ... aí... os médicos "comenzaron" a mandar mais medicamentos para tratar a ela... pra vê como ela estava fazer... estudio... mais... eh... como... com um estudio se pudieran fazer mais outro... no... e eso que a condições de... nós... eh... na Venezuela estava um pouco así... no tá... em criticamente... pero sí dava para... eh... medio... medio comer... era así...",*

A situação do país se agravava e, nessa narrativa, nos vemos diante de uma mãe que explicita como fazia para sustentar a sua família, *(11) "se... eh... você fazia café de amanhã... (Nesse excerto, a locutora utiliza o pronome "você "como referência genérica, equivale ao "se"), no pode fazer janta... tenía que tratar de... economizar la parte da comida... tudo era miniMIZADO... aí comenzaron... a ...a... as coisas a subir todos lo dias... eh... começavam a subir de valor... de preço... né?...", Brijamar nos conta sobre a hiperinflação em seu país, (13) "eh um dia o quilo da carne estava em um... um... um exemplo así voy a ponerlo nove en reais... voy a valorizar en reais... pongamos três reais... quatro reais... no outro dia amanecia vinte reais e así". (15) "era muito... muito... muito alto el costo de... de vida lá... né?".*

Brijamar era servidora pública, e se viu diante de uma situação delicada em seu trabalho*, (15) "*como eu trabalhava para el estado... aí o Ministério começou a fechar... né?... porque a gente não estava de acordo com algumas políticas que eles

comenzaron a implantar e eram políticas de corrupção*". (17) "eu não que... eu... começaram a cobrar por una inspección técnica por um documento legal ou de terra... né?... que era o meu trabalho... aí começaron en el estado donde a gente trabalhava era... era... um estado onde se dá muito ouro... ok?... era o estado mais rico de la Venezuela... ahí tem diamante... ouro... alumínio... cobre... todos los recursos naturais tan ahí". (19) "enton"... aí o mismo... eh mismo... eh... Je... chefes que o governo colocava... non... a... a dirigir essa oficina estadual que era Estado Bolívar... aí los pediam alguma cosa cambio... né?... esa así... pediam que se eu fazia um documento pa uma pessoa de... de ra... así de recursos pouco... né?... eh... para fazer alguma documentação sobre a terra... a gente tenia que cobrar cinquenta gramas de ouro." (21) "de ouro...né?... mais como eu não quise a participar en esa parte de corrupción... aí ellos mandaram a fechar a oficina... enton a gente quedó desempregada...", (23) "entonces como eu não quis acudir a las... eh... a las... a las cosas deles que son demasiado... eh... corrupta... né?...".*

A venezuelana buscou outra oportunidade de trabalho, porém não foi bem sucedida, (25) "enton aí eu comecei a trabalhar no mercado... tra... conseguia produto venia en no Brasil comprava alimento... vendia lá... e chega um momento que... o valor de... nosso los produto ya no dava pra... pra... vender nem para nada... casi...". Nesse momento, (25) "mi esposo junto com a gente tomamo a decisón de migrar para Brasil... né?...", Brijamar e sua família ainda tinham mais motivos para deixarem a Venezuela: a educação de suas filhas, (27) "pensando la educación de las meninas...", e a preocupação com a violência, (27) "havia muita delinquência..." e por fim, Brijamar teve a sua casa invadida, (27) "em minha casa se meteram... robaram... ficamos dos horas como... eh... sequestrados".

Infelizmente, a violência ainda é uma das grandes causas do deslocamento de muitas pessoas que precisam garantir o direito de viver. Brijamar relata que impunidade e a falta de segurança também, (31) "(entonces... fue uma víctima de eso... e quando a gente vai denunciar... los malandros es la misma polícia... mismo ejército... la seguridad começa a ficar diferente... né?...". A venezuelana desabafa, *"enton em um país onde você não tem seguridade... donde você não tem... eh... saúde... donde você não tem alimentação... eh... para dar para suas meninas... tan... así lo essencial como é la leite... né?... la leite era una das cosas mais caras da lá...enton essas cosas... você comienza a pensar e você fala... o que voy a fazer com minha vida... com a vida de minhas filhas... a gente tem que buscar um futuro...*

né?... e tudo isso nos chegô a sair do nosso país... a crises que vive Venezuela... tanto de econômica... como educação... saúde... e sobretodo seguridad... né?".

Manuela (43) é boliviana e inicia a sua entrevista nos contando que conheceu um jovem brasileiro, o motivo pelo qual ela quis deixar o país natal. (6) "*eu saí de lá… foi quando na realidad eu me casei… eu me enamorei com um brasileiro e me casei... né?*". A boliviana fala, ainda, nesse excerto, que se (auto)reconhecia como professora e estava empregada, porém sonhava em sair do seu país natal, e achava que a migração seria uma oportunidade para se estabelecer em outro lugar, em melhores condições, *"mas eu trabalhava en una escola... mas sempre com el sono de salir para procurar o melhor… yo tenho inglês intermédio e… siempre fue como de todas las personas… procurar algo melhor porque o país em que vivimos… eh... no tem a base… entonces é... salvem-se quien pueda… como puedala… é muy… muy... muy... muy pobre... muito pobre el mi país…*".

A boliviana apresenta os desafios que o trabalhador enfrenta e um deles é a ausência de direitos trabalhistas (6) "*e como tava falando lá… uno tem que batalhar… pero batalhar sem dereito a nada… en los trabalhos... né?... de empresa... no teremos dereito… trabalhamos sem dereito...* "*eh… foi similar ao que eu vivi aqui quando... saí de Bolívia procurando um bom emprego.". Nesses últimos trechos da sua narrativa* a participante revela a sua decepção ao acreditar que, aqui no Brasil, não passaria, novamente, pela mesma experiência lá no país de origem, e teria os seus direitos, principalmente, o seu diploma reconhecidos, (30) *"eu falei, eu presentei mi documento de lá… ela ainda está pendurada en su quadro para que los pais de família… en la recepción de la escolinha... olhem".*

Em sua narrativa, observamos que Manuela deixa transparecer seus sentimentos e, de acordo com as afirmativas feitas por alguns brasileiros, ela desconstrói a imagem que tinha do povo brasileiro, como aquele que acolhe, e da representação que trazia no imaginário sobre o Brasil, como um país de oportunidades, (34) *"ah... me sentia muito triste… me sentia muito triste… foi como eu falei… eu vine com esperança de superarme e salir na frente... né?… pero... más triste me sentia muito HUMILHADA… muito: : mis amizades de aqui brasileira falava que brasileiro es un país muito duro… las persona não dava oportunidade a estrangeiro… me senti así… en vários momentos me sentia que ellos não me davam oportunidade"*. Manuela sentiu-se desapontada por não fazer parte dessa comunidade imaginada, da qual ela achava que pertencia.

Entrevistamos a venezuelana Lucía (28 anos), da cidade de Upata. Ela é casada e mãe de quatro filhos. Lucía saiu da Venezuela e digiriu-se ao Brasil para curar-se de um problema de saúde. No entanto, Lucía que já saira de seu país preocupada com a crise socioeconômica instaurada na Venezuela, estava sem perspectiva de uma vida melhor no seu país natal. Então, ela decidiu não retornar à Venezuela e passou a viver no Brasil. A venezuelana foi acolhida em Pacaraima e ficou vivendo no abrigo, esperando o processo de interiorização. Lucía não sabia como seria a sua vida fora do abrigo, mesmo assim decidiu convencer o seu marido a viver no Brasil, (40) *"eu falei para o meu marido…* (seu principal interlocutor)*, ô Guilherme… eu tô vendo aqui um negócio que eu tô vendo na melhor qualidade de vida...*", ela nos conta que (40) "*ele se negou... ele não queria vir nem com meus filhos… nem nada… depois de uma semana eu segui insistindo… né?",* então, obteve a resposta de seu esposo*, Lucía contou que* (40) "*ele falou tá bom eu vou levar seus filhos."*

Ainda no abrigo, Lucía ressignificou a sua imagem, (47) "*eu não fiquei como os demais… mas eu não eu"*, *eu vou ajudar… vou colaborar com qualquer coisa*". Ela não queria ser vista de forma negativa perante os funcionários do abrigo, "*mas eu acho que se eles têm colaboração de nós (*entenda-se por "nós" = eu + pessoas em situação de migração e refúgio*) que estamos recebendo ajuda é melhor... né?... dá muito melhor do que falar de nós (*nós = eu + pessoas em situação de migração e refúgio, venezuelanos que estão no abrigo*) así que ficar dormindo e comendo todo dia.* A força, determinação estão presentes nas atitudes de Lucía, (49) "*eu ajudei… ajudei muito a organização…. eu ajudei nas decorações… eu ajudei na limpeza… eu ajudava a tudo a tudo que eu podia ajudar… eu ajudava a servi a comida… a ter controle disso… así tudo… tudo… eu ajudava eu era muito colaboradora porque así eles poderiam ver meu interesse em progresso… né?".*

Em sua narrativa, Lucía nos conta que no país de origem, trabalhava como técnica da construção civil e aqui no Brasil, atuava, no momento da entrevista, como vendedora de hambúrgueres e comida venezuelana, na cidade de Carmo do Cajuru. Lucía é uma mulher que, desde o momento em que chegou ao Brasil, em Pacaraima, revelou grande qualidade empreendedora. Nesse sentido, trabalha para se estabelecer no ramo alimentício, (163) "*eu tô começando de novo com meus hambúrgueres", (165) "mas tô começando de novo e vou… não vou desistir fácil*",

(189) "*então... eu busco o positivo... que a gente não vai vir comprar hoje... não tem problema... amanhã alguien vai querer experimentar e así."*

Lucía ficou um curto período sem trabalhar, tempo suficiente para que pudesse refletir e se capacitar: *"así eu acho que essa desistência minha en estos seis meses foi muito... muito bom para mim porque... porque eu tive a oportunidade de fazer cursos de marketing... de fazer minha publicidade de ter aqueles tips que me faltavam... né?".* De forma positiva e espirituosa, Lucía simula possíveis situações adversas, se apresenta como um "eu", marca da sua constituição subjetiva, que diz para si mesma as sugestões para resolver tais questões, (190) *"por exemplo... às vezes eu (emagreço) meu pensamento e falo... no... se não dá certo os hambúrgueres eu vou fazer papinha de criança... e se não dá certo eu vou vender mandioca". Sendo assim,* ela faz previsões para o seu negócio, no agora, projetando-se no futuro empregando elementos dêiticos que marcam o tempo (hoje e amanhã), (191) "*então... vou me focar em minha comida e se no… então... vou vender hambúrguer hoje… e se vendo tudo amanhã... vou vender hambúrguer e cachorro-quente e se vendo tudo... depois de amanhã eu vou vender hambúrguer... cachorro-quente e arepa… cachapa e así vou colocando",* para expandir o seu empreendimento.

As pessoas que se deslocam em busca de uma melhor condição de vida, muitas vezes, são representadas no imaginário em situação de vulnerabilidade, como pessoas que têm dificuldades para se inserir no mercado de trabalho, como aqueles sujeitos que chegam ao país de destino para "tomar" o emprego que, provavelmente, seria destinado a um(a) nativo(a). Com efeito, a narrativa de Lucía quebra com esse paradigma. Ao relatar a sua própria história de vida, Lucía cria uma representação de si mesma e apresenta aos leitores essa mulher, mãe, empreendedora, um exemplo de superação, força e coragem.

Ana (23 anos) nasceu na Síria e morava na cidade Homs com a sua família, (18*) mas eh… meu eh… família pouco… meu pai… minha mãe e meu irmã… só*". A jovem chegou ao Brasil no dia (14) "*trinta e um de outubro de dois mil e dezenove*", para se casar com o seu marido que já tinha se estabelecido aqui no Brasil há seis anos, (20) "*eu casou há dois anos atrás...chego no Brasil depois quatro meses quando eu casou",* e deu início à sua família.

Ana é formada em contabilidade e demonstra interesse pelos estudos (22) "*eu faço é três cursos no Brasil com o Projeto LER... eu faço três cursos".* Ana está aprendendo a falar português, e afirma, *(22) "eu tive algumas difícil para aprender*

uma nova língua". Ela gostaria de se estabelecer no mercado de trabalho, "*eu gosto… mas é a língua… é o grande problema*", e para tanto investe no aprendizado de português que é o seu maior desafio. Ana participa das aulas de português e conta com ajuda da concunhada (53) "*ela é brasileira me ajuda me a aprender a língua".* Nessa fase de aprendizagem do novo idioma, Ana explica que a (127) "*primeira etapa eu entender o que as pessoas falam e a segunda é eu fala*".

Em sua história de vida, Ana comenta sobre o seu trabalho, (63) "*eu trabalho na loja... vendia compra", (65) "é isso… roupa e mais outro trabalho… vendedora celular esses... minha mãe tem a loja para alugar vestido de festa... às vezes... eu ajuda ela na loja.* Relata sobre a sua cidade e o conflito social instaurado no seu país de origem: "(93) "*na minha cidade tem vida muito difícil*", (95) "*tem guerra… mais altos preços… muito… muito… muito*". A locutora explica que onde morava não havia guerra, "*na minha cidade não tem… só senti o "sol" (som)... mas não tem nada",* Ana só ouvia o som dos ataques e confirma que os conflitos na Síria, no seu país natal, continuam.

Na próxima seção, passaremos à análise da dinâmica de organização do processo de encenação enunciativa que, como visto no capítulo de fundamentação teórica, implica as relações de pessoa (eu-tu) e espaço temporais (aqui-agora e lá-então).

5.1 – Dinâmica de organização do processo enunciativo: das relações pessoal e espaço-temporais

Como visto na Capítulo 5, ao estudar a língua em uso, isto é, numa perspectiva enunciativa, Benveniste expõe os fenômenos relativos ao uso da língua e ao sujeito-enunciador, instituindo uma instância única e irrepetível, constituída pelas categorias de pessoa, tempo e espaço. (BENVENISTE, 1988, p. 288).

É no discurso que o locutor enuncia-se como sujeito. Os pronomes *eu* e *tu* são apontados por Benveniste (1976, p. 279) como os indicadores da subjetividade na linguagem. A partir do uso desses pronomes, instaura-se, simultaneamente, o processamento dêitico. A dêixis é compreendida como

> um mecanismo ou uma relação, pois é responsável pela conversão do significado do signo no nível semiótico da língua em referência da palavra no nível semântico da língua. Trata-se de uma conversão do significado - repetível - do signo - à referência - irrepetível - da palavra. Benveniste exemplifica essa relação com palavras tais como os adjetivos, os pronomes demonstrativos (este, esta, entre outros), os advérbios de lugar (aqui, entre outros) e de tempo (agora, hoje, entre outros). Dessa forma, "aqui", na frase "Estou aqui. ", enquanto signo, significa um espaço ocupado por alguém por oposição ao espaço ocupado por outros e que pode se converter, enquanto palavra, em referência a um espaço em que eu se encontra de alguma maneira singular. (FLORES, 2009).

São os indicadores da dêixis, os pronomes e os advérbios, locuções adverbiais, que organizam as relações espaciais e temporais em relação à instância do discurso que apresenta o “eu” indicando a pessoa. (FLORES, 2003, p. 162).

Os pronomes pessoais revelam a subjetividade na linguagem. (BENVENISTE, 1988 p. 288). Os pronomes pessoais (eu, tu, ele e suas formas oblíquas me, me, contigo etc.). Os possessivos (meu, teu, seu, nosso etc) são dêiticos que manifestam a categoria de pessoa. Dêiticos relativos à categoria do espaço, referem-se ao lugar da enunciação "aqui”, manifestado por advérbios e locuções adverbiais de lugar (aqui, ali, lá etc.) e pronomes demonstrativos (este, esse, aquele etc), os advérbios e as locuções adverbiais de tempo (hoje, ontem, amanhã, agora, na semana passada etc), e as formas dos tempos verbais o presente, o passado e o futuro, manifestam a dêixis espacial.

Nos excertos das narrativas dos participantes desta pesquisa: Ester, Nicolás Martinez, Brijamar, Manuela, Lucía e Ana (respectivamente) se inscrevem como locutores (eu), em suas narrativas, que se apresentam, de maneira responsiva, a uma interlocutora, pesquisadora/entrevistadora (tu). Apropriando-se da língua e designando-se como “eu” (enunciador), esses sujeitos instanciam o seu dizer no campo da lembrança, da memória do momento da chegada ao Brasil.

Respondendo a uma mesma pergunta do entrevistador, os sujeitos da pesquisa, por um lado, instanciam-se enunciativamente, de maneira distinta, particular, por referenciarem a uma trajetória de vida particular. Por outro, as suas experiências memorialísticas, que traduzem um aspecto constitutivo da sua identidade pessoal, apresentam elementos em comum.

No ato de narrar a experiência de chegada ao Brasil, identitariamente, os sujeitos (locutores) instanciam-se como enunciadores (eu), que vivenciam uma mesma experiência sociocultural (um deslocamento geográfico/ a chegada em um

outro país) e psicoemocional (insegurança, medo ou segurança, tranquilidade, a depender de ter ou não uma comunidade de destino devidamente estruturada – familiares, amigos).

5.1.1 – Ester

Ester saiu do Haiti com o filho para se encontrar com o marido aqui no Brasil. A haitiana nos conta que Saulo, seu marido, foi quem escolheu vir para o Brasil, (53) *eh... **meu marido** escolheu pra vim aqui... eh... no momento... é... o Brasil abriu a porta para haitiano vem aí... o Pedro* (Filho de Ester) *tava... tem dois anos... quase três anos... tem que ir para a escola... e lá para ir para a escola... aí **eu falei** que **eu vou colocar ele na escola particular**... aí... **meu malido** falei... então a porta do Brasil abriu... eu vou no Brasil... aí depois eu vou arrumar papel para você e para Pedro pra vir para cá... assim que ele vem... aí depois **eu venho para cá com o Pedro**".* Ester conta que (55) "***não foi eu que escolheu... ((risos)) morar em Belo Horizonte***, (57) "*ele que tava... eh... **meu malido** que tava molava aqui*", (60) "*ele que escolheu*.".

A haitiana projeta-se como locutora, nesta narrativa, marca-se e representa-se no seu dizer (eu) ao relatar a sua chegada ao país de origem, (26) "*aí **eu cheguei**... na verdade **eu... eu vim de avião**... quase uma noite de avião...*". Ester veio para o Brasil, utilizando o seu próprio recurso financeiro. Já no início da sua narrativa, Ester rompe com a representatividade comum à maioria das pessoas que, geralmente, apresenta os haitianos como sujeitos em deslocamento geográfico, imaginados em situação de vulnerabilidade, devido aos problemas políticos, sociais e ambientais que o Haiti enfrentou e tem enfrentado atualmente. Em nenhum momento da sua narrativa, Ester menciona os conflitos políticos e sociais do Haiti, muito menos fala sobre os acidentes ambientais, como o terremoto que assolou o Haiti, em janeiro de 2010, que devastou o país e matou cerca de 300 mil pessoas, e dos dois últimos tremores císmicos, pelos quais o país sofre as consequências até hoje. Tampouco mencionou o assassinato do presidente Jovenel Moïse que teria acontecido há poucos dias antes de nos encontrarmos para a realização da entrevista.

Ester, em seu discurso conta a sua chegada a Belo Horizonte, (28) "*aí **eu cheguei**... **eu cheguei aqui**... **eu tava**... **molava lá Esmeral das Manga...**"* (Esmeraldas - Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH) – Bairro Manga), Ester foi recebida pelos familiares de seu marido Saulo, *(259) "ah: : recebi bem... bem... ((riso)), (261) "eh... **meu malido** tava tem um primo... né?"* e *(263) "a esposa dele também... a esposa do plimo dele... aí quando **eu cheguei aqui eu já molava com eles**".* Ester foi acolhida pela comunidade familiar, devidamente estruturada o que a remeteu, provavelmente, a uma extensão de seu lar, como se Ester já morasse com essa família: *aí quando **eu cheguei aqui eu já molava com eles**".* De acordo com a narrativa de Ester, o momento em que o sujeito enuncia é marcado pelos termos dêiticos (pessoal/possessivo) "**eu**", e "***meu***" e, é possível situar os acontecimentos vivenciados no passado, a partir de elementos dêiticos temporais marcados pelas desinências verbais de tempo (26) "***cheguei**", "**vim**", (28) "**tava/estava**", "**molava/morava**".*

Ester afirma: (41) "***eu vim para cá** porque meu marido veio plimeiro.", (45) "**eu estou aqui há seis anos**.".* Ela relata um ponto positivo da sua experiência como imigrante aqui no Brasil, (245) "*a verdade **eu... eu... eu gosto aqui**... **eu estou bem aqui**... graças a Deus... também tem gente que **me ama demais**... que **me mostra** isso também."* e, através desse discurso, percebemos a imagem que ela tem de si própria, de uma mulher que se sente amada, segura, e tranquila quanto ao seu processo de adaptação em um país desconhecido.

As referências de pessoa, tempo e espaço estão implicadas no ato enunciativo, determinadas pela tríade eu - aqui – agora. O tempo do "eu" é o "agora" e o espaço é o "aqui": (26) "***eu cheguei aqui**...", (263) "**eu cheguei aqui eu já molava com eles**", (45) "**eu estou aqui há seis anos**."* e em (245) "*a verdade **eu... eu... eu gosto aqui**... **eu estou bem aqui**...".*

5.1.2 – Nicolás Martinez

Nicolás empiricamente instancia o enunciador que é o sujeito em deslocamento geográfico que diz (eu). Ele chegou ao Brasil no dia (19) "*dois de febrero... dois mil e quatorze",* e na capital mineira, (21) "***eu cheguei em Belo***

Horizonte... *dia três de março de dois mil e quatorze.*", Ao mencionar as datas completas, o dia, mês e ano e empregar o verbo no pretérito "***cheguei***", o locutor nos remete ao passado, aos fatos ocorridos distantes do tempo presente da enunciação.

Nicolás, como sujeito-enunciativo, que diz(eu), (15) ***eu soy médico... né?... e eu trabaiê no Programa Mais Médicos…*** *por seis anos...* ***agora esté desempregado... mas faço bico de cuidador de idoso...*** *e outras coisas* (28) "***eu... eu estudê medicina***: : *em na Cuba certo...* ***soy venezuelano****... mas por um convênio do governo da Venezuela... estudê medicina em na Cuba... fez medicina* ***lá*** *por seis anos e meio...* ***quando me formê... trabaiê*** *um ano en na selva da Amazônia venezuelana... e* ***depois****...* ***entrei*** *no ejército da Venezuela para fazer* ***mi especialización em cirurgia geral****...* ***quando me*** *for...* ***terminê minha especialización...****".* O venezuelano ficou sabendo sobre o Programa Mais médicos através de um amigo, (28) "***eu tenho um amigo*** *que já tinha vindo do Brasil para fazer... no para entrar no Programa Mais Médicos e ele* ***me*** *falou que era muito bom... que pagamento era muito bom... que aqui era muito tranquilo... e* ***eu entrê de férias*** *e decidi vir en no Brasil... foe: : muito tranquilo...* ***eu cheguê*** **aqui***... fui muito bem acolhido... muito bem atendido...".* A representação do tempo cronológico, nessa narrativa é destacada pelos advérbios "quando" e "depois" e, pelas desinências verbais no pretérito (21) "***cheguei",*** (28) "**estudê**/estudei", **trabaiê**/trabalhei, "**entre**i" e "***termine/****terminei****"***, situando os acontecimentos narrados, distante do tempo da enunciação. O advérbio "aqui", determina a categoria de lugar, (aqui no Brasil), em que ocorre a enunciação, de onde o locutor se instaura como "eu". O advérbio **"lá"** traz um novo ambiente discursivo à cena enunciativa, (lá em Cuba).

Nicolás sentiu dificuldade para se adaptar, (28) "*nos primeiros meses foi complicado... porque...* ***eu não dominava muito la língua portuguesa****",* (30*) "mas foi aprendiendo aos pouco.... aos golpe... eh um: : : :... e ao poucos fui adaptando fala... e soy uma pessoa um pouco introvertido... um pouco mais calado... né?",* (32) *enton... tenho um pouquinho de problema adaptação... mas tranquilo... trabalhê por c)três anos no Bairro Jaqueline no Posto (...) e depois fui transferido para o Jardim Alvorada... perto do Castelo*", (34) "*bairro do Belo Horizonte: : aí trabalhê (...)*".

Os termos "*eu*" e "*mi/minha*", presentes nas respectivas linhas (21) e (28), demonstram o locutor que se representa, em primeira pessoa, no seu ato enunciativo. Temos também na linha *(28) "ele* ***me*** *falou que era muito bom..."* o pronome oblíquo *"****me****"* e os verbos (21) "*cheguei",* (28) "*entrei", "terminê",* "*tenho", "entre", "cheguê",*

“dominava”, (30) “foi aprendiendo/ fui aprendendo/ aprendi”, “fui adaptando/adaptei”, “soy/sou”, “tenho”, “fui transferido/transferi”, “trabalhê/ trabalhei”, que indicam um tempo passado em relação ao tempo enunciativo.

5.1.3 - Brijamar

Brijamar é venezuelana que ao relatar os fatos da sua história de vida, projeta-se como sujeito enunciador, em deslocamento geográfico, que se instaura na narrativa. A Venezuela relata que (7) “*a “crisis” como tal en la Venezuela... comenzó muito forte.... foi em dos mil once... “...que ya no se encontra os medicamentos e na parte de saúde... eh... em **mio** caso... eh**... a gente** tem três filhos... mas aí tem uma filha mais pequena... que ela sempre precisava de... de... medicamentos... de cuidados mais... especiais porque... así ela tomou uma... uma... não sei como fala: : ... uma convulsión de causa de uma febre... né?...”.*

Brijamar conta que a população tinha que racionar comida*, (11) “se... eh... **você** fazia café de amanhã... no pode fazer janta... tenía que tratar de... economizar la parte da comida... tudo era miniMIZADO... aí “comenzaron”... a ...a... as coisas a subir todos lo dias... eh... começavam a subir de valor... de preço... né?...”, (15) “**era muito... muito... muito alto el costo de... de vida lá... né?...***”, A locutora repete o advérbio “*muito*” e emprega o adjetivo alto como marca de sua subjetividade do sujeito no evento da fala.

Diante dessa situação, (25) “***mi esposo** junto com **a gente** tomamo a decisón de migrar para Brasil... né*?”, (27) “*pensando la educación de las meninas... havia muita delinquência... em minha casa se meteram... robaram... ficamos dos horas como... eh... sequestrados*”.

No uso exclusivo de “a gente”, nas linhas (7) e (25), os ouvintes não são especificados pelo pronome, apenas (7) o sujeito instaurado no discurso e o seu marido, que está ausente no momento da enunciação, e (25) as filhas (membros da família), que não se encontram no ato enunciativo. Dessa forma, ao se instaurar em sua narrativa através do dêitico de pessoa “a gente”, temos um sujeito “eu” que passa a ser um sujeito coletivo.

Brijamar reflete sobre a crise no seu país de origem (31) "... enton em um país onde **você não tem seguridade**... donde você não tem... eh... saúde... donde **você não tem alimentação...** eh... para dar para suas meninas... tan... así lo essencial como é la leite... né?... la leite era una das cosas mais caras da lá...enton essas cosas... **você comienza a pensar** e **você fala...** o que voy a fazer com **minha** vida... com a vida de **minhas filhas**... e tudo isso **nós chego** a sair do **nosso** país... a crises que vive Venezuela... tanto de econômica... como educação... saúde... e sobretodo seguridad... né?, (32) "aí... em... em... em essa data... eh... oito de diciembro... eh... **nós tomamos a decisão de migrar**... aí saímos por nosso próprio recurso que **nós teníamos**... né... vendimos alguna coisa e saímos do país... chegamos a Boa Vista... ahí já havia uma parte da família de **mi esposo...** que já ellos haviam saído primeiro... né?... havia chegado... né?".

O termo "**você**" foi empregado de forma genérica em: *(11) "se... eh...* ***você*** *fazia café de amanhã.",* (31) "... enton em um país onde **você não tem seguridade**...", "donde **você não tem alimentação...", você comienza a pensar** e **você fala...** ", foi usado pelo enunciador para que ele se referisse a qualquer pessoa que estivesse naquela situação. O momento em que a locutora enuncia, é marcado pelos termos dêiticos (possessivo) "***mi/minha***" e (pessoal) "***nós***", sendo possível situar os acontecimentos já vivenciados no passado, a partir de elementos dêiticos marcados pelas desinências verbais pretérito (em primeira pessoa do plural), "tomamos", "teníamos/tínhamos".

Brijamar recebeu o apoio dos integrante de sua família, pois eles (35) "*Já havia chegado... "aí ellos auxiliaram un pouco... e aí... em Boa Vista... ficamos seis meses... eh... tratando de encontrar emprego... a gente fazia costura... a gente vendia sorvete... eh... mi esposo trabalhava como Uber.".*

Em Boa Vista, com a ajuda de uma amiga, Brijamar conseguiu se mudar para Belo Horizonte, (37) *eu conheci uma amiga aí que se chama Dolores,* (43) "*enton... aí ela me falou que ela nos cadastrou e ela falou así que Jesuíta tenian: : essa parte de ajudar... mas se eu queria sair de lá... ela nos ajudava... nos cadastrou e tudo",* (45) "*entonces gracias a eles... aos Jesuítas de Roraima...* ***nós saímos... chegamos*** *a BH... aí um padre de la iglesia católica... chamado Antônio... ele... ele nos a... así... ele nos ajudou... nos dio abrigo ali... e ficamos com ele cinco meses... ele nos ajudou muito... eh... mi esposo conseguiu emprego en una panadería...* ***eu consegui emprego*** *como cuidadora de uma pessoa de idosa... e ali ficamos trabalhando*

hasta... hasta... uhn... dez de setembro... que o...o una das moças de los Jesuítas elas ligou para nós e falou así da ida a BH... ela falou que havia una oportunidade pra trabalhar na fazenda.", (47) "*e se* ***nós queríamos... nós falamos que sim...*** *e así fue fomos embora para Patrocínio.", (49) "na cidade: : chamada: : eh... Guimarânia (...)*".*".* Nos termos destacado na linha (45) e (47) a narradora determina a si própria, na primeira pessoa do plural *"**nós***", e emprega a desinência verbal em "***chegamos***" na primeira pessoa do plural.

Neste discurso, o eu-narrador deixa claro seus sentimentos em relação às adversidades que precisa enfrentar em situação de migração, principalmente, quando não consegue se inserir no mercado de trabalho, (64) "*quando no trabalha não consegui no... mas mientra se a pessoa trabalha... no ha sido fácil... não... é muito difícil a migração... não é fácil não.... eh...* ***passamos trabalho****... às vezes...* ***choramos****... né?...,* A locutora percebe os desafios para se adaptar à nova cultura e classifica o novo idioma como o primeiro desafio, (66) "*porque sí... a costumbre... as cultura... é: : (...) muito difícil", (68) "de lembrar... isso diferente... e a la vez es um desafio... um reto pra...* ***para nós****... porque primeiro idioma...".* e en segundo...", evidencia a sua insegurança, (68) "*uhn... e segundo... eh...* ***não sabemos aonde vai chegar...*** *assim quando... você não conhece a ninguém... no sabe quem está seu lado... no...".*

O sujeito que se enuncia, reconhece que está distante do seu país e o quanto é difícil manter-se longe de seus familiares, *(68) "deixa a família... muito tempo sem olha... sin olhar a ela... por exemplo em* ***mi caso...*** *tenho a* ***minha mãe*** *en la Venezuela...* ***mis irmãos...*** *hace quatro anos que* ***eu no veo a eles****... só quando hay comunicação pelo whatsApp... por internet*", os integrantes da família de Brijamar precisam se deslocar para usufruir dos serviços (70) "*e da internet de outro país que es Colômbia como ellos ficam perto de allá*", (72) "*entonces... aí... eh****... mia mãe sai a um lugar****... a um ... a una parte... e aí ela consigue comunicar com* ***la gente****... mas eso hace casi dos meses... quando ela consigue… né?...".*

*O sujeito-enunciador d*emonstra-se indignado com as atitudes do governo do seu país de origem, e a sua preocupação com os familiares que não conseguem se deslocar para o Brasil, *"(72) porque o governo tem fechado a comunicação.*". (78) "*enton...* ***minha família fala*** *situ...* ***minha família fala así****...ellas quieren sair... mais no sabem como sair no... porque a frontera tá fechada*", (80) "*tá fechada... e a parte de isso... no tem um servício público de... aute... de bus de ônibus... né?... que*

puedem levar a ela hasta la frontera... para sair para Brasil... porque a única parte delas conseguirem sair é para cá... que ***a gente tá aqui****... en no Brasil... enton es así .... a situación es así... elas praticamente estan fechados a la... no pode sair... uno pela pandemia... e otro por la situación econômica porque lo que eles consiguem... é só para medio comer*

Brijamar desabafa, (84) "*ehn... eh... é así... a situación de imigração... você sabe que... só tem una mala com roupa... a roupa mais ou menos que você tem.... e sale com ella... né?... deixando atrás... sale sin... sin... olhar para trás... né?...porque assim é muito triste quando você sai por exemplo.... mio caso eu dexe em casa... todas as mi... mis comodidade... né... e... por exemplo.... quando cheguei a Brasil os primeiros seis meses... foram muito forte... a gente dormia no chão... no colchón plástico... colchão plástico... sabe?... cheio de ar*".

Brijamar deixa claro que (110) "*não importa o sufrimiento sacrifício mais você vai... você vai tener despois ganância/ bonanza (bonança)... né?... de tudo que você faz... agora... eu falo que não me arrepento... não me arrepento nunca de haber chegado… no Brasil... os primeiros dias foram muito forte... mas... chorei muito... muito... muito... chore"*,

Em sua narrativa, a locutora se instaura como sujeito em seu discurso Brijamar expressa o seu sentimento ao dizer (112) "*mas eu... eu... agradeço... primeiramente a Deus... e... e... agradeço ao brasileiro... o país do Brasil e... a... a... nossos amigos Jesuítas haveron brindado a oportunidade e haver acolhido... né?... nossa família... aqui no Brasil... e só agradecer... porque graças a vocês estamos aqui... né?...tenemos tudo... ro... dieron a identidade que no hay cosa mais melhor que você andar legal em um país.", (114) "dieron... dieron tudo lo que nos precisavam pra gente... eh... deu... primeiro um emprego pra gente andar bem en un país... né?... legal e eu não me arrependo."*.

5.1.4 - Manuela

A boliviana Manuela relata sobre o que a motivou sair de Santa Cruz e vir para o Brasil, (6) "*então que... todos… todos os bolivianos estan querendo salir… e* ***eu saí de lá****… foi quando na realidad* ***eu me casei****…* ***eu me enamorei com um brasileiro***

e me casei... né?". Manuela (43) inicia a sua história de vida revelando-se como uma locutora que se projeta em sua narrativa quando diz "eu". A locutora usa o pronome pessoal "eu" e o obliquo "me" para posicionar-se como sujeito na narrativa. As desinências verbais (6) *"saí", "casei", "enamorei",* também são indicativas de primeira pessoa e de pretérito indicam o tempo em relação ao momento da enunciação.

A crise socioeconômica na Bolívia fez com que muitas pessoas, inclusive a Manuela, deixassem o país e se deslocassem para o país vizinho, *(6) "então que... todos… todos os bolivianos están querendo salir… e* ***eu saí de lá****…", (18) "... quando* ***eu ia salir de lá****... fiz todo* ***mis*** *documento para poder conseguir um bom trabalho acá... né?… porque a carteira dereito… a carteira assinada… entonce... é* ***mi*** *sono trabalhar… porque até agora no trabalhei de cartera assinada es mi sono trabalhar de cartera assinada primero en quando chegar aqui... lutar". Nas linha (6) "eu" e (18) "mis/meus" e "mi/meu",* temos o uso dos termos em primeira pessoa como um recurso linguístico que institui a locutora em seu discurso.

Em sua narrativa, podemos observar que Manuela se esforça para fazer parte da comunidade imaginada aqui no Brasil que é a de professores e, enquanto isso não acontece, aceitou um emprego mesmo sem o registro na carteira de trabalho, (20) "*...quando sali de allá eu fui de recomendación… como falei...* ***para poder conseguir trabalho acá*** *e todo dereitinho...* ***mas: : hasta agora*** *no consigo nada... peor ainda que… que entramo en la pandeminha… ai fecho más la...las porta… trabalhei en una escola... una escolinha infantil* ***aqui en mi barrio*** *onde eu moro mesmo",* (22) "***trabalhei sem dereito nada... sin contrato… así como falei... sin contrato… sin… sin NADA…*** *simplemente para ganar el pan de cada día… como* ***allá en Bolívia****… trabalhava una vez en la semana que era na quarta-fera".* A representação do tempo cronológico é destacado pelas desinências verbais de pretérito (20) "*Sali****",*** "*fui* ", "*falei",* (22) *"trabalhei",* "*entramo*/entramos", "*fecho*", "*trabalhava", "era",* situando os acontecimentos narrados, distante do tempo da enunciação e pelos advérbios (20) "*quando*" e "*agora*".

A locutora, enquanto sujeito em seu discurso, declara a sua dificuldade em adaptar-se aqui no Brasil*, (62) "eh... la convivência com los demás... sentir-me... eh... rechaçado por el motivo de la fala... de no falar derecho". isso...", (66) "é... por não falar bem o português... que até agora no falo bem...".* Manuela relata em seu discurso que sofreu discriminação por não falar português e afirma que não conseguiu emprego por ser discriminada, (145) "*acho que sim...* ***eu acho que sim****...* ***eu acho***

que por eso *ma::... no me contrataram en los trabalhos... né?... na escolhinha...* ***eu procure****... no só en la escolinha... de recepción... en supermercado...* ***eu procurei por todo lado****... trabalho...* ***mas eu acho****...* ***eu me achei que foi por la língua****... e::... de no falar português direito ellos no* ***me*** *contrataram... porque* ***eu fui a las entrevistas****...* ***me*** *fizieron entrevista... mas después de entrevista no passo más... nunca* ***me*** *contrataram".*

Em sua narrativa, Manuela, enquanto sujeito revela o seu sentimento (68) "por eso também... ***eu me senti rejeitada por esse motivo****... e acho que por esse motivo não me contrataron también... né?... na escolinha... né?... ((choro)) por...* ***minha*** *cuestión de fala... sei lá".* O emprego do verbo *"sentir", em: "****eu me senti rejeitada por esse motivo****",* semanticamente indica a relação subjetiva da locutora que se instaura como sujeito que vivencia uma situação de rejeição.

5.1.5 - Lucía

A narrativa de história de vida de Lucía inicia-se de forma um pouco diferente da história dos outros participantes, principalmente, no que tange a sua trajetória de migração. Lucía se deslocou de seu país natal e, a princípio, veio para o Brasil para se tratar de um problema de saúde. No entanto, ciente da grave situação social e econômica que a Venezuela enfrentava, como a falta de estrutura e segurança, necessárias para que a cidadã pudesse viverem seu país de origem com mais tranquilidade, a locutora, em busca de uma melhor oportunidade de vida, projeta-se vivendo em uma outra comunidade. Lucía atravessou a fronteira, decidiu mudar os seus planos.

Lucía posiciona-se em seu discurso, como sujeito que aos 26 anos relata, a condição em que estava quando chegou ao Norte do Brasil, (26) "***eu cheguê na divisa***", "*sí… na fronteira no estado de Pacaraima… na cidade de Pacaraima... ali* ***eu cheguê*** *num carro porque estava doente… né?".* Lucía já tinha a intenção de vir para o Brasil, porém deixou o seu país, naquele ocasião, por questões de saúde, *(36) "a verdade* ***eu tinha planes para vir… né****?... mas nesse momento não… então a situação da emergência médica* ***me fez vir*** *mais rápido…* ***eu vim só com a passagem****...* ***eu cheguê até ali****".* O momento em que a locutora enuncia, é marcado

pelos termos dêiticos (pessoal/oblíquo) “eu”, e “me” e através dos dêiticos temporais marcados pelas desinências verbais de tempo pretérito (26) “*cheguê*”, (36) “*tinha”, “fez” e “vim”,* o que torna possível situar os acontecimentos já vivenciados no passado, no momento do ato enunciativo.

Lucía instaura-se em sua narrativa como a locutora que diz “eu”, orientando suas ações e fatos relacionados à sua experiência migratória, (38) “*bom… quando* ***eu cheguei eu cheguê no dia vinte e seis de outubro****… acho que foi sexta-feira quando* ***eu cheguê****...* ***eu cheguê perdida****…* ***eu não sabia nada****…*”, ela sinaliza para o seu interlocutor, a insegurança que sentiu ao perceber que estava só, em Pacaraima, (38) “***eu cheguê perdida... eu não sabia nada****…*”. Lucía se lembrou do convite de seu pai, (38) “***meu pai*** *tava lá ainda tava na divisa… ele foi refugiado na operação acolhida… ele estava ali… mas ele me falou não… venha que eu vou te ajudar… né?*”. Quando a locutora diz “***meu pai****”,* demonstra a relação de afeto que tem com a figura paterna, e que tornou-se fundamental, nesse início de processo migratório, ao saber que seu pai já tinha passado pela mesma experiência, ela acreditava que ele poderia de alguma forma ampará-la.

Lucía, ainda responsável pela enunciação, nos diz que conheceu uma pessoa ligada à Cruz Vermelha (Organização internacional para atendimento humanitário e médico) que lhe ajudou a obter a documentação, (38) “***eu consegui tudo****... tudo rápido e por mi condição uma moça da Cruz Vermelha… ela me ajudou… ela me passou cada oficina e nesses dias* ***eu tuve tudo meu documentação… né****?”.* Lucía precisou aguardar, por mais uns dias, o processo de integração feito pelos órgãos do governo, (38) “*ainda não tinha a... a... ajuda da operação acolhida... enton…* ***eu fiquê*** *até segunda-feira…* ***eu passei sábado e domingo ali****…”,* porém*, “**<u>não passei na rua</u>*** ***porque meu pai*** *estava lá”.* Felizmente, Lucía não ficou ao relento, ela foi amparada pelo pai. Talvez se a acolhida de Lucía tivesse sido efetivada de forma mais eficiente, sem que houvesse tanta espera, ela não teria ficado tão preocupada, pois para ela alguns dias sem acolhimento, *(40) “**mais correspondia eu ficar na rua por não ter ajuda… né****?”.* A locutora relata que por pouco não ficou na rua, isto é, desamparada. Muitas vezes as pessoas precisam se sujeitar a condições extremas ao chegarem ao país de destino, isso pode gerar mais insegurança, uma sensação de desamparo. O sujeito que se enuncia nesse discurso, relata o alívio que sentiu, depois de alguns dias da sua chegada, quando finalmente ela foi acolhida, (40) “*mas na segunda-feira*

desde entonces eles ***me aprovaram****…* ***me aprovaram a condição e eu cheguê****…* ***eu tuve a operação acolhida me deu ajuda...*** *ajuda humanitária."*

5.1.6 – Ana

Ana é a mais jovem de todos os participantes desta pesquisa, em sua narrativa de vida e se expressa como sujeito-enunciativo que diz (eu). A jovem, em seu relato se apresenta, (18) "***meu nome é Ana***... ***eu sou da Síria***... tenho vinte e três anos ***eu estudei contabilidade***...", (12) "***eu chego no Brasil****",* em Belo Horizonte, no dia (14) *"trinta e um de outubro de dois mil e dezenove*".

A motivação de Ana para deslocar-se da Síria para o Brasil era especial, (16) "*eh...* ***meu marido*** *estava aqui há seis anos*.", (20) "***eu casou*** *há dois anos atrás... chego no Brasil depois quatro meses quando* ***eu casou****...". O recurso linguístico utilizado para marcar o posicionamento do sujeito em sua narrativa foi o emprego dos pronomes "eu" e "meu" e a presença das desinências verbais de pretérito (18) "sou****",*** ***"****estudei****",*** *(18 e (20) "chego/ cheguei", (16) "estava", (20) "casou".* Para determinar o tempo, a locutora insere em seu discurso a data precisa de quando chegou ao Brasil: (14) *"trinta e um de outubro de dois mil e dezenove*", que está diretamente ligada ao sujeito-enunciador.

Em sua narrativa, Ana relata que acha o português um idioma muito difícil e desabafa, (22) "***eu tive*** *algumas difícil para aprender uma nova língua*, (24) "*na Síria nós falamos árabe… é muito difícil*", (29) "*eh… depois curso de português* ***eu senti mais fácil****...* ***eu está entendendo*** *como as pessoas falam... mas* ***eu senti difícil*** *para fala.".* Ana se representa como aprendiz da língua portuguesa. Ela é uma das estudantes que se integra ao Projeto LER, mais um espaço para a aprendizagem da língua portuguesa aqui em Belo Horizonte.

A locutora declarou, (91) "*eu... eu gosto aprender mais no esse país",* no Brasil e explicou o motivo, (93) "*na minha cidade tem vida muito difícil",* (95) *"tem guerra… mais altos preços… muito… muito… muito",* (97) na minha cidade não tem… só senti o "sol" (som)... mas não tem nada". Ana usa os adjetivos (93) "*difícil" e* (95) *"altos", e o advérbio (95) "muito" para marcar a subjetividade da locutora que se institui como sujeito no enunciado.*

5.1.7 - Ilustração da dinâmica de organização do processo enunciativo das relações pessoal e espaço-temporais

Nos excertos das narrativas a seguir, Ester, Nicolás Martinez, Brijamar, Manuela, Lucía e Ana (respectivamente) se expressam, a partir do espaço e tempo das migrações, como sujeitos-enunciativos que dizem “eu”. O emprego da 1ª pessoa, nesses excertos, foi utilizado como um recurso linguístico para definir o posicionamento desses sujeitos nas narrativas. Narrar sobre si mesmos, é uma ação constitutiva para o reconhecimento das identidades individuais.

Ao contarem os fatos, esses sujeitos dispõem o espaço e o tempo e indicam como referencial temporal os advérbios “agora”, “quando”, “antigamente”, a locução adverbial “às vezes” e os verbos indicativos de tempo pretérito (em destaque). O espaço “lá”, local onde estavam antes do deslocamento, no país de origem ou que em estavam naquele momento, é confirmado pela relação de pertencimento ao utilizarem os advérbios: “lá”, (“ahí”/“lá”) e, ao empregar os advérbios “aqui”, “aí” afirmam onde estavam no momento da enunciação, no país de acolhimento. O marcador discursivo “né”, forma contraída da expressão "não é", normalmente, confirma o que foi falado anteriormente, ou é usado para pedir aprovação sobre alguma coisa: ***eu soy médico... né?.***

Nós somos sujeitos de linguagem e como sujeitos de linguagem nós utilizamos a língua que é um sistema sígnico para nos constituir identitariamente. A linguagem e a língua são dimensões da vida em que a subjetividade se institui se instaura. Não há experiência de uso da linguagem que não seja intersubjetiva e dialógica quando eu falo de mim eu falo de mim em relação ao outro.

Para ilustrar esta dinâmica de organização do processo enunciativo das relações pessoal e espaço-temporais dessas pessoas apresentamos o quadro a seguir, onde buscamos apresentar de forma mais clara como Ester, Nicolás, Brijamar, Manuela, Lucía e Ana, ao relatarem estes fragmentos de suas vivências no país de origem e as suas experiências como migrantes no país de acolhida, tornam-se sujeitos e se reconhecem e se reconstroem identitariamente, a partir de suas representações localizadas no tempo e no espaço, no “**Eu** - **lá** - **ontem”,** no “**Eu** - **aqui** - **ontem”** e “**Eu** - **aqui** - **agora”**.

“**Eu**” - Ester - **lá** (“no Haiti”) - **ontem** - Agricultora/Professora/Costureira
“**Eu**” - Ester - **aqui** (no Brasil) - **ontem** - Faxineira
“**Eu**” - Ester - **aqui** (no Brasil) - **agora** - Desempregada

“**Eu**” - Nicolás - **lá** (“em na Cuba”) - **ontem** - Médico
“**Eu**” - Nicolás - **aqui** (no Brasil) - **ontem** - Médico - Programa Mais Médicos
“**Eu**” - Nicolás - **aqui** (no Brasil) - **agora –** Desempregado/Cuidador de idoso

“**Eu**”/a gente/nós - Brijamar - **lá** (na Venezuela) - **ontem** – Servidora Pública (Ministério)/Vendedora
“**Eu**”(a gente) - Brijamar - **aqui** (no Brasil) - **ontem** - Vendedora de sorvete Tratadora de animais/Ordenhadora/Funcionária na IBAR/ Auxiliar de Produção
“**Eu**”(a gente) - Brijamar - **aqui** (no Brasil) - **agora** - Desempregada/Costureira/ Artesã

“**Eu**” - Manuela - **lá** (na Bolívia) - **ontem** - Professora
“**Eu**” - Manuela - **aqui** (no Brasil) - **ontem** - Professora/vendedora de sobremesa
“**Eu**” - Manuela - **aqui** (no Brasil) - **agora** – Babá

“**Eu**” - Lucía - **lá** (na Venezuela) - **ontem** - Atendente de supermercado/ Faxineira/vendedora de suco/ vendedora de produtos alimentícios
“**Eu**” - Lucía - **aqui** (no Brasil) - **ontem** - mãe
“**Eu**” - Lucía - **aqui** (no Brasil) - **agora** - Vendedora (Ifood)

“**Eu**” - Ana - **lá** (na Síria) - **ontem** - Vendedora
“**Eu**” - Ana - **aqui** (no Brasil) - **ontem** - esposa
“**Eu**” - Ana - **aqui** (no Brasil) - **agora** - Estudante

Sujeito-enunciador	Eu-lá-ontem	Eu- aqui- ontem	Eu- aqui- agora
Excerto 1 **Ester**	*6. E: ... eu fica...* ***eu fica lá*** *no outro cidade que chama Jacmel... aí* ***eu ficar lá*** *com minha plima... né?... [...] aí... depois ela é costuleila... ela me ensina também... aí eu... quando eu cabô de fazê ensino completo... aí...* ***eu ajuda ela****... ela tava... tem um shop... ajuda ela... eh* *219. E: eh...* ***costuleila...*** *eu aplen... eu aplendi desde 2009... não... 2009 não...* ***eu aprende desde 2002... 2002*** *75. E:* ***lá*** *na Artibonite...* ***a gente fazer muitas plantação arroz, lá*** *240. E: ...* ***lá*** *no meu país* ***eu sô professora...*** 225. *E: eh... gosta demais... aí quando* ***eu estava lá...*** *eu levan... eu fui lá... eu levanta seis horas... aí eu...eu... prepa... eu prepara a Pedro... eu passa lá... eu deixa Pedro na escola dele... aí depois fui trabalhar... aí quando cabô... eu passa pegar ele... eu fui na minha casa... chego*	*329. E: não...* ***eu tô desempregada*** *desde o mês de maio ano passado... aí... a empresa me ligou de volta... eh... dezembro... sete de dezembro... aí trinta e um de dezembro... mandaram* ***eu embora de novo...*** *aí eu falei... o negócio tá fraco... aí desde esse tempo... desde tô em casa* 331. *E:* ***eu trabalhava como faxineira...*** *limpava dentro de ônibus...* ***eu trabalhava no Gontijo***	

	*lá eu... eu só tomar banho comer alguma coisa e **fazê costura...** ah... e o dinheiro eu tavo ganhano lá... tava mais que o dinheiro que **eu ganha na escola***		
Sujeito-enunciador	**Eu-lá-ontem**	**Eu- aqui- ontem**	**Eu- aqui- agora**
Excerto 2 **Nicolás**	15. N: ***eu soy médico... né?*** [...] *28. N: ...**eu estudê medicina**: : em na Cuba... fez medicina **lá** por seis anos e meio... quando me formê... **trabaiê um ano en na selva da Amazônia venezuelana...** e depois... **entrei no ejército da Venezuela para fazer mi especialización em cirurgia geral...***	15. N: *[...] **eu trabaiê no Programa Mais Médicos…** por seis anos...*	15. N: ***agora esté desempregado...*** *mas **faço bico de cuidador de idoso...** e outras coisas*

Sujeito-enunciador	**Eu-lá-ontem**	**Eu- aqui- ontem**	**Eu- aqui- agora**
Excerto 3 **Brijamar**	15. B: ***eu trabalhava para el estado...*** *aí o Ministério começou a fechar... né?... porque a gente não estava de acordo com algumas políticas que eles comenzaron a*	28. B: *e **aí em Boa Vista** ficamos seis meses... eh... tratando de encontrar emprego... a **gente fazia costura... a gente vendia sorvete...***	*482. B: eu faço... **eu costuro**... eu faço muita coisa... só que a gente... eh... no tem como eu fui a... así as parte onde vendia... né?*

	implantar e eram políticas de corrupção [...] 17. B: [...] *começaram a cobrar por una inspección técnica por um documento legal ou de terra... né?... que era o* ***meu trabalho****... aí começaron en el estado donde* ***a gente trabalhava*** *era... era... um estado onde se dá muito ouro... ok?... era o estado mais rico de la Venezuela... ahí tem diamante... ouro... alumínio... cobre... todos los recursos naturais tan ahí* *21. B: ...****eu comecei a trabalhar no mercado****... tra... conseguia produto venia en no Brasil comprava alimento...* ***vendia lá****...* *50. B: porque no trabalho que* ***eu tenia en la Venezuela... nós trabalhamos dois anos vacinando animais... né?****...*	*44. B: enton... aí... a gente... está em... aí ficou embora para Guimarânia e* ***lá*** *ficamos por um ano...* ***trabalhamos*** *em esta Fazenda...* ***eu comecei como tratadora de bezerro*** *50. B: mas aí aprendi a vacinar animais recém-nascidos... a* ***tratar doença de eles...*** *e aí* ***eu fiquei sete meses*** *e despois a dueña precisou de uma pessoa para ordenha... e aí ela me falou e* ***eu aceitei... né?...*** *e aí fique...eh... los demais... eh...* ***em la ordenha seis meses na ordenha...*** *51. B: aí despois chegamos* ***aqui*** *a Carmo de Cajuru... e aí começamos a trabalhar...* ***eu estava trabalhando lá na IBAR*** *e mi esposo... eso foi em dos mil vinte... dos mil vinte* *283. B: eh…* ***mia parte...*** *último emprego* ***era auxiliar de produção... a gente... mexia com frango... galinha...*** *eh... coletava ovos... sabe?*	*ofrecer... pero...* ***aqui*** *o comércio no aceitô... porque ellos falavam que no compravam nada artesano*

Sujeito-enunciador	Eu-lá-ontem	Eu- aqui- ontem	Eu- aqui- agora
Excerto 4 **Manuela**	2. M: ***eu trabalhava lá na Bolívia em una escola***...	20. M: ***trabalhei en una escola***... ***una escolinha infantil aqui en mi barrio onde eu moro mesmo*** 58. M: *e… ese lugar que trabalhei... las professoras también...* ***eu acho que elas observaron que eu tenia... experiência trabalhar com criancinha*** *e... viam que las criancinha gustaban de mim...* 48. M: e... **trabalho en casa... eu procurava o que facer...** ((choro)) **eu fazia sobremesa para vender...** ((choro) 50. M: **eu fiz sobremesa pra vender aqui em barrio** [...] enton... **começar a vender sobremesa**	70. M: ***eu estou trabalhando de babá para una bebezinha de dos años e sete***

Sujeito-enunciador	Eu-lá-ontem	Eu- aqui- ontem	Eu- aqui- agora
Excerto 5 **Lucía**	*60.* L: ***na minha cidade antigamente****… [...]* ***eu trabalhava****… eu acho mais ou menos umas 14… 15 horas...*	51. L: ***eu não fiz vaga para mim*** *porque* ***eu estava pensando em cuidar dos meus filhos****… né?...*	15. L: ***minha profissão é de técnico meia na construção civil... né?...*** *mas agora... aqui no*

	mas ***eu trabalhava no supermercado*** 63. L: *[...]* ***eu tive que limpar casa... de faxineira…*** *[...]* ***eu saía do supermercado*** *trabalhava de oito às doce e de dos da tarde até às oito… enton o intermédio de doce a dois de tarde eu iba lá na guarda…* ***lá na polícia*** *e limpava e as três horas… de volta no supermercado… às oito horas de volta na guarda e… se já eu limpava toda a guarda… eu tinha uma caixa… uma casa daquele teniente que tava* ***lá*** *dirigiendo a cidade... né?… iba limpava lá…* ***eu passava até dez… onze horas limpando da noite...*** *de* ***ali*** *eu voltava buscar meu filho pra ir pra casa dormir... só dormir... às vezes... às seis horas da manhã quando chegavam aquelas inspeções sorpresa para a Guarda Nacional eles me* ***buscavam lá****... ****lá*** *na minha casa… ôh... Lucía… estou precisando limpeza rápido porque tem uma inspeção* ***lá****…* *64.* L: *mas* ***na minha casa****… como eu gosto muito de*	110. L: ***eu não posso trabalhar por causa da minhas crianças…***	*Brasil* ***tô sendo vendedora... vendedora do Ifood*** *se chama?*

	*trabalhar… **eu vendia aqueles legumes**… tudo aquele legume… depois **eu fui comprando así… arroz… macarrão**… **eu tinha um postinho… né?**... así… mas a situação foi de que o dólar lá subiu muito… muito forte… numa semana e quebré…* *72. L: ...**ali** (na mina) sacan… tiran toneladas de ouro toneladas… [...] **eu vou sair e trabalhar...** [...] **eu comecei vendendo suco… suco de rapadura com limão** eu levava uma... uma garrafa disso térmica eu levava mais ou menos dez litros de suco*		
Sujeito-enunciador	**Eu-lá-ontem**	**Eu- aqui- ontem**	**Eu- aqui- agora**
Excerto 6 **Ana**	63. *A: eh… **eu trabalho na loja**...vendia compra* 65. *A: e mais outro trabalho… **vendedora celular** esses... minha mãe tem a loja para alugar vestido de festa... às vezes... **eu ajuda ela na loja***	20. A: *eh... **eu casou há dois anos atrás**... **chegô no Brasil** depois quatro meses quando **eu casou** …você entendeu?*	22. A: ***eu faço... eh... três cursos no Brasil** com o Projeto Ler ... **eu faço três cursos** (...)* 31. *A: agora... **eu não trabalho...** mas meu marido tem restaurante de comida ... às vezes... **eu vou ajudar ele**...*

Nestes excertos analisados, percebemos como os narradores se instauram como sujeitos e constroem suas histórias representando a si próprios em um processo contínuo de (re)construção identitária. Isso permite retomar um argumento de Stuart Hall, segundo o qual no campo da migração novas identidades vão surgindo, fragmentando o homem antes unificado (Hall 2006, p. 7). A experiência identitária dos indivíduos em deslocamento forçado está diretamente relacionada ao processo de ressignificação da relação espaço-tempo, pois chegam de várias parte do mundo, na maioria das vezes, a locais antes desconhecidos e cada indivíduo assume diferentes traços identitários, em diferentes momentos e lugares.

Passemos, a seguir, à análise de aspectos discursivos implicados no processo de construção identitária desses sujeitos, especificamente, às dimensões: pessoal, social, cultural e a nacional. Todas são dimensões de um mesmo processo e fazem parte da identidade que é única e constitutiva de cada sujeito.

5.2 – Identidade pessoal

A identidade pessoal, Segundo Hall (2006), unifica o ser humano, com seus valores, crenças e suas emoções. Nos excertos das narrativas de Nicolás, Brijamar, Lucía e Manuela podemos observar que isso se explicita na forma como cada sujeito apresenta seus atributos específicos, a partir do conceito e imagem que fazem de si próprios.

Nicolás constrói uma representação de si, baseando-se em traços de sua identidade individual (introvertido e calado). (30) *mas foi **aprendiendo aos pouco**.... aos golpe... eh... um: : : :... e ao poucos fui adaptando fala... e **soy uma pessoa um pouco introvertido... um pouco mais calado... né?***

Além disso, Nicolás demonstra que enquadra sua vida a partir de uma perspectiva de aprendizagem. Assim, aprende a se adaptar (108*) "como cirurgião... eu não sei... porque eu já tenho muito tempo que no... que no exerço... né?... cirurgia... mas: : no Programa Mais Médicos... **já aprendi que todo no era faca**... **que tem otros aspectos da medicina que são muito importante... escutar o paciente... dar um abraço... pro paciente... só... e eso... e eso... me trocou a visão que eu tinha da medicina, aprende medicina"*** (190) *"agora **tenho que me focar em estudar** e*

tentar passar na prova*... para reagir em minha vida... mas agora* ***só planos... apresentar a prova****... encontrar um trabalho... conter...* ***consegui revalidar mi diploma****... e trazer a minha mãe para cá." Nicolás assume a identidade de estudante, ou seja, aprendiz, para realizar a prova de revalidação do diploma.".*

Brijamar apresenta conceitos de si mesma e se define como uma pessoa honesta, (21) "*...mais como* ***eu não quise a participar en esa parte de corrupción****... aí ellos mandaram a fechar a oficina... enton a gente quedó desempregada...", se representa como aprendiz,* (581) *"eu faço adorno... eu faço bolo... eh... gelatina: : de colores com modelos... muita coisa...* ***a gente aprendió... así a causa de la imigração... a gente aprendió*** *(*entende-se pelo indicador dêitico "a gente", como sendo: eu e as demais imigrantes, construindo uma identidade coletiva) *... así... en la Venezuela... é así como no Brasil... né?...*

Em sua narrativa, Brijamar, reconhece que as mulheres venezuelanas se ressignificavam diante da crise, (581) "*mais despois que começo la crisis...* ***a mayoría de las mulheres venezuelanas****...* ***começaram a fazer outras*** **coisas**...", porém, no início, Brijamar não se imaginava como a maioria delas, ***eu por exemplo em minha vida eu nunca pensei que eu vá pegar uma máquina para costurar****, (583) "****nunca pensé que a gente ia fazer laços... a gente ia fazer roupa... NUNca... o a gente vai a fazer bolo... a gente vai fazer... tipo de adorno para festa****", (585) "eh... gelatina de sabores... de colores...* ***nunca pensé isso... no... só que a necessidade****", (587) "levou a la mulher venezuelana... a aprender de muita coisa...* ***nunca pensé****...* ***nunca em minha vida eu pensé que eu vá a salir em la rua vender coisas****... nunca... incluso... era así... a* ***mi me dava vergonha vender cosas em la rua... né?****...".* Com a experiência da crise, em um tom reflexivo, Brijamar se (auto)representa como empreendedora, (598) *"enton...essa mesma crise levou* ***a gente aprender tantas coisas que hoje em dia é fácil... e gosto de fazer****". : (624) "****meu mayor sonho aqui no Brasil es empreender... empreender..****. así... se eu tuviera la oportunidade... né... de ter... de ter um dinheiro... é montar um negócio...*

Lucía fala de si mesma através da resiliência e da positividade (189) "*então* ***eu busco o positivo*** *que a* ***gente não vai vir comprar hoje*** ***não tem problema*** ***amanhã alguien vai querer experimentar*** *e así...así eu acho que* ***essa desistência minha en estos seis meses foi muito...muito bom para mim*** *porque... porque* ***eu tive a***

oportunidade de fazer cursos de marketing de fazer minha publicidade de ter aqueles tips que me faltavam*... **né**?*

Assim, Lucía tece uma narrativa significando o que é ser uma pessoa positiva e se colocando, como Nicolás, como aprendiz ("estos seis meses foi muito... muito bom para mim porque... porque eu tive a oportunidade de fazer cursos (...) que me faltavam").

Manuela revela-se como uma estudante, que sonha em fazer parte em uma comunidade imaginada, a de professores, aqui no Brasil. A sua identidade individual apresenta um forte traço emotivo, (198*) ... agora* ***comencê a estudar****... eh...* ***Educação Infantil e Pedagogia*** *((choro))",* (86) *"****en la... na facultad****... ((choro))", (88) "****já vou entrar mi segundo semestre*** *e... ((choro))".* Manuela se (auto)representa como estagiária, (182) "***estoy com uma meta em mi mente... né?... de tirar mi título... formarme en pedagogia aqui*** (90) *"estou mandando... currículo para se alguma escola me agarra como estagiária... ((choro))* ***"seguir estudando... seguir... me voy a formar de pedagogia e pretendo seguir estudando para tener pós-graduación",*** (200) ***"pretendo seguir estudando"****.*

Veremos a seguir, a análise feita em outra dimensão, a dimensão a social, que é parte integrante do mesmo processo de (re)construção identitária desses indivíduos.

5.2.1 Identidade social

A identidade social do ser humano é construída durante o seu percurso de vida, quando estabelece os primeiros contatos com o outro e com a sociedade em que vive. As suas narrativas são fundamentais para a constituição de suas identidades sociais. A maneira como o indivíduo se reconhece e é reconhecido pelo outro, influencia na formação do seu "eu real". É através do discurso que o sujeito se constrói e constrói os outros.

Um primeiro tipo de relação social que atua na construção da identidade pessoal é o contato com a família e com as demais pessoas com quem se convive. Brijamar demonstra sua afinidade com pessoas mais velhas e justifica tal afinidade

com sua afeição pela “experiência” de vida dessas pessoas, (148) “*eh... eu sempre sido... uh...* ***desde que era menina.***.. ***a gente gostava muito... así de fazer amistad com las pessoa mais mayores que a gente... né?... pessoas que teniam así conhecimento... experiência”,*** *(150)”* ***eu acho que***... *eh... se bem que eu...* ***desde a edad de cinco anos... mis primeras amigas foram perssoas de sessenta... setenta anos ((risos))”.*** *(152)* ***“gostava de... de así de escutar a experiência delas***... *de mais pessoa... né?... e... no sé...* ***sempre gostei de tener pessoas así de amistad de muito más mayores***... *e* ***así foi toda a minha vida***... *eh... as mulheres... os...as pessoas mi amigas... así perssoas “casadas” que tenian família.”*

No caso de Nicolás, vemos como a identidade social é construída à medida que o indivíduo se identifica e se define como uma pessoa amorosa, a partir do convívio com as pessoas que o cercam, (78) *“****acho que o carinho... alegria... que eu trato de transmitir para as pessoas***... ***eu sempre tento dar amor para as pessoas***... *porque mesmo que eso se ganha muito... isso que falta muito carinho e amor en las pessoas.”, (80) “de dar e receber carinho”.*

Manuela se inscreve em uma sociedade de acolhida que não demonstrava empatia por sua identidade de imigrante e, por isso, sofreu discriminação ao tentar se relacionar socialmente, (40) “***eu fiz amistades... só que las amizades con receio... sabe***”, (42) *“amizade… solamente porque… eh… no sé…* ***me senti muito discriminada… como que no me dieron bem… en realidad... en realidad***... ***não tenho amizade así de que***... ***para sentar-me e a tirar um papo****”,* (44) “***no... no tenho amizade***... *eu entrei a um grupo de... de zumba para distrair minha mente,* (54) *“e quando eu entrei nesse grupinho...* ***solamente era la amiguinha estrangera****”,* (56) ***solamente... de oi e tchau***... ***nunca de conversar... de... nunca me preguntaron... como me sentia... que... simplemente era... era de vista***

Em contrapartida, Lucía se define como uma pessoa extrovertida e alegre, traços de sua identidade individual e dessa forma é reconhecida pelos outros. (83) “*eu o bom foi que eu tinha muito conhecido toda minha vida* ***eu fui así***... ***como eu sou aqui***...***eu me faço a conhecer así***... ***como uma graça divertida***… *e* ***todo mundo é carinhoso***… ***"ah essa é Lucía… eu conheço"***...

5.2.2 – Do processo de (re)construção da identidade cultural

A identidade cultural faz parte dos sujeitos, a partir do momento em que esses se sentem pertencentes a um grupo social, a uma comunidade, a uma nação. O indivíduo não apresenta uma identidade fixa, ele assume identidades diferentes em diferentes momentos, ao receber a influência da sociedade em que vive, a partir da sua interação com o mundo social e através do fenômeno da globalização, que acelera os fluxos e laços entre as nações (HALL, 2006).

O que o ser humano chama de "nossas identidades", certamente, receberia melhor conceituação como as sedimentações através do tempo daquelas diferentes identificações ou posições que adotamos e procuramos "viver", como se viessem de dentro, mas que, sem dúvida, são ocasionadas por um conjunto especial de circunstâncias, sentimentos, histórias e experiências única e peculiarmente nossas, como sujeitos individuais. Em síntese, as nossas identidades são formadas culturalmente (HALL, 2000).

Em relação à identidade cultural, um fator que podemos observar como como parte integrante é a própria língua portuguesa, mediada por produtos culturais brasileiros. Assim, no caso de Lucía, o acesso a esses produtos, no país de origem, acarretou uma identificação cultural da migrante com o país de acolhida, antes mesmo da chegada, ( ) "*eh… se eu vou falar por minha experiência… **eu desde pequena eu gostei muito da língua portuguesa**… porque **na televisão passava no canal internacional do Brasil lá na Venezuela**... eu ficava olhando… né?... mas eu fazia sempre como uma **semelhança das palavras...** aí tem muitas semelhanças... mas outras... não.*

A língua é indubitavelmente um fator cultural. Brijamar expressa sua identidade venezuelana, através do uso de uma expressão idiomática de seu país, (109) *"pensamos así... así... não importa que estemos morrendo no problema **mais es pá adelante... né?... (spalla) te pa ya... así que se fala lá**...*

Por último, destacamos como identidade cultural as menções ao racismo e à xenofobia. Embora o racismo e a xenofobia sejam manifestações marcadamente culturais, no senso comum o fenômeno é, muitas vezes, atribuído aos indivíduos. No entanto, o contato com duas culturas distintas possibilitou aos entrevistados o distanciamento necessário para qualificá-los como culturais.

Ester trabalhava como faxineira na empresa Gontijo, e sofreu com os ataques xenofóbicos de uma das colega de trabalho. Em sua narrativa ela nos conta que (237) *"...primeiramente eu gosto... eu gosto aqui... eu gosto... tem... tem... é ge...* ***tem brasileiro... tem brasileira... né?****... tem brasileira... brasileiro que gosta... que gosta da gente ... e gosta da eh...* ***vo falar estlangeila****... mais tem também quem não gosta... eu... eu...* ***eu tava pegando um bico... a moça lá que tava****... que tava... como fala... ah: :... como fala Pedro... é... maitrè... maitrè (...) ?...* ***chefe****."*

(239) "*a moça lá que tava chefe... aí ela ta... ela não tava me gosta não... ela pegava vassola var... varre em cima do meu murchila... ela me xingando... até que eu deixei lá... aí quando... cê sabe porque que ela fiz esse aqui... porque ela viu que o patrão e a esposa do patrão tava pega muita atenção comigo... ela... ela não gosta... ela falei que o patrão e a esposa dela me ama... ela... quando eu falei com ela... lá no meu país eu sô professora... ela ri... ela falei... ah: : no seu país cê tava professora... agora você vem fazer isso aqui... ela ri de mim*, Ester se sentiu (241) "***triste... né... chateada***."

Nicolás relata que (159) "*olha no início... sí... por el idioma... pelas pessoas que no estão muito acostumbradas a* ***médico preto****... muita gente me pregunta se eu era médico... e eu falaba que sim... mas que no están muito acostumbrados a eso... o médico preto... grande... não era... muito comum". E* Brijamar (344) *"que una pes... para nós por exemplo... nosso caso...* ***nós não tenemos racismo****... de que se é color… o branco*".

Destacamos ainda, mais um trecho que reforça a xenofobia, quando a palavra "estrangera" foi empregada para referir, de forma pejorativa, a uma pessoa de outra nacionalidade, (378) *"ah...isso... le hecho que* ***você sea preta...*** *você no tem que denigrarse… ni você...* ***ni a denigrar a gente****... porque eu estou ofendida... você me está denigrando...* ***yo no denigrava você****... no* ***eu no faço eso... lá... aqui... fazem só los brasileiros brancos...*** *eu falei... não... é você que está fazendo eso".*

Brijamar conhece o termo xenofobia aqui no Brasil, (380) "*porque... porque...* ***é así em mio país****... eh... eu falei... eu* ***posso falar por mio país****... em mio país* ***a gente no conhece*** *essa palavra denigração...* ***a gente no conhece a xenofobia****...* ***eu chegue conhecendo as****...* ***a xenofobia da imigración aqui no Brasil... que percibo muito****...* ela explicita: (380) " *MAIS você faz parte de eso... as pessoas que no... que soy branco... não você tem que para com eso... você tem que dar outra mentalidade...*

se você no cambia a forma de pensar você no... no pode avanzar em esa parte... siempre van a sentir que vocês son denigrado... incluso ela tenia... así onde a gente trabalhava... tudo a mayoría de ele eran pretinho... né?", (384) *"e quatro de... de mil pardos como a gente... que teníamos... éramos como três e três bran... branca... enton ela ... ela tenia... esse grupo de los pardos de los... de los... de los... de los negros... ela me falô que* ***eu sô negra****...* Brijamar se representa (384)... ***em mio país eu falo que eu sô negra****".* (386) "***ei... negra... me chamam así... negra****...* ***eso é normal... né?***". (388) "*entonce ela tenia toda esa gente como en contra de eu… né?... porque* ***eu era venezuelana****...* ***eu era estrangera****". (...)",* (394) "*ahora como...* ***você me denigra a mim... así esse racismo com a gente****...* ***enton você é xenofóbica****... (...)*".

Manuela, em sua narrativa discorre sobre um episódio ocorrido durante o pouco tempo em que assumiu a função de professora em uma escolinha perto de onde morava. Manuela foi discriminada (58) *"e… ese lugar que trabalhei... las professoras también... eu acho que elas observaron que eu tenia... experiência trabalhar com criancinha e... viam que las criancinha gustaban de mim... só una... eu sei professora...* ***só una professora... disse... Manuela... lo que você necessite você me fale... só una... después las otras cinco me humilharo*** ( )... ***no muito acolhe... acolhera acolheradora****... ((enxuga as lágrimas))".* (60) *"só com una que conversava... tenía mola e ela me perguntava mi história... conversamo... depoi la outra no... me trataram de... como... como colega... eu acho com miedo de que yo... me ponha al lugar de ella a la sala de aula mi intención no era esa... hasta agora... agora* ***no tenho amizade así... como falo para sentarme e... contar história no... no tem***". Manuela sofreu Xenofobia ao tentar conseguir um emprego e por não ser fluente no idioma do país que a acolheu, (62) ***"eh... la convivência com los demás... sentir-me... eh... rechaçado por el motivo de la fala... de no falar derecho****".*

Lucía relata em seu discurso que estava no abrigo e não aceitou uma vaga de emprego, porque ela preferiu ficar cuidando dos quatro filhos (52) "***eu não fiz vaga para mim porque eu estava pensando em cuidar dos meus filhos… né?****... então… así foi…****depois de quatro meses eu fiquê quase doida lá*** e ***queria sair do abrigo***, (53) "*porque…* ***não toda a educação do venezuelano é así****…* ***hay gente má e gente boa ruim é así****… então…* ***as pessoas maiormente eram de ficar de olho… né?****...* ***de muita desconfiança****… então* ***não aguentei esse momento ali****…*

então falei para meu pai que ele estava aqui no estado de Minas Gerais… pai… ***por favor me ajuda eu quero ir embora****…* ***eu já não aguento****… ele me ajudou com a documentação para fazer um… esqueci o nome… reunificação* familiar".

Lucía não lidou com nenhum tipo de manifestação xenofóbica, ela quis sair do abrigo porque (58) "*as pessoas… por exemplo… aquele comitê Axis Brasil… o militar a polícia tudo era muito legal… porque eu via segurança… né?... eu via o cuidado… eu via experiências… mas eh…* ***meu povo… os venezuelanos eles abusavam da gente porque eu acho que o brasileiro é muito carinhoso… carismático… enton eles abusavam… aproveitavam disso… e eu não gosto disso… se você vai me dar uma confiança… eu não vou abusar… né?****… então eu não gostava disso… eu não gostava… a gente faltava respeito… roubavam as coisas das quais eles se beneficiavam… e eu ficava com muita raiva disso… e eu não aguentei… tem muitos menores de idade ali… que eles faltavam com o respeito e o pai só ficava de olho… ah… não fica tranquila ((risos))...* *aí a criança tá brigando… que lindo e eu não gostava… eu não gostava e ficava com raiva… eu ficava trancada na minha carpa ou eu saia… né?... de ali… mas não é vida viver no abrigo porque a gente tava acostumando-se a moldar… e esse é um abrigo de passo para ajudar a gente a progresar… enton… a gente o benefício que ele te dava eh… eles aproveitava e abusava de ele".* Lucía tinha medo de ser comparada aos seus compatriotas que não estavam se comportando de maneira adequada e teve medo de sofrer as consequências das ações dos compatriotas.

Ana é aprendiz da língua portuguesa e ainda não se expressa com muita fluência e, durante a nossa conversa, Ana confirmou que os brasileiros (79) A: "***não***", tratam bem os imigrantes:

80. P: você acha que eles não tratam bem?

81. A*:* ***não***

82. P: você sofreu algum maltrato?

83. A: ***é… tem difícil.***

84. P: pessoas difíceis?

85. A: ***é***

Ester, Nicolás, Brijamar e Manuela apresentam em seus respectivos discursos uma situação de discriminação e racismo contra os imigrantes e refugiados. Ações educativas lançam as suas campanhas contra a xenofobia e o racismo e algumas até integram materiais sobre o Acolhimento aos Refugiados e Imigrantes, para conscientizar os cidadãos. A Lei Nº 7.716[15], de 5 de janeiro de 1989 (https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L7716.htm), define os crimes resultantes de preconceito de raça ou de cor e reza em seu artigo primeiro que: "Art. 1º Serão punidos, na forma desta Lei, os crimes resultantes de discriminação ou preconceito de raça, cor, etnia, religião ou procedência nacional", e esses delitos tipificados pela lei, continuam em destaque, e lideram trágicas estatísticas. Essas medidas precisam ser suficientes para que (i)migrantes e refugiados(as) possam, como cidadãos, exercer o direito de migrar, de não se sentirem discriminados pela raça, pela cor, etnia... pela intolerância. Para muitos trata-se de fugir de uma guerra e entrar em outra, o que persiste é o mesmo medo, o medo do desrespeito, da violência, o medo de morrer.

Para finalizar esta análise, apresentaremos, a dimensão nacional, mais um aspecto discursivo implicado no processo de construção identitária desses sujeitos.

5.2.3 – Identidade Nacional

A nação é idealizada por uma comunidade simbólica, capaz de produzir nos indivíduos um sentimento de lealdade. Tal comunidade engloba os símbolos nacionais, ou seja, a bandeira, a nacionalidade e a representação das características tidas como típicas dos indivíduos de um país. Assim, os integrantes de uma dada nacionalidade, encarados enquanto comunidade imaginada (ANDERSON, 1991), podem ser considerados bons, acolhedores ou desonestos, por exemplo. Os indivíduos, além de cidadãos mantêm as tradições e traços do caráter nacional, com os quais os(as) cidadãos(ãs) se identificam constroem-se identitariamente.

---

[15] Para mais informações sobre a Lei Nº 7.716, de 5 de janeiro de 1989, acesse o site do governo: Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l7716.htm. Acesso em fev. de 2021.

Em relação à identidade nacional, ou seja, ao caráter nacional das pessoas do país de origem, podemos ver algumas manifestações negativas. Tais manifestações negativas podem ser associadas aos aspectos indesejados que motivaram a própria migração.

Lucía fala da falta de valores, do esquecimento de valores na Venezuela, (147) "*eu acho que isso vai na educação… né?... na educação por exemplo aqui ainda tá com muito boa educação tem por exemplo eu acho que eu tenho valores ainda nenhuma gente ainda me faltou respeito ou nada disso... né?... mas não vi así... tratar mal a uma criança nada disso… mas por exemplo* ***lá na Venezuela é porque as famílias... as casas facilitaram esqueceram os valores só que eram muita poucas pessoas com valores com respeito...né?...com interesse de progresar sanamente… mas é igual... são iguais as culturas na caridade... na ajuda".***

Em seguida, reproduzimos a fala de Nicolás em tom de crítica aos venezuelanos que descreve a dependência de seus conterrâneos em relação ao governo do país, (164) "*olha diferente é que... que* ***o brasileiro gosta de produzir alimentos... gosta de agronomia****... e* ***na Venezuela... no... agora tem uma cultura de que tudo depende do governo****... tudo depende do que vai dar o governo... a gente não está preocupada por fazer eh... sembrar... fazer comida... tudo o querem depender do governo.".*

Outra forma de expressar a identidade nacional é se colocar junto aos demais componentes dessa comunidade imaginada (ANDERSON, 1991). Brijamar (104) "*não importa a gente chega lá... a gente procura um trabalho... porque a* ***mentalidade de nós como um venezuelano*** *( )... né?*".

É interessante observar que, ao falar sobre a xenofobia, Brijamar, que havia unificado a comunidade venezuelana, acaba fragmentando essa identidade: (318) "*eu acho... eso... eu acho que... porque esta xenofobia... também um poco os venezuelanos... né... hay que reconhecer...* ***no todos somos iguais... no todos os venezuelanos são iguais... no todos os brasileiros são iguais...****".*

Neste momento, faz-se importante retomar que as diferentes dimensões do processo de constituição, de (re)construção discuriva ou de encenação da dimensão identitária da vida é multidimensional. Nós nos constituímos, identitariamente, nas dimensões psicoemocional, pessoal (subjetiva), social e cultural (intersubjetiva), simultânea e dinamicamente. Como visto no capítulo três, segundo Stuart Hall, o indivíduo constrói-se identitariamente de maneira fragmentada, assumindo

identidades diferentes, de acordo com as suas experiências existenciais, em diferentes momentos da vida e lugares. Essas identidades, depois de construídas, podem se modificar ao longo do tempo, dependendo das situações vividas pelo indivíduo e de suas concretas necessidades.

Isso é o que ocorre com todo e qualquer ser humano. E, considerando-se a experiência da migração e do refúgio, esse é um processo que se revela, para além de simultâneo e dinâmico, desafiador, quando não desolador. Cabe à sociedade de acolhida não negar, ou melhor, (re)conhecer, (des)cobrir e aprender com a complexidade dessa realidade. Nada melhor, nesse sentido, do que qualificar a nossa escuta, refinar o nosso olhar para narrativas de vida desses sujeitos de linguagem, desses sujeitos sociais, desses seres humanos como nós.

6. Conclusão

Esta pesquisa teve como objetivo analisar o processo de (re)construção identitária de imigrantes e refugiados(as), no contexto de uma comunidade intercultural de aprendizagem (da língua portuguesa e da cultura brasileira), por meio de narrativas autobiográficas. Para tanto, no primeiro capítulo, iniciamos apresentando o Projeto LER, nosso campo de experiência em que os sujeitos da pesquisa de encontram. O projeto realiza um trabalho de ensino da língua portuguesa como língua de acolhimento para sujeitos em situação de migração e refúgio. Esse trabalho, iniciado com domiciliados na Região Metropolitana de Belo Horizonte, no período da Pandemia, por passar a ocorrer na modalidade online, começa a receber pessoas domiciliadas no estado de Minas Gerais e em cidades de outras regiões do país. Os participantes da pesquisa, apresentam em comum, o fato de morarem em Minas Gerais.

Apresentamos, no segundo capítulo, uma breve reflexão sobre as o migrações contemporâneas do Sul Global. Esse fenômeno migratório nos revela os sujeitos em situação de deslocamento geográfico, (de forma permanente ou temporária), em decorrência de crises socioeconômicas, violações de direitos humanos, conflitos sociais, violência e guerra, no país de origem. Esses sujeitos são classificados como refugiados e se deslocam forçosamente, muitas das vezes fugindo de perseguições e guerras e, portanto, não têm como retornar ao país de origem, diferentemente da situação de migrantes, sujeitos que se deslocam por vontade própria e não em decorrência de perseguições ou ameaças de morte. Eles migram em busca de uma melhor qualidade de vida, um emprego, educação e reunificação familiar.

Refletimos criticamente sobre a marcada caracterização social e legal recebida por essas pessoas através dos adjetivos “migrante” e “refugiado(a)”. Concluímos que, em uma perspectiva humanista, nas interações comunicativas, cotidianas, e no contexto de aprendizagem intercultural em que estão inseridos, essas categorias não são relevantes e, mais, podem estar a serviço de um movimento de exclusão, de não reconhecimento do outro como um “legítimo outro”. Esse status, estabelecido em acordos internacionais e adotado por agências nacionais e internacionais humanitárias, pode ser reconhecido, em termos de importância legal, mas, nas relações humanas que estabelecemos, no cotidiano, o seu uso pode cooperar para

o desconhecimento do sujeito, da sua história de vida, do que traz consigo, na bagagem, e que pode e deseja partilhar na e com a sociedade de chegada.

Nesse sentido, quando fomos ao encontro dos sujeitos participantes da pesquisa, no Projeto LER, percebemos que essas pessoas não se apresentam (e, às vezes, se quer se reconhecem) como “migrantes” ou “refugiados(as)”. Isso corrobora a observação de que esse é um status de natureza cultural do ponto de vista do legislador, não é e não deveria ser do ponto de vista do cidadão comum. Ao analisamos essa situação criticamente, devemos reconhecer esses sujeitos como cidadãos, como pessoas que trazem em si, consigo, a sua história, seus afetos, suas tradições, sua força de trabalho, suas muitas formas de inteligência, seus sonhos e desejos. Nesse sentido, o melhor termo a ser adotado, no cotidiano das nossas interações, talvez seja o proposto por Hannah Arendt: “recém chegados”.

A ida da pesquisadora para o campo de experiência, no Projeto LER, foi importante, preciosa, porque, a partir da convivência com os participantes do projeto, foi possível observar e aprender, para além dos objetivos previstos para a pesquisa.

Isso é algo para o que nos chama a atenção a Sra. Ivone Kabagambe, a mãe do congolês Moïse Kabagambe, de 24 anos, que morreu vítima de espancamento, no dia 24 de janeiro, em um quiosque na Barra da Tijuca, no Rio de Janeiro, no momento em que esta pesquisa estava sendo finalizada. A congolesa, naturalizada brasileira, afirmou, em alto e bom som, que ela e sua família vieram para o Brasil, fugindo da guerra no Congo e deixaram o país de origem, para viver. E, assim sendo, quer ser conhecida como gente, não como “refugiada”. Os sujeitos dessa pesquisa dizem, em outras palavras, a mesmas coisa, “eu quero ser ouvido”, “eu quero ser aceito como pessoa”, como afirmou a Manuela, uma das entrevistadas: “***ninguém é más que ninguém... todos somos iguales... eso aprendi...***”. Entre os aprendizados decorrentes da pesquisa está a lição, profunda, de que somos todos cidadãos do mundo.

Ainda no segundo capítulo, vimos que o século XXI tem sido marcado por grandes movimentos migratórios e o Brasil é reconhecido internacionalmente como um país de acolhimento para migrantes e refugiados(as). Através da Operação Acolhida, em Roraima, o Brasil recebeu e ofereceu um atendimento humanitário para as pessoas que se deslocaram de países vizinhos como a Venezuela, e a Bolívia por causa da crise socioeconômica instauradas nesses países. Acolheu pessoas advindas do Haiti desde que o terremoto de 2010 assolou o país e a migração haitiana

para o Brasil se intensificou.

“Migrantes e refugiados(as)” de outras partes do mundo também se deslocaram para o nosso país. Neste mesmo capítulo, apresentamos uma síntese da história da migração e do refúgio no Brasil, em uma linha do tempo que reconhece o fenômeno social do século XVI ao século XIX. Dessa forma, reconhecemos o movimento migratório que deu origem à formação histórica e cultural do povo Brasileiro.

Em seguida, no terceiro capítulo, recorremos aos postulados dos teóricos do círculo bakhtiniano (Bakhtin/Volochinov, 2006; 2017), no que dizem respeito ao princípio do dialogismo, marca constitutiva que orienta a atividade da linguagem, e das práticas discursivas, através dos quais nos baseamos para a realização das reflexões sobre a interação verbal que se realiza pela enunciação, através do diálogo.

Os estudos de Émile Benveniste (1989) sobre a enunciação, a intersubjetividade e subjetividade, dimensões constitutivas que fazem parte das práticas de linguagem, de pessoa, espaço, e tempo também foram abordados no terceiro capítulo. Demonstramos como os sujeitos enunciam-se como locutores, como eu/eus, em suas narrativas, no ato de comunicação discursiva. Partimos do pressuposto de que a narrativa é organizadora da experiência humana. (BRUNER, 1997 [1990]), p. 3). Constatamos que é através das narrativas que os sujeitos participantes deste trabalho, apresentaram em que contexto social estavam vivendo, se representaram em seus imaginários sociais, se instituíram e se (re)construíram como sujeitos de linguagem.

Nesse processo enunciativo, de encenação intersubjetiva, identificamos também os dêiticos que estruturaram as narrativas dos migrantes e refugiados(as), à medida que esses sujeitos-experienciadores evidenciaram as suas respectivas histórias de vida, as lembranças, fatos marcantes e suas experiências em uma comunidade de pertencimento, no país de origem, que lhes permitiram viver um “eu-lá-ontem” e, a partir do lugar em que se encontravam, onde se referenciaram e se mobilizaram, socialmente, a partir de um eu–aqui–agora, (BENVENISTE, 1989) no país que os acolheu, revelando experiências vividas no passado e projetadas (desejadas, sonhadas) para o futuro.

Os postulados de Bakhtin (1997, p. 297), afirmam que a língua “é constituída por ser um fenômeno social da interação verbal que se realiza pela enunciação”. Ao investigarmos o processo de construção identitária dos sujeitos participantes desta

pesquisa, percebemos que o indivíduo se constitui na interação com o outro, nas relações sociais, no diálogo, através do seu discurso.

O processo de construção da identitária, na perspectiva de Stuart Hall, na contemporaneidade é, portanto, um fenômeno discursivo, e se dá de maneira fragmentada. Observamos que as identidades não são fixas, mas sim construídas e transformadas ao longo da trajetória de vida de migrantes e refugiados(as), de acordo com o momento socio-histórico e o processo de (re)construção identitária do sujeitos. Eles são o processo que acentuam essa ideia de que nós somos muitos, de que nós nos construímos identitariamente na relação com o outro e na relação com o mundo.

No quinto capítulo, descrevemos a metodologia baseada em entrevistas semiestruturadas que nos possibilitaram revelar a história de vida dos sujeitos de pesquisa.

Através dos relatos, das histórias de vida compartilhadas na interação com a pesquisadora, no sexto capítulo, vimos como os sujeitos-enunciadores se reconheceram, e se construíram e assumiram novas identidades, dependendo das situações vividas, de suas necessidades, do pertencimento a algum grupo social e a diferentes lugares.

Como conclusão do processo de pesquisa, podemos afirmar que, à luz das narrativas analisadas, o que marca, de maneira definitiva, o processo de construção identitária de sujeitos em situação de migração e de refúgio é que, no chão da sua experiência existencial (subjetiva), sociocultural (intersubjetiva), esses sujeitos fazem, necessariamente, três movimentos discursivo-enunciativos. E esses são movimentos que todos nós fazemos para viver, e estão, nas narrativas autobiográficas, potencializados, explícita e recorrentemente marcados. Essas pessoas, como cada um de nós, constroem as suas narrativas instituindo-se como sujeitos, em uma relação com tempos-e-espaços, a partir do aqui-agora, das experiências contemporâneas ao ato da enunciação. No aqui-agora da enunciação, nas experiências memorialísticas ou lembranças que relatam, narram, esses sujeitos constroem cenários que, no âmbito da pesquisa, denominamos “eu-lá-então”. No processo de análise, no “eu-aqui-agora” da enunciação, da interação sociodiscursiva, foi possível observar a existência de uma tensão constante entre aquilo que “eu era e queria ser” e aquilo que “eu era e queria que fosse diferente aqui”.

Nas narrativas analisadas, ainda no sexto capítulo, é possível observar que há sempre uma tensão entre aquilo que está referenciado pelos sujeitos em tempos-

espaços distintos da sua experiência de vida, ou seja, uma tensão entre as experiências vivenciadas no “eu-lá-então” (no passado e no futuro desejado, sonhado, pretendido) e o “eu-aqui-agora”. Essa tensão, não pode ser qualificada, caracterizada em termos de experiências positivas e experiências negativas que os sujeitos tiveram. O que podemos afirmar é que na experiência de narrar a sua história, podemos identificar marcas de um processo de construção e reconstrução identitária que implica, necessariamente, a projeção do desejo e da imaginação a partir da experiência do hoje. Na concretude das narrações, é possível observar que algo que eles sonhavam “lá” para chegar até “aqui”, agora, na realidade de cada um deles, exige ou lhes permite sonhar ou desejar de maneira diferente. Assim, as narrativas autobiográficas dos sujeitos desta pesquisa estruturam-se, de maneira regular, recorrente, com base em três pilares. Esses se caracterizam pela instanciação discursiva de: a) um eu (no aqui-agora da minha experiência interacional, comunicativa, sociocultural); b) de um eu (em minhas experiências lá-então, no meu país de origem, na minha terra); c) de um “eu-imaginado” (no “por-vir” desejado, sonhado).

A realização e as conclusões desta pesquisa contribuíram para a minha formação como professora, como pesquisadora e, principalmente, para minha formação humana. Essa é uma pesquisa que trata de um processo educativo em sua dimensão mais ampla, porém o meu desejo é que seus resultados possam, de alguma forma, contribuir para a qualidade dos processos educativos de crianças, adolescentes, jovens e adultos que passam pela experiência da migração e do refúgio no Brasil. Nesse sentido, espero que essa pesquisa, tão reveladora de manifestações da xenofobia e do racismo, tão presentes em nossa sociedade, possa contribuir para a superação dessas atitudes.

Por fim, quero deixar registrado, de maneira explícita, que esta pesquisa foi muito importante por me proporcionar mais do que um aprendizado, uma transformação no meu modo de compreender o fenômeno da migração e do refúgio.

Através da realização deste trabalho de pesquisa, eu dei um passo que considero importante como pesquisadora em formação, dei um passo na qualidade do meu trabalho como professora que sou há muitos anos. Hoje compreendo o complexo contexto das migrações forçadas contemporâneas de outra forma. Sei que, dessa nova forma, eu posso contribuir para a formação geral e humana dos meus alunos, posso transformar, também, o trabalho que realizo com eles, com meus

colegas. Desejo que, com base nos resultados desta pesquisa e de tantas outras que a antecedem e que lhe serão posteriores, essa transformação não se restrinja aos limites do contexto do Projeto, em que a pesquisa aconteceu, ou da escola em que atuo.

O processo de reconstrução identitária de sujeitos que passam pela experiência deslocamento forçado passa, necessariamente, pela ressignificação das relações intersubjetivas e da relação entre espaço e tempo que estabelecem. Isso envolve os afetos e as concretas, genuínas e éticas relações dialógicas que estabelecemos com esses sujeitos.

Nas narrativas autobiográficas analisadas, é possível perceber que a experiência limite do deslocamento forçado potencializa um aspecto constitutivo da nossa própria humanidade: o processo de construção e de (re)construção do nosso reconhecimento de nós mesmos, das nossas experiências identitárias. Esse processo é dinâmico, ininterrupto, revelador de diferentes formas de tensão e algo que, necessariamente, se reconfigura no decorrer das nossas vidas. Como cidadãos, em um contexto sócio-histórico tão complexo como o atual, construímos e reconstruímos a nossa experiência identitária dessa forma, em movimento, em mobilidade. E, talvez, isso seja uma marca da nossa humanidade, desde sempre.

REFERÊNCIAS

ACNUR – Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados. **Estatuto do ACNUR**: Resolução 428 (v) da assembleia geral das nações unidas, de 14 de dezembro de 1950. 1950. Disponível em: < https://www.acnur.org/fileadmin/Documentos/portugues/BD_Legal/Instrumentos_Internacionais/Estatuto_ACNUR.pdf?file=fileadmin/Documentos/portugues/BD_Legal/Instrumentos_Internacionais/Estatuto_ACNUR>. Acesso em: 10 jan. 2020.

ACNUR – Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados. **Convenção relativa ao Estatuto dos Refugiados.** Genebra, 1951. Disponível em: < https://www.acnur.org/fileadmin/Documentos/portugues/BDL/Convencao_relativa_ao_Estatuto_dos_Refugiados.pdf>. Acesso em: 10 jan. 2022.

ACNUR – Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados. **Protocolo de 1967 relativo ao Estatuto dos Refugiados.** 1967. Disponível em: < https://www.acnur.org/fileadmin/Documentos/portugues/BD_Legal/Instrumentos_Internacionais/Protocolo_de_1967.pdf>. Acesso em: 10 jan. 2022.

ACNUR – Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados. **Declaração de Cartagena.** Cartagena das Índias, 1984. Disponível em: < https://www.acnur.org/fileadmin/Documentos/portugues/BD_Legal/Instrumentos_Internacionais/Declaracao_de_Cartagena.pdf>. Acesso em: 10 jan. 2022.

ACNUR – Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados. **Brasil reconhece mais de 7,7 mil venezuelanos como refugiados.** Brasília, 28 ago. 2020a. Disponível em: <https://www.acnur.org/portugues/2020/08/28/brasil-reconhece-mais-77-mil-venezuelanos-como-refugiados/>. Acesso em: 5 set. 2020.

ACNUR – Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados. **Brasil torna-se o país com maior número de refugiados venezuelanos reconhecidos na América Latina.** ACNUR. 31 jan. 2020b. Disponível em: <https://www.acnur.org/portugues/2020/01/31/brasil-torna-se-o-pais-com-maior numero-de-refugiados-venezuelanos-reconhecidos-na-america-latina/>. Acesso em: 31 jan. 2020.

ACNUR – Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados. **Relatório global do ACNUR.** 18 jun. 2020c. Disponível em: <https://www.acnur.org/portugues/2020/06/18/relatorio-global-do-acnur-revela-deslocamento-forcado-de-1-da-humanidade/>. Acesso em: 2 out. 2020.

ACNUR – Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados. **Integração Local.** ACNUR. s/d a. Disponível em: <https://www.acnur.org/portugues/solucoes-duradouras/integracao-local/>. Acesso em: 2 out. 2020.

ACNUR – Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados. **Convenção de 1951.** s/d b. Disponível em: < https://www.acnur.org/portugues/convencao-de-1951/>. Acesso em: 10 jan. 2022.

ACNUR – Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados. **Perguntas e Respostas.** s/d c. Disponível em: < https://www.acnur.org/portugues/dados-sobre-refugio/perguntas-e-respostas/>. Acesso em: 10 jan. 2022.

ACNUR – Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados. **ACNUR amplia apoio a refugiados e brasileiros para frear consequências devastadoras da COVID-19.** 24 jul. 2020. Disponível em: <https://www.acnur.org/portugues/2020/07/24/acnur-amplia-apoio-a-refugiados-e-brasileiros-para-freiar-consequencias-devastadoras-da-covid-19/>. Acesso em: 2 de outubro de 2020.

ALESP – Assembleia Legislativa Do Estado De São Paulo. **História da imigração japonesa no Brasil**. 2008. Disponível em: <https://www.al.sp.gov.br/noticia/?10/01/2008/historia-da-imigracao-japonesa-no-brasil.>. Acesso em: 13 nov. 2021.

AMBIEDO, Fernanda Trentini. Identidade e coletividade italiana em Porto Alegre: Um estudo de Caso. **Revista Canoas**. nº 36, (ago.) 2020. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.18316/mouseion.v0i36.7199>. Acesso em: 13 nov. 2021.

Anderson, Benedict R. **Comunidades imaginadas**: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo / Benedict Anderson; tradução Denise Bottman — São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

ARENDT, Hannah. **Origens do Totalitarismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

AZEVEDO, Eliane Marchetti Silva. **A ressignificação da identidade e a re/ construção de cidadania de brasileiros na República da Irlanda**: um estudo de caso de brasileiros qualificados (2000-2014). Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, SP, 2015.

BAENINGER, Rosana et al. (org.). **Migrações Sul-Sul.** Campinas: Núcleo de Estudos de População “Elza Berquó” – Nepo/Unicamp, 2018.

BAKHTIN, M. **Estética da criação verbal**. Trad. Maria Ermantina Galvão; rev. trad. Marina Appenzeller. 3.ed. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

BAKHTIN, M. **Marxismo e filosofia da linguagem**. Tradução de Michel Lahud e Yara Frateschi Vieira. 3ª ed. São Paulo: Hucitec, 1986.

BAKHTIN, M. **Marxismo e filosofia da linguagem**. Tradução de Michel Lahud e Yara Frateschi Vieira. 12ª ed. São Paulo: Hucitec, 2006.

BARALDI, C. B. F. **Migrações Internacionais, Direitos Humanos e Cidadania Sul-Americana**: O Prisma do Brasil e da Integração Sul-Americana. São Paulo: Instituto de Relações Internacionais da Universidade de São Paulo, 2014.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 1979.

BARRETO, Luiz Paulo T. F. (org.). **Refúgio no Brasil:** A proteção brasileira aos refugiados e seu impacto nas Américas. 1ª ed. Brasília: ACNUR, Ministério da Justiça, 2010. Disponível em: <https://www.acnur.org/portugues/wp-content/uploads/2018/02/Ref%C3%BAgio-no-Brasil_A-prote%C3%A7%C3%A3o-brasileira-aos-refugiados-e-seu-impacto-nas-Am%C3%A9ricas-2010.pdf>. Acesso em: 10 jan. 2022.

BARROS, Lívia Cristina dos Anjos. Um histórico da política migratória brasileira a partir de seus marcos legais (1808-2019). **Revista GeoPantanal**. Corumbá/MS: UFMS/AGB. nº 27, jul./dez. 2019, pp.167-184.

BARTHES, Roland. **Análise estrutural da narrativa**. [et al:].../Tradução de Maria Zélia Barbosa Pinto; Introdução à edição brasileira por Milton José Pinto. 7. ed. – Petrópolis, RJ: vozes, 2011.

BASTOS, Julia P. B.; OBREGÓN, Marcelo F. Q. Venezuela em crise: o que mudou com Maduro? **Derecho y Cambio Social**. 1 abr. 2018. Disponível em: <https://docplayer.com.br/98910408-Venezuela-em-crise-o-que-mudou-com-maduro-julia-pedroni-batista-bastos-1-marcelo-fernando-quiroga-obregon-2.html>. Acesso em: 20 ago. 2020.

BASTOS, L. C.; SANTOS; W. S. **A entrevista na pesquisa qualitativa**: perspectivas em análise da narrativa e da interação. Rio de Janeiro: 2013, FAPERJ.
BAUER, Martin W.; GASKELL, George (eds.). **Pesquisa qualitativa com texto: imagem e som: um manual prático I.** Tradução de Pedrinho A. Guareschi. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

Bauman, Z. (2005). **Identidade**: entrevista a Benedetto Vecchi. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.

BENVENISTE, E. **O homem na linguagem**. Lisboa, Portugal: Vega, 1975.
_____.1976. **Problemas de linguística geral**; tradução de Maria da Glória Novak e Luiza Neri. São Paulo, Ed. Nacional, Ed. da Universidade de São Paulo.

BENVENISTE, Émile. 1988. **Problemas de linguística geral I**. Campinas, São Paulo: Pontes.
_____. 1989. **Problemas de linguística geral II**. Campinas, São Paulo: Pontes.

BENVENISTE, E. Da subjetividade na linguagem. *In:* **Problemas de Linguística Geral I**. 3ª ed. Campinas/SP: Pontes, 1976.

BENVENISTE, E. **Problemas de Linguística Geral II**. Tradução de Eduardo Guimarães et al. Campinas/SP: Pontes, 1989.

BENVENISTE, E. Da subjetividade na linguagem. [1958]. *In:* **Problemas de Linguística geral I.** Campinas, SP: Pontes, 1995.

BRASIL. **Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil**. 16 jul. 1934. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao34.htm>. Acesso em: 13 nov. 2021.

BRASIL. **Decreto nº 19.841, de 22 de outubro de 1945.** Promulga a Carta das Nações Unidas, da qual faz parte integrante o anexo Estatuto da Corte Internacional de Justiça, assinada em São Francisco, a 26 de junho de 1945, por ocasião da Conferência de Organização Internacional das Nações Unidas. Brasília, 1945. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1930-1949/d19841.htm>. Acesso em: 14 jan. 2022.

BRASIL. **Decreto nº 6.455, de 19 de abril de 1907**. Aprova as bases regulamentares para o serviço de povoamento do solo nacional. Brasília, 1907. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1900-1909/decreto-6455-19-abril-1907-502417-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 13 nov. 2021.

BRASIL. **Decreto nº 678, de 6 de novembro de 1992**. Promulga a Convenção Americana sobre Direitos Humanos (Pacto de São José da Costa Rica), de 22 de novembro de 1969. Brasília, 1992. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d0678.htm>. Acesso em: 10 jan. 2022.

BRASIL. **Lei nº 9.474, de 22 de julho de 1997**. Define mecanismos para a implementação do Estatuto dos Refugiados de 1951, e determina outras providências. Brasília, 23 jul. 1997. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9474.htm>. Acesso em: 13 nov. 2021.

BRUNER, Jerome. **Atos de significação.** Porto Alegre: Artes Médicas, 1997[1990].

BRUNER, Jerome. **Making stories:** law, literature, life**.** Cambridge: Harvard University Press, 2002.

CANCLINI, Nestor. **Culturas Híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade**. 4ª ed. São Paulo: EDUSP. 2015. Coleção Ensaios Latino-americanos.

CASA CIVIL. **Enfrentamento ao coronavírus: os serviços essenciais que não podem parar durante a pandemia**. 29 abr. 2020. Disponível em: <https://www.gov.br/casacivil/pt-br/assuntos/noticias/2020/abril/enfrentamento-ao-coronavirus-os-servicos-essenciais-que-nao-podem-parar-durante-a-pandemia>. Acesso em: 21 out. 2020.

CASTILHO; PRETI. **A linguagem falada culta na cidade de São Paulo**, v. II: Diálogos entre dois informantes. São Paulo: T.A. Queiroz/EDUSP, 1986, pp. 9-10. Extraídas de: KOCK, Ingedore G. V. **A inter-ação pela linguagem**. São Paulo: Contexto, 2006.

CAVALCANTE, Sandra; ATHAYDE, Igor Amaral Vitral Hollerbach. **Narrativas autobiográficas de migrantes e refugiados: eu-lá-ontem, eu-aqui-agora**, em Revista Gatilho – Revista discente do Programa de Pós-Graduação em Linguística da UFJF. Juiz de Fora, MG, Brasil, v. 20 n. 01 (2021). Publicado: 2021-09-03. Disponível em: https://doi.org/10.34019/1808-9461.2021.v20.33398. Acesso em: 13 jan. 2022.

CAVALCANTI, L. À guisa de 6.1: características gerais, desafios e oportunidades da imigração no Brasil. *In:* CAVALCANTI, L.; OLIVEIRA, T.; TONHATI, T.; DUTRA, D. (orgs.). **A inserção dos imigrantes no mercado de trabalho brasileiro:** Relatório Anual 2015. Observatório das Migrações Internacionais; Ministério do Trabalho e Previdência Social/ Conselho nacional de Imigração e Coordenação Geral de Imigração. Brasília: OBMigra, 2015.

CAVALCANTI, L.; OLIVEIRA, A. T. **A caminho da conclusão**: Meia década de novos fluxos migratórios no Brasil. Série Migrações – Ministério do Trabalho, v. 1. Brasília. 2016, pp. 142-146.

CAVALCANTI, L; OLIVEIRA, T.; MACEDO, M**. Imigração e Refúgio no Brasil:** Relatório Anual 2020. Série Migrações. Observatório das Migrações Internacionais; Ministério da Justiça e Segurança Pública/ Conselho Nacional de Imigração e Coordenação Geral de Imigração Laboral. Brasília, DF: OBMigra, 2020.

CAVALCANTI, L.; OLIVEIRA, A.T.; TONHATI, T. A pandemia de COVID-19 e as migrações internacionais: impactos e desafios. *In:* BAENINGER, R.; VEDOVATO, L.R.; NANDY, S. (coords.). **Migrações internacionais e a pandemia de Covid-19**. Campinas: Núcleo de Estudos de População “Elza Berquó” – Nepo/Unicamp, 2020, pp. 373-380.

CIAMPA, A.C. Identidade. *In:* CODO, W.; LANE, S. T. M (Orgs.). **Psicologia social**: o homem em movimento. São Paulo: Brasiliense, 1984, pp. 58-75.

CLOCHARD, Olivier. Les réfugiés dans le monde entre protection et illégalité. **EchoGéo**, vol. 2, pp. 1-17, 2007.

COMISSÃO Interamericana de Direitos Humanos. **Convenção Americana de Direitos Humanos.** 1969. Disponível em: <https://www.cidh.oas.org/basicos/portugues/c.convencao_americana.htm>. Acesso em: 10 jan. 2022.

CONSTANTINO, Núncia Santoro de. **O italiano da esquina**: meridionais na sociedade porto – alegrense e permanência da identidade entre moraneses. Tese de Doutoramento em História Social - USP, 1990.

CONVENÇÃO Americana de Direitos Humanos (Pacto de San José da Costa Rica). San José, 1969. Disponível em: <http://www.pge.sp.gov.br/centrodeestudos/bibliotecavirtual/instrumentos/sanjose.htm>. Acesso em: 10 jan. 2022.

CORRÊA, Carlos Humberto P. **História oral, teoria e técnica**. Florianópolis: UFSC, 1978.
COSTA, Luiz Rosado José Eduardo Melo de Souza**

CRESWELL, John W. **Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto.** Trad. de Luciana de Oliveira da Rocha. 2ª ed. Porto Alegre: Artmed, 2007.

DE RUGGIERO, Antonio. Os italianos nos contextos urbanos do Rio Grande do Sul: Perspectivas de pesquisa. *In:* VENDRAME, Maíra Ines; KARBURG, Alexandre; WEBER, Beatriz; FARINATTI, Luis Augusto. **Micro-história, trajetórias e imigração**. São Leopoldo: Oikos, 2015.

DELFIM. Rodrigo. **Migrações, Refúgio e Apatridia**: Guia para Comunicadores. 1ª ed. ACNUR, Agência Brasil, FICAS, Fundación Avina e IMDH, 2019.

DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. **História oral:** memória, tempo identidades. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

DELORY, M. C. **A pesquisa biográfica: projeto epistemológico e perspectivas metodológicas.** In: ABRAHÃO, M. H. M. B; PASSEGGI. M. (Org.). *Dimensões epistemológicas e metodológicas da pesquisa (auto) biográfica:* Tomo I. Natal: EDUFRN: Porto Alegre: EDIPUCRS, Salvador, EDUNEB, 2012. p. 71-93.

DENZIN, Normam K.; LINCOLN, Yvonna S. **O Planejamento da pesquisa qualitativa**: teorias e abordagens. Tradução: Sandra Regina Netz. Porto Alegre: Artmed, 2006.

DEUS, F.R. Migração Haitiana em São Paulo pós-terremoto de 2010: a religião como suporte. **Temáticas**. Campinas, v. 25, nº 49/50, fev./dez. 2017, pp. 203-232.

ERIKSON, E. H. **Identidade, juventude e crise**. Rio de Janeiro: Zahar, 1972.

EDWARDS, Adrian. **Deslocamento forçado quebra recorde em 2019**. Genebra, 18 jun. 2020. Disponível em: <https://www.acnur.org/portugues/2020/06/18/deslocamento-forcado-quebra-recorde-em-2019/>. Acesso em: 14 jan. 2022.

FAIRCLOUGH, Norman. **Discurso e mudança social** / Norman Fairclough; Izabel Magalhães, coordenadora da tradução, revisão técnica e prefácio. - Brasília: Editora Universidade de Brasília. 2001. 316 p.

FARIA, B. M. **Representações sociodiscursivas de imigrantes e refugiados no cenário brasileiro contemporâneo**. Dissertação (Mestrado em Estudos Linguísticos). Faculdade de Letras, Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2020.

FARIA, A.V. de. **A diáspora haitiana para o Brasil**: o novo fluxo migratório (2010-2012). 2012. 136f. Tese (mestrado em Geografia). Pontifícia Universidade católica de Minas Gerais. 2012.

FARIA, João Renato. Temperos e receitas de imigrantes sírios conquistam Belo Horizonte. **Gazeta do povo**. 14 abr. 2018. Disponível em: <https://www.gazetadopovo.com.br/bomgourmet/restaurantes/temperos-e-receitas-dos-imigrantes-sirios-conquistam-belo-horizonte/>. Acesso em: 20 dez. 2019.

FAUSTO, B. **História concisa do Brasil**. São Paulo: Editora USP, 2008, pp. 150-153.

FERNANDES, D. (coord.). **Projeto "Estudos sobre a Migração Haitiana ao Brasil e Diálogo Bilateral**". Belo Horizonte: TEM/IOM-OIM/PUC Minas/Gedep, 2014.

_____ **Monções**: Revista de Relações Internacionais da UFGD. Dourados, v. 8. nº 16, jul./dez, 2019. Disponível em: <http://ojs.ufgd.edu.br/index.php/moncoes>. Acesso em: 15 dez. 2020.

FERREIRA, José Temístocles, FLORES, Valdir do Nascimento e CAVALCANTE, Marianne Carvalho Bezerra. **A Teoria de Benveniste sobre a pessoalidade e seus desdobramentos na enunciação infantil**. DELTA: Documentação de Estudos em Linguística Teórica e Aplicada [online]. 2015, v. 31, n. 2 [Acessado 28 novembro 2021], pp. 527-558. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0102-44509841905164449>. ISSN 1678-460X. https://doi.org/10.1590/0102-44509841905164449.

FLORES, Valdir do Nascimento. **Dicionário de Linguística da enunciação**/ organizadores Valdir do Nascimento Flores [et al.). - São Paulo: Contexto, 2009.

FLORES, V. **Introdução à teoria enunciativa de Benveniste**. São Paulo: Parábola, 2013.

_____. Enunciação e gramática. 2. ed.; 1ª reimpressão. – São Paulo: Contexto, 2013.

FLORES, Valdir do Nascimento. **Saussure e Benveniste no Brasil**: quatro aulas na École Normale Supérieure. 1ª ed. São Paulo: Parábola Editorial, 2017.

FREIRE, Paulo**. Pedagogia da autonomia**: saberes necessários a pratica educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GADOTTI, Moacir. **Boniteza de um Sonho**: ensinar-e-aprender com sentido. 2ª ed. São Paulo: Editora e Livraria Instituto Paulo Freire, 2011.

GAZIER, Bernard. **A crise de 1929.** Tradução de Julia da Rosa Simões. Porto Alegre, RS: L&PM, 2013.

GELLNER, E. ***Nations and Nationalism.*** Oxford: Blackwell, 1983.

GERALDI, J.W. Paulo Freire e Mikhail Bakhtin - O encontro que não houve. In **Diálogos através de Paulo Freire** - Colecção Querer Saber 1.

GERALDI, João Wanderley. **Linguagem e máscaras identitárias**: **exigências para inserção no mundo global**. In: _____. *Ancoragens*: estudos bakhtinianos. São Carlos: Pedro & João, 2010. p. 47-166.

GIDDENS, Anthony. **As consequências da modernidade** /Anthony Giddens; tradução de Raul Fiker. – São Paulo: Editora UNESP, 1991. - (Biblioteca básica).

GIDDENS, Anthony. **Modernidade e Identidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6ª ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GODOY, Arilda Schmidt. Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades. **RAE - Revista de Administração de Empresas***.* São Paulo, v. 35, nº 2, 1995, pp. 57- 63.

GOMES, Monique Karine. O outro lado da crise de 1929. **Anais da 9ª Mostra Acadêmica UNIMEP**. 8 a 10 nov. 2011. Piracicaba, 2011. Disponível em: <http://www.unimep.br/phpg/mostraacademica/anais/9mostra/4/465.pdf>. Acesso em: 13 nov. 2021.

GREGORY Valdir. Imigração Alemã: formação de uma comunidade teuto-brasileira. *In:* IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Brasil 500 anos de povoamento**: IBGE, Centro de Documentação e Disseminação de Informações. Rio de Janeiro: IBGE, 2007, 232 p.

GRINBERG, Keila. Nova Língua Interior: Os judeus no Brasil. *In*: IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Brasil 500 anos de povoamento. I**BGE, Centro de Documentação e Disseminação de Informações**. Rio de Janeiro: IBGE, 2007. 232 p.

GRINBERG, L; GRINBERG, R**. Psicoanálisis de la migración y del exilio**. Madri: Alianza, 1984.

GUIMARÃES, Eduardo. **Semântica**: enunciação e sentido. Campinas: Pontes Editores, 2018.

GUIMARÃES, L. M. P.; VAINFAS, R. Sonhos Galegos: os espanhóis no Brasil. In IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Brasil 500 anos de povoamento**. IBGE, Centro de Documentação e Disseminação de Informações. Rio de Janeiro: IBGE, 2007. 232 p.

HALBWACHS, Maurice. ***A memória coletiva***. São Paulo: Centauro, 2006.
HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Trad. Tomaz Tadeu da Silva e Guaracira Lopes Louro. 11ª ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

HALL, Stuart. Pensando a Diáspora (Reflexões Sobre a Terra no Exterior). *In:* SOVIK, Liv (org.). **Da Diáspora**: Identidades e Mediações Culturais. Trad. Adelaine La Guardia Resende. Belo Horizonte: Editora UFMG; Brasília: Representação da Unesco no Brasil, 2003.

HALL, Stuart. Quem precisa da Identidade? *In:* SILVA, Tomaz Tadeu da (org.), WOODWARD, Kathrin; HALL, Stuart. **Identidade e Diferença:** a perspectiva dos estudos culturais. Rio de Janeiro: Vozes, 2014, pp. 111-112.
HOBSBAWM, E. e Ranger, T. (orgs.) ***The Invention of Tradition***. Cambridge: Cambridge University Press, 1983.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Brasil 500 anos de povoamento**. IBGE, Centro de Documentação e Disseminação de Informações. Rio de Janeiro: IBGE, 2007. 232 p.

JCHELOVITCH, Sandra e BAUER, Martin W. *Entrevista Narrativa*. In: BAUER, Martin W. e GASKELL, George. **Pesquisa Qualitativa com Texto Imagem e Som: Um Manual Prático.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

JUBILUT, Liliana Lyra; GODOY, Gabriel Gualano de (Orgs.). **Refúgio no Brasil:** Comentários à Lei 9.474/97. São Paulo: Quartier Latin/ACNUR, 2017. Disponível em: < https://acnur.org/portugues/wp-content/uploads/2018/02/Ref%C3%BAgio-no-Brasil-Coment%C3%A1rios-%C3%A0-lei-9.474-97-2017.pdf>. Acesso em: 10 jan. 2022.

KLEIN, Herbert. **A imigração espanhola no Brasil**. São Paulo: Editora Sumaré, 1994. [Série Imigração; v. 5]

KLEIN, Herbert S. Migração Internacional na História das Américas. In: FAUSTO, Boris. **Fazer a América**. São Paulo: EDUSP, 2000.

KOCH, Ingedore Grunfeld Villaça. **A inter-ação pela linguagem**. São Paulo: Contexto, 1992. pp. 73-74. (Coleção repassando a língua portuguesa).

KODAMA Kaori; SAKURAI Célia. **Resistência e Integração:** 100 anos de imigração japonesa no Brasil. História da imigração japonesa no Brasil. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão; Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE; Centro de Documentação e Disseminação de Informações. Rio de janeiro, 2008.

KOIFMAN, Fábio. **Imigrante ideal**: o Ministério da Justiça e a entrada de estrangeiros no Brasil (1941-1945). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. 5ª ed. São Paulo: Atlas, 2003.

LAVILLE, Christian; DIONNE, Jean. **A construção do saber**: Manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas. Trad. Heloisa Monteiro e Francisco Settineri. Porto Alegre: Artmed; Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999.

LE PAGE, R. B. **Projection, Forcusing and Diffusio**. York Papers in Lingustics, 1980.

MACHADO, Ida Lucia. Histórias discursivas e estratégias de captação do leitor. **Revista Diadorim / Revista de Estudos Linguísticos e Literários do Programa de Pós-Graduação em Letras Vernáculas da Universidade Federal do Rio de Janeiro**, vol. 10, dez. 2011. Disponível em: < https://revistas.ufrj.br/index.php/diadorim/article/view/3935>. Acesso em: 14 jan. 2022.

MACHADO, Ida Lucia. A “narrativa de si” e a ironia: um estudo de caso à Luz da Análise do Discurso. **Cadernos Discursivos**, Catalão-GO, vol.1, nº 1, pp. 01-16, ago./dez. 2013.

MAGALHÃES, Marionilde Dias Brepohl de. **Alemanha, mãe-pátria distante**: utopia pangermanista no sul do Brasil. 1993. 327 f. Tese (doutorado). Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, SP, 1993.

MAINGUENEAU, Dominique. **Novas tendências em análise do discurso**. Campinas, SP: Pontes, 1997.

MAINGUENEAU, Dominique. ***Novas tendências em análise do discurso***. Campinas, SP: Pontes, 1993.
_____. *Análise de textos de comunicação*. São Paulo: Cortez, 2001.
_____. *Cenas da enunciação*. São Paulo: Parábola Editorial, 2008a.
_____. *Gênese dos discursos*. São Paulo: Parábola, 2008b

MARTINE, George. A globalização inacabada: migrações internacionais e pobreza no século 21. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 19, nº 3, 2005.

McGREw, A. "A global society?” In: Stuart Hall; David Helde Tony McGrew (orgs.). *Modernity and its futures.* Cambridge: Polity Press/Open University Press, 1992: 61-116.

MERCOSUL. **Sobre o MERCOSUL**. Disponível em: http://www.mercosul.gov.br/saiba-mais-sobre-o-mercosul. Acesso em: 19 mar. 2016.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento**. São Paulo: Hucitec,1993.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa Social. Teoria, método e criatividade**. Petrópolis: Vozes, 2002.

MOITA LOPES, Luiz Paulo. **Práticas narrativas como espaço de construção de identidades sociais: uma abordagem socioconstrucionista**. *In:* RIBEIRO, Branca Telles; LIMA, Cristina Costa; DANTAS, Maria Tereza Lopes (orgs.). **Narrativa, Identidade e Clínica.** Rio de Janeiro: Edições IPUB, 2001.

_____. **Identidades fragmentadas: a construção discursiva de raças, gênero e sexualidade em sala de aula**. Campinas, SP: Mercado de Letras, v. 1, 2002.

_____. **Socioconstrucionismo: discurso e identidades sociais**. In: MOITA LOPES, L. P. (Org.) Discurso de identidades. Campinas: Mercado de Letras, 2003.
_____ **Discurso de Identidades**: discurso como espaço de construção de gênero e sexualidade, raça, idade e profissão na escola e na família. Campinas: Mercado de Letras, 2003.

MOSCOVICI, Serge. ***Representações sociais:*** **investigações em psicologia social**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2015.

MOTT, Maria Lúcia. Imigração Árabe: um certo oriente no Brasil. *In*: IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Brasil 500 anos de povoamento:** IBGE, Centro de Documentação e Disseminação de Informações. Rio de Janeiro: IBGE, 2007, 232 p.

MOULIN, Carolina. Os direitos humanos dos humanos sem direitos: refugiados e a política do protesto. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. v. 26, nº 76, 2011, pp. 145-224. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0102-69092011000200008>. Acesso em: 13 nov. 2021.

MOURA, Clóvis. **Dialética radical do Brasil negro**. São Paulo: Fundação Maurício Grabois; Anita Garibaldi, 2014.

MUSSI, Ricardo F. de F.; MUSSI, Leila Maria P. T.; ASSUNÇÃO, Emerson T. C.; NUNES, Claudio P. Pesquisa Quantitativa e/ou Qualitativa: distanciamentos, aproximações e possibilidades**. Revista SUSTINERE.** v. 7, nº 2, jul./dez. 2019, p. 415.

N°22 Glossary on Migration (Portuguese, 2009), p. 40.

NACIONES UNIDAS. **Resolución aprobada por la Asamblea General el 6 de abril de 2017.** Modalidades para las negociaciones intergubernamentales del pacto mundial para uma migración segura, ordenada y regular, 2017. Disponível em: < https://www.acnur.org/5b58aba54.pdf>. Acesso em: 13 nov. 2021.

NOVINSKY, Anita. **A Inquisição**. São Paulo: Brasiliense, 1982.

OBMIGRA – Observatório das Migrações Internacionais da Universidade de Brasília. **Microdados RAIS**. 2016. Disponível em: <http://obmigra.mte.gov.br/index-.php/component/k2/itemlist/ category/42>. Acesso em: 23 fev. 2017.

OBMIGRA – Observatório das Migrações Internacionais. **Base de microdados**. Brasília: UnB/OBMIGRA, 2020a. Disponível em: <https://portaldeimigracao.mj.gov.br/pt/dados/microdados>. Acesso em: 20 out. 2020.

OBMIGRA – Observatório das Migrações Internacionais. **Base RAIS-CTPS-CAGED**. Brasília: UnB/OBMIGRA, 2020b. Disponível em: <https://portaldeimigracao.mj.gov.br/pt/dados/microdados>. Acesso em: 27 out. 2020.

OIM – Organização Internacional para Migrações. Migração e migrantes: Panorama mundial. **Relatório Mundial das Migrações 2020** [versão em português]. Disponível em: <https://publications.iom.int/books/world-migration-report-2020-portuguese-chapter-2>. Acesso em 14 jan. 2022.

OIM – Organização Internacional para Migrações. **Glossário sobre migração**. Genebra: Organização Internacional para as Migrações, 2009. Disponível em: < https://publications.iom.int/system/files/pdf/iml22.pdf>. Acesso em: 14 jan. 2022.

OLIVEIRA, A. T. R. de. Nova lei brasileira de migração: avanços, desafios e ameaças. **Revista Brasileira de Estudos de População**. v. 34, nº 1, 2017, pp. 171-179.
ORLANDI, Eni P. **Análise do discurso**: princípios e procedimentos. Campinas, SP: Pontes, [1999], 2005a.

ORLANDI, E. ***Análise de discurso:*** **princípios e procedimentos**. Campinas, SP: Pontes, 1999.
_____. ***As formas do silêncio***. Campinas, SP: Ed. Unicamp, 2007.

PACHIONI, Miguel. **Pesquisa do ACNUR e SJMR aponta que BH e Contagem acolhem maior quantidade de refugiados e migrantes em MG**. ACNUR. 25 jan. 2020. Disponível em: <https://www.acnur.org/portugues/2020/06/25/pesquisa-aponta-que-belo-horizonte-e-contagem-acolhem-maior-quantidade-de-refugiados-e-migrantes-em-minas-gerais/>. Acesso em: 2 out. 2020.

PALERMO, G.; OLIVEIRA, A.T.; LOPES, J. Conceitos e Notas Metodológicas – CGIg/CNIg, RAIS, Censo Demográfico (IBGE). **A inserção dos imigrantes no mercado de trabalho brasileiro**, v.1, nº 2, Dossiê Especial. OBMigra, Ed. Especial: Brasília, 2015.

PATARRA, N. O Brasil: país de imigração?. **Revista Eletrônica e-metropolis**. Ano 3, nº 9, jun./2012, p. 8.

PATARRA, Neide L.; BAENINGER, Rosana. Migrações internacionais recentes: o caso do Brasil. *In:* PATARRA, Neide Lopes. (coord.). **Emigração e imigração internacionais no Brasil contemporâneo**. São Paulo: FNUAP, 1995.

PEREIRA, A.P.S. A crítica de Hannah Arendt aos Direitos Humanos e o direito a ter direitos. **Perspectiva Filosófica**. vol. 42, nº 1, 2015.

PEREIRA, Vacaflores. **Migración interna en Bolívia**: causas y consecuencias (1985-2000). La Paz: CEF – Plural Editor, 2004.

PEREIRA DE QUEIROZ, M.I. Relatos Orais: Do Indizível ao Dizível. *In:* VON SIMON, O.M. (org.). **Experimentos com História de Vida** (Itália-Brasil). São Paulo: Vértice, 1988.

PINHEIRO, Hugo C. M. A imigração de bolivianos e haitianos no Brasil: o subimperialismo brasileiro em foco. **O Social em Questão**. vol. 21, nº 41, 2018, pp. 87-110, 2018.

POLLAK, Michael. **Memória e Identidade Social**. In: *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 10, 1992a.
_____. **Memória, Esquecimento e Silêncio**. In: *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, 1989. p. 3-15, 1992b.

PONDÉ, Milena Pereira; MENDONÇA, Milena Siqueira Santos; CAROSO, Carlos. Proposta metodológica para análise de dados qualitativos em dois níveis. **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**, Rio de Janeiro, v. 16, nº 1, jan./mar. 2009, pp.129-143.

PORTELA, E. A.; SCHWINN, S. A. Elementos para (re)pensar a mobilidade humana: globalização, novos fluxos migratórios e políticas públicas. *In:* BAENINGER, Rosana et al. (org.). **Migrações Sul-Sul.** Campinas: Núcleo de Estudos de População "Elza Berquó" – Nepo/Unicamp, 2018.

PUPP SPINASSÉ, Karen O hunsrückisch no Brasil: a língua como fator histórico da relação entre Brasil e Alemanha. **Espaço Plural**, vol. IX, nº 19, pp. 117-126, jul./dez, 2008. Universidade Estadual do Oeste do Paraná Marechal Cândido Rondon, Brasil.

RAMOS, Jair de Souza. **O poder de Domar do Fraco**: construção de autoridade e poder tutelar na política de povoamento do solo nacional. Niterói: Editora da Universidade Federal Fluminense, 2006.

REDIN, Giuliana; MINCHOLA, Luís Augusto Bittencourt; ALMEIDA, Alessandra Jungs de. O papel da academia na proteção e promoção dos direitos humanos de migrantes e refugiados no Brasil: a prática extensionista do MIGRAIDH UFSM. *In:* REDIN, Giuliana (org.). **Migrações internacionais**: experiências e desafios para a proteção de Direitos Humanos no Brasil. Santa Maria/RS: UFSM, 2020.

REIS, J. J. Presença Negra: conflitos e encontros. *In:* IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Brasil 500 anos de povoamento**. IBGE, Centro de Documentação e Disseminação de Informações. Rio de Janeiro: IBGE, 2007. 232 p.

RENAN, E. "**What is a nation**?". In Bhabha, H. *(org.) Narrating the Nation.* Londres: Routledge, 1990.

RIBEIRO, Heloisa Mazzoccante. **Política imigratória no Brasil contemporâneo**: limites e desafios na relação entre direitos humanos, democracia e desenvolvimento. 2007. 190 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Programa de Pós-Graduação em Estudos Comparados sobre as Américas, Universidade de Brasília, Brasília.

RICOEUR, Paul. *A memória, a história, o esquecimento*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2007.

ROCHA, Gustavo. **Os refugiados e os direitos humanos:** A proteção de refugiados é uma questão fundamental de direitos humanos. 20 jun. 2018. Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/assuntos/noticias/2018/junho/os-refugiados-e-os-direitos-humanos>. Acesso em: 10 jan. 2022.

RÖLKE, Helmar. **Raízes da Imigração Alemã**: História e cultura alemã no Estado do Espírito Santo. Vitória: Arquivo Público do Estado do Espírito Santo, 2016.

SAKURAI, Célia. Imigração Japonesa para o Brasil: um exemplo de imigração tutelada (1908-1941). *In:* FAUSTO, Boris (org.). **Fazer a América**: a imigração em

massa para a América Latina. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1999, pp. 201-238.

SANTOS, Lorene dos. Saberes e práticas docentes em Redes de Trocas: Educação das Relações Étnico-Raciais em questão. 1ª. ed. Belo Horizonte: Editora PUC Minas, 2018. v. 1. 332p.

SASAKI, E. A imigração para o Japão. **Estudos Avançados**, vol. 20, nº 57, pp. 99-117, 2006. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/eav/article/view/10150>. Acesso em: 14 jan. 2022.

SAYAD, A. **A imigração.** São Paulo: Edusp, 1998.

SCHWARZ, B. "**Conservatism, nationalism aüd imperialism**". In Donald, J. e Hall, S. (orgs.), *Politics andideolog)'·* Milton Keynes: Open University Press, 1936.

SCHWARTZ, Stuart. **Segredos internos: engenhos e escravos na sociedade colonial**, 1550-1835. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

SECRETARIA GERAL DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. **Decreto nº 10.344, DE 11 de maio de 2020**. Altera o Decreto nº 10.282, de 20 de março de 2020, que regulamenta a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, para definir os serviços públicos e as atividades essenciais. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/decreto-n-10.344-de-11-de-maio-de-2020-256165816>. Acesso em: 17 set. 2020.

SIGNORINI, Inês. **Língua(gem) e identidade: elementos para uma discussão no campo aplicado (org.)**. Campinas, SP: Mercado de Letras: São Paulo: Fapesp, 1998.

SILVA, G. J; CAVALCANTI, L; OLIVEIRA, T; MACEDO, M. **Refúgio em Números**. 5ª ed. Observatório das Migrações Internacionais; Ministério da Justiça e Segurança Pública; Comitê Nacional para os Refugiados. Brasília, DF: OBMigra, 2020.

SILVA, Tomaz Tadeu da. **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais** /Tomaz Tadeu da Silva (org.), Stuart Hall, Kathryn Woodward.- Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

SOUCHAUD, S. A Imigração boliviana em São Paulo. *In:* PACELLI FERREIRA, A. et al. (orgs). **A Experiência Migrante**: entre deslocamentos e reconstruções. Rio de Janeiro: Garamond, 2010, pp. 267-290.

SOUSA, Rafaela. Imigração venezuelana para o Brasil. **Brasil Escola**. Disponível em: <https://brasilescola.uol.com.br/brasil/imigracao-venezuelana-para-brasil.htm>. Acesso em: 16 jan. 2021.

THOMPSON, Paul. **A voz do passado**. Trad. Lólio Lorenço de Oliveira. São Paulo: Paz e Terra, 1998.

TRIVIÑOS, Augusto Nibaldo Silva. **Introdução à pesquisa em ciências sociais:** a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1987.

TRUZZI, Oswaldo Mário Serra. Reformulações na política imigratória do Brasil e Argentina nos anos 1930: um enfoque comparativo. *In:* BOUCAULT, Carlos Eduardo de A.; MALATIAN, Teresa (orgs.). **Políticas migratórias**: fronteiras dos direitos humanos no século XXI. Rio de Janeiro: Renovar, 2003, pp. 233-256.

TURNER, Victor. **Social dramas and stories about them.** In: TURNER, Victor. From ritual to Theatre. *New York*: PAJ Publications, 1982b.

UNHCR – United Nations High Commissioner for Refugees. **Global Trends**: Forced Displacement in 2019. Genebra: UNHCR, 2020. Disponível em: <https://www.unhcr.org/5ee200e37/#_ga=2.182127399.1449155474.1602546197-266843757.1600115922>. Acesso em: 2 out. 2020.

UNICEF – Fundo das Nações Unidas para a Infância. **Crise migratória venezuelana no Brasil**: O trabalho do UNICEF para garantir os direitos das crianças venezuelanas migrantes. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/crise-migratoria-venezuelana-no-brasil>. Acesso em: 5 set. 2020.

UNICEF. – Fundo das Nações Unidas para a Infância. Quase 40% dos jovens em trânsito identificam a educação e a capacitação como as principais prioridades, segundo nova pesquisa do UNICEF. **UNICEF Brasil**. 14 jul. 2021. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/comunicados-de-imprensa/quase-40-por-cento-dos-jovens-em-transito-identificam-educacao-e-capacitacao-como-principais-prioridades>. Acesso em: 14 jan. 2022.

VENDRAME, M. I.; CHITOLINA Zanini, M. C. Imigrantes italianos no Brasil meridional: práticas sociais e culturais na conformação das comunidades coloniais. **Estudos Ibero-Americanos**. vol. 40, nº 1, 2014, pp. 128-149. Disponível em: <https://doi.org/10.15448/1980-864X.2014.1.17268>. Acesso em: 13 nov. 2021.

VOLÓCHINOV, Valentin. Marxismo e filosofia da linguagem. **Problemas fundamentais do método sociológico na ciência da linguagem**. 3ª ed. São Paulo: Editora 34, 2021.

ZAMBERLAM, Jurandir. **O processo migratório no Brasil e os desafios da mobilidade humana na globalização.** Porto Alegre: Pallotti, 2004.

ZANELLI, J. C. (no prelo). **Interação humana e gestão**: uma compreensão introdutória da construção organizacional. Rio de Janeiro: Editora LAB.

ZEUSKE, Max. Simón Bolívar, su posición en la historia y en la actualidad. *In:* ZEUSKE, Max. **Interpretaciones y ensayos marxistas acerca de Simón Bolívar.** Berlín: Akademie-Verlag, 1985.

ANEXO 1

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido dos Participantes

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

N.º Registro CEP: **CAAE 97356718.0.0000.5137**

PROJETO DE PESQUISA: **O PAPEL DAS EMOÇÕES NA (RE)CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE SOCIOCULTURAL DE REFUGIADOS E MIGRANTES**

Prezado(a),

Você está sendo convidado(a) a participar de uma pesquisa realizada no âmbito das práticas pedagógicas, socioculturais e comunitárias do projeto "**O papel das emoções na (re)construção da identidade sociocultural de refugiados e migrantes**", desenvolvido por pesquisadores do Departamento de Letras da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais.
Você foi selecionado(a) por estar apto a participar de atividades pedagógicas, sociais, artísticas e culturais, desenvolvidas nas modalidades oral, escrita, e multimodal, presencial ou através de mediação digital, que têm por objetivo enriquecer e aprofundar seus conhecimentos da língua portuguesa e da cultura brasileira que você possui.
A sua participação, nesse estudo, consiste em interagir, efetivamente, nas atividades propostas pelo projeto, que se definem por práticas contextualizadas de interação e de convivência intercultural. Essas se estruturam com base na leitura e escrita, na fala e escuta de textos de natureza diversa, produzidos em língua portuguesa, afins aos seus concretos objetivos sócio-comunicativos no Brasil.
Sua **participação**, para nós, é muito importante e **voluntária**. Isso significa que não haverá pagamento por sua participação nesse estudo. Em contrapartida, você também não terá nenhum gasto. Para todos os participantes, em caso de eventuais danos decorrentes da pesquisa, será observada, nos termos da lei, a responsabilidade civil.
As informações obtidas nesse estudo serão confidenciais, sendo assegurado o sigilo e confidencialidade sobre a sua participação em todas as fases da pesquisa, e quando da apresentação dos resultados em publicação científica ou educativa, uma vez que os resultados serão sempre apresentados como retrato de um grupo e não de uma pessoa, em particular.
Você poderá se recusar a participar ou a responder qualquer das questões propostas, em qualquer momento, não havendo nenhum prejuízo pessoal se esta for a sua decisão.
Todo material documentado, durante a pesquisa, ficará sob a guarda e responsabilidade da Profa. Josiane Andrade Militão, no endereço descrito a seguir e estará disponível, caso deseje ter acesso, até dezembro de 2027.
Como resultados das atividades do projeto, em que a pesquisa será realizada, pretendemos contribuir para o exercício da sua autonomia pessoal, da sua integração cultural e de sua emancipação social, por meio do processo de aprendizagem e de uso da língua portuguesa em diferentes situações e contextos socioculturais.

Você receberá uma via deste termo, onde consta o telefone e o endereço do pesquisador responsável, podendo tirar suas dúvidas sobre o projeto e a sua participação, agora ou a qualquer momento.

Pesquisador responsável:

Profa. Josiane Andrade Militão (PUC Minas)
Av. Dom José Gaspar, 500 - Bairro Coração Eucarístico.
Belo Horizonte – Minas Gerais.
E-mail: josiane@pucminas.br

Pesquisador em campo:

Gizene Nazaret do Nascimento (Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Letras, Linguística e Língua Portuguesa, da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais).
Rua Joaquim de Paula, 142 – Bairro Alípio de Melo.
Belo Horizonte – Minas Gerais.
E-mail: gizenenascimento@gmail.com

Este estudo foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa envolvendo Seres Humanos da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, coordenado pela Prof.ª Cristiana Leite Carvalho. Em caso de questões éticas, esse comitê poderá ser contatado pelo telefone (31) 3319 4517 ou pelo E-mail: cep.proppg@pucminas.br .

O presente termo será assinado em 02 (duas) vias de igual teor.

Belo Horizonte, 24 de julho de 2021.

Dou meu consentimento de livre e espontânea vontade para participar deste estudo.

_____
Nome do participante (em letra de forma)

_____ 24 de julho de 2021
Número do documento legal (carteira de identidade ou CPF) Data

Eu, Josiane Andrade Militão, comprometo-me a cumprir todas as exigências e responsabilidades a mim conferidas neste termo e agradeço pela sua colaboração e sua confiança.

_____ 24 de julho de 2021.
Assinatura do pesquisador responsável Data

ANEXO 2

Roteiro de Entrevista

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE MINAS GERAIS
Programa de Pós-Graduação em Letras
Mestrado em Linguística e Língua Portuguesa

Projeto: "O papel das emoções na (re)construção da identidade sociocultural de refugiados e migrantes"
Pesquisa em andamento: O PROCESSO DE (RE)CONSTRUÇÃO IDENTITÁRIA DE REFUGIADOS EM BELO HORIZONTE (MG) **–** um estudo de narrativas de vida
Mestranda: Gizene Nazaret do Nascimento
Orientadora: Profa. Dra. Sandra Maria Silva Cavalcante

Pergunta de pesquisa: Que elementos sociocognitivos e discursivos destacam-se como estruturadores em narrativas de vida que visam descrever *o processo de (re)construção identitária de sujeitos marcados pela experiência do refúgio e da migração no Brasil?*

Dados Pessoais

Nome completo:

_____

Nome fictício a ser usado (pedir ao entrevistado que sugira o nome):

_____

Nacionalidade:

_____

Cidade de nascimento:

_____

Data de nascimento:

_____

Principal ocupação:

_____

Condição migratória:

_____

Chegada no Brasil:

_____

Chegada em Belo Horizonte:

_____

ANEXO 3

Agenda da Entrevista

Entrevistado:	
Data:	
Horário:	
Plataforma	
Link para acesso:	

NARRATIVAS DE VIDA

Perguntas geradoras

1. Quem é você?
2. De onde você vem?
3. O que você traz na bagagem do seu país?
4. Como tem sido a sua experiência como imigrante ou refugiado no Brasil?
5. Quais são os seus sonhos para o futuro?

Roteiro de Entrevista

1 – Quem é você?

- Qual é seu nome?

- Qual é a sua nacionalidade?

- Quando você nasceu?

- Quantos anos você tem?

- Quando você chegou ao Brasil?

- Por onde chegou?

- Quando chegou a BH *(ou à cidade em que mora hoje*)?

- Por onde passou até chegar a Belo Horizonte *(ou à cidade em que mora hoje*)?

- Por que escolheu o Brasil?

- Por que escolheu morar em BH *(ou na cidade em que mora hoje*)?

- Qual(is) são a(s) sua(s) motivação(ões) para sair de seu país de origem?
- Vir para o Brasil foi uma escolha sua? Você tinha outra(s) opções?

- Qual o seu estatuto jurídico como migrante no Brasil?

2 – De onde você vem?

- Em que cidade você nasceu?

- Onde você morou no seu país? Sempre na mesma cidade?

- Como é a sua cidade ou a região de onde você vem?

- Se você tivesse destaca como positivo no seu país, na sua região, na sua cidade?

- O que você mais gostava de fazer nos seus momentos livres? Quais eram os seus hábitos culturais?

- Você conseguiu esses mesmos hábitos no Brasil? Como? Por quê?

3 – O que você traz na sua bagagem do seu país?

→ Família e amigos no país de origem

- Como você descreveria a sua família? É grande, pequena, unida, desunida?

- Você tem avós, tios, primos? Você se comunica com eles? Como? Com que regularidade?

- E os seus pais? Seus irmãos? Você tem irmãos?

- Você tem filhos? Quantos? De que idade?

- Como é a sua relação com os seus filhos?

- Você tinha muitos amigos no seu país de origem? Como era a sua relação com eles?

- Você mantém contato com a sua comunidade em seu país de origem? Como? Com que regularidade?

- Como você se sente com a distância da sua família e amigos?

→Educação e Profissão no país de origem

- Você estudou? Gostava de estudar, de ir à Escola?

- Estudou até que nível na escola? (Ensino fundamental, médio, superior)

- Qual é a sua profissão?

- Quanto tempo de trabalho você dedicou à sua profissão no seu país?

- Você gostava do seu trabalho? Por quê?

- Como se sentia exercendo a sua profissão?

- Você trabalhou em outras profissões? Qual(quais)?

- Você gostava? Por quê?

4 – Como tem sido sua experiência como refugiado/imigrante no Brasil? Que pontos positivos e pontos negativos você destaca dessa experiência?

→ Adaptação e integração cultural

- O que você sabia sobre o Brasil?

- Como foi o seu processo de estabelecimento/acolhimento no Brasil?
- Você enfrentou algum tipo de dificuldade para se adaptar? Quais?

- Quais hábitos culturais você costumava ter no seu país de origem? Eles são mantidos no Brasil?

- Com relação ao comportamento e à cultura dos brasileiros, que semelhanças e diferenças você vê em relação ao seu país?

- O que você tem a dizer do tratamento dos brasileiros em relação aos imigrantes/refugiados que vêm para nosso país?

- O que você tem a dizer do tratamento dos brasileiros em relação aos imigrantes da mesma origem que você no Brasil?

→ **Emancipação social**

- Você tem laços com alguma(s) comunidade(s) de imigrantes no Brasil? Que tipo de laço?
- Você tem laços com alguma comunidade de brasileiros? Qual? De que tipo?
- Quando chegou ao Brasil, você sabia português? Como foi (ou tem sido) o seu aprendizado de português?

- Não dominar a língua portuguesa influenciou na sua adaptação?

- Você está trabalhando? Onde você faz atualmente? O que você faz?

- A função que desempenha em seu trabalho é a mesma que exercia em seu país? Você gosta do que faz?

- O seu trabalho garante o seu sustento e o sustento da sua família? (alimentação, moradia...)

5 – Quais são seus desejos, expectativas e sonhos?

- Você tem planos de continuar sua história no Brasil ou de retornar ao seu país de origem? Por quê?

- O que você espera construir para a sua vida no Brasil?

- Quais é o seu maior sonho neste momento?

→ Essa entrevista será analisada de maneira ANÔNIMA. Se você tivesse que escolher um nome fictício para si mesmo, que nome você gostaria de ter? Por que escolheu esse nome?

REGISTRO REFLEXIVO

Notas pessoais da pesquisadora sobre a entrevista: impressões preliminares que complementam ou fogem do roteiro de entrevista

ANEXO 4

ENTREVISTAS – (Arquivo digital: https://drive.google.com/file/d/1d7zwtJjaOZznAImBhQJYmqW5BcVbiZZ/view?usp=sharing).